

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO  
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA - PPGHIST**

**LEOSAN SAMPAIO PASSOS**

**A CARTOGRAFIA CRÍTICA NO ENSINO DE HISTÓRIA:** uma Perspectiva  
Pedagógica para a Sala de Aula – Utilizando Mapas da Guerra contra o Paraguai (1864-1870)  
nos Livros Didáticos

**São Luís  
2021**

LEOSAN SAMPAIO PASSOS

**A CARTOGRAFIA CRÍTICA NO ENSINO DE HISTÓRIA:** uma  
Perspectiva Pedagógica para a Sala de Aula – Utilizando Mapas da Guerra  
contra o Paraguai (1864-1870) nos Livros Didáticos

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-  
Graduação em História da Universidade Estadual  
do Maranhão, para obtenção do título de Mestre.  
Orientador: Prof. Dr. Marcelo Cheche Galves.

**São Luís**  
**2021**

Passos, Leosan Sampaio.

A Cartografia Crítica no ensino de história: uma perspectiva pedagógica para a sala de aula – utilizando mapas da Guerra contra o Paraguai (1864-1870) nos livros didáticos / Leosan Sampaio Passos. – São Luís, 2021.

110 f.

Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em História (PPGHIST), Universidade Estadual do Maranhão, 2021.

Orientador: Prof. Dr. Marcelo Cheche Galves.

1. Ensino de História. 2. Historiografia. 3. Cartografia. 4. Livros didáticos.  
I. Título.

CDU: 93/94:912.43(892)“1864-1870”

**Elaborado por Reyjane Mendes - CRB 13/679**

## LEOSAN SAMPAIO PASSOS

**A CARTOGRAFIA CRÍTICA NO ENSINO DE HISTÓRIA:** uma Perspectiva Pedagógica para a Sala de Aula – Utilizando Mapas da Guerra contra o Paraguai (1864-1870) nos Livros Didáticos.

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual do Maranhão com vistas à obtenção do título de Mestre.

Orientador: Prof. Dr. Marcelo Cheche Galves.

Banca Avaliadora: 29/07/2021

### BANCA EXAMINADORA



---

Prof. Dr. Marcelo Cheche Galves (orientador)  
(PPGHIST/UEA)



---

Prof. Dr. Alan Kardec Gomes Pachêco Filho (arguidor)  
(PPGHIST/UEMA)



---

Prof. Dr. Claudio Eduardo de Castro (arguidor)  
(PPGEO/UEMA)

---

Prof. Dr. Yuri Michael Pereira Costa (Suplente)  
(PPGHIST/UEMA)

Ao meu pai e minha mãe, fundamentais na minha educação e formação consciente. Também a todas as pessoas que vieram antes de mim, permitindo que o caminho fosse de encontros, aprendizagem e alegrias compartilhadas.

## AGRADECIMENTOS

Agradecer é uma dádiva que permite reconhecer que o caminho trilhado até o momento não se faz sozinho, durante esse processo de escrita do mestrado muitos foram os auxílios recebidos permitindo que eu tivesse forças para concluir essa etapa da minha vida.

Sou grato a Deus e Nossa Senhora por me amparar nas tribulações e me manter de pé diante das angústias, fé, isso ajuda em tudo.

A minha família que sempre me deu apoio e mesmo com a saudade sonharam junto comigo essa aventura acadêmica. Mãe, irmãs, irmãos, sobrinhas, sobrinhos, cunhadas e cunhadas o meu muito obrigado e eterna gratidão.

Ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual do Maranhão, que com um corpo docente de muita qualidade e profissionais devotados me ajudou a desenvolver a pesquisa, de modo especial ao meu orientador professor Marcelo Cheche com estímulo e paciência me fez aprofundar na escrita e desenvolver um trabalho de qualidade.

Sem a bolsa de pesquisa essa aventura talvez não se concretizasse, ficando apenas na vontade, graças ao financiamento da UEMA pude realizar o deslocamento da minha cidade Cuiabá e me manter em São Luís, financiamento público é importante e que possa sempre existir permitindo a formação de pesquisadores e realização de sonhos.

Aos professores que foram essenciais e sempre me incentivaram, se tornando fundamentais para eu acreditar na investigação. Sou extremamente grato ao querido amigo professor Alan Karderc Gomes Pachêco Filho e a dama professora Helidacy Maria Muniz Corrêa, sem vossos estímulos talvez eu não lançasse a minha canoa no mar ludovicense.

Aos amigos do grupo de pesquisa História, Arte, Ciência e Poder - HISARCIPO, em especial professora Maria de Fátima Costa que foi generosa incentivadora, ajudando a desenvolver o lado pesquisador em mim.

A realização dos estudos de pós-graduação em outra localidade, como foi o meu caso, descolar de Cuiabá-MT para estudar em São Luís-MA, não só me oportunizou ao aprimoramento acadêmico como possibilitou o encontro com seres humanos fantásticos, que sem sombra de dúvida contribuíram para a minha formação cidadã e para o desenvolvimento mais fraterno das relações humanas, graças aos colegas da turma e amigos que hoje fazem parte da minha vida de forma bem intensa.

Escrever essas linhas me faz recordar todas as experiências compartilhadas, estímulos e apoios recebidos, fundamentais para amenizar a saudade e aliviar tensões.

Poderia usar das palavras dos poetas, das frases mais lindas de músicas para expressar o sentimento de agradecimento e numerar todas as pessoas que me ajudaram a atravessar e construir esse momento. Mas nenhum dos escritos seria expressão pura, seria plágio do sentimento de outrem, pois só quem experimentou da solidariedade desses amigos é capaz de ter por cada um o sentimento singular. Foram amigos que desde a minha partida de Cuiabá ajudaram colocar a minha canoa no mar até eu ancorar na ilha de São Luís. Nomeá-los aqui, caberia escrever outra dissertação, com um capítulo para cada um.

Mesmo correndo o risco de esquecer alguns, atrevo a elencar seus nomes para que se registre o meu eterno agradecimento: Leonardo Rocha e Vinícius Ferreira verdadeiros mecenas, irmãos que não mediram esforços para me ajudar tanto em palavras e recursos financeiros no meu sustento. Ariadne Marinho e Thiago Costa, Kléberson Cardoso, Jussara Meira, Benone Lopes, que corrigiram e apontaram caminhos para melhorar a estrutura do texto sempre estimulando continuar. Kananda Galvão e Artur Barros, pilares de confiança e sonhos compartilhados. Leandro Brito e Everton Brito, irmãos semelhantes em todas as trajetórias, além de dividir o amor de Nazaré sua mãe para comigo. Camila Pontes e sua mãe Sueli, Marcelo Peske, Daniela Peske e dona Josefa, todos que me ligavam lembrando as aventuras já vividas e planejando outras que ainda vamos viver. Maurício Ricardo, Luciano Paulo e Talita Figueiredo, amigos serenos e apoiadores inestimáveis.

Amigos que desde a graduação me acompanham e que juntos realizamos façanhas históricas: Bruno Hiller, Wagner Mendes, Thiago Oliveira, Gabriel Borges, Marcos Marinho, Jennis Walker, Davi Lima, Igor Soares, Nathalye Pereira, Pedro Agnolon, Pedro Bertolini, Victor Póvoas, Felipe Campos, apreço e admiração com gosto de café da Dona TT no banco do emuf.

Ao Grupo Cena Livre que foi fundamental para eu acreditar no poder do encontro e na dignidade que podemos trilhar em todas as coisas, de modo bem especial o meu agradecimento para Ana Carolina Mello e Lucas Lemos, obrigado pelas trocas, apoio e manutenção no do coletivo.

O fluxo do amor se estendeu com o encontro de pessoas que tive em São Luís durante a minha estadia enquanto aluno e morador da ilha foram *pungadas que levarei para sempre*. Diogo Aires e dona Joana, que sem nem me conheciam direito me acolheu por um mês em sua casa durante o processo seletivo do mestrado, são para mim exemplos de amor, solidariedade, obrigado irmão. Lucas Parreão e sua mãe dona Eunice que sempre estiveram dispostos em me acolher, estimulando a seguir. Camila Pereira e Pablo Monteiro, obrigado pela amizade e trocas de carinho.

Marcos Tadeu, Tupinambá, tocador de encantos e acolhimento. Amigo com quem aprendi conhecer as maravilhas da ilha e ouvir os sons da maré, arqueólogo do meu coração. Maristela Sena, sabor, afeto, colo, risadas, respeito e admiração, quantos retalhos para nossa colcha de histórias. Cláudio Lima, lírico e amoroso, potência de amor e aconchego, obrigado pelas trocas. Tereza Bóchea, fé e incentivo, obrigado pelo seu olhar de proteção.

Na minha casa somos onze irmãos, gosto de dizer que é tudo do mesmo pai e mesma mãe. Mas a vida insiste em me apresentar aqueles que por alguma ocasião foram separados na maternidade. O bom disso é que tenho parentes por todo canto desse país, adotei famílias e fui adotado, Livia Lima, minha irmã da ilha, vizinha, amante, confidente obrigado pelas trocas, pelos almoços, pelas noites de brisa, pelos sonhos partilhados e histórias contadas, obrigado por me acolher na sua família, me dando Zizi e Estevão e a menina Flor do meu jardim. Te amor irmã!

Flávia Jeonara e Gizele Bahia e Nayara (Nzinga) juntas demos as melhores gargalhadas, aventuras mais sadias, as noites na Praia Grande, os reggaes no Bar do Porto, ainda me presentaram sendo tio dos seus filhos e com isso sou eternamente grato por tanto amor. Ao amigo futurista Beto Ehong, pelo respeito, admiração, obrigado por toda consideração. Elizeu Cardoso, Vaninha, Eduardo, Bolinha que com embalos de som, melodias, risadas, incentivos de diversas horas, todo tempo com vocês sempre me fez e faz tão bem.

Quando embarcava para a estadia em São Luís me indicaram a procurar pelos professores Acildo Leite da Silva e José Carlos de Melo, da Universidade Federal do Maranhã, cuiabanos que já residiam na Ilha. Foram a personificação da solidariedade de cuiabanos, me amparando, preenchendo todo o vazio da minha dispensa e da minha saudade da terra. Muito obrigado por toda ajuda e acolhimento de vocês, o meu dever é retribuir o que recebi para outros irmãos que necessitarem de ajudas.

## RESUMO

Esta dissertação-produto aborda o ensino de História a partir da perspectiva da Cartografia Crítica, mapografia pensada como texto visual passível de leitura e que, portanto, carrega em si um discurso. Assim, compreende os mapas para além das informações espaciais, extraindo deles informações políticas, sociais e econômicas. Para tanto, toma como fio condutor a Guerra contra o Paraguai (1864-1870), com especial atenção à região de Mato Grosso, em diálogo com as questões que orientam o ensino de História e o debate historiográfico sobre o tema, aproximando-os. Por fim, apresenta um produto pedagógico como resultado da análise empreendida, em forma de roteiro de leitura de mapas históricos sobre a Guerra contra o Paraguai.

**Palavras-chave:** Ensino de História - Historiografia - Cartografia - Livros Didáticos.

## **ABSTRACT**

This dissertation-product approaches the teaching of History from the perspective of Critical Cartography, mapography thought of as a visual text that can be read and which, therefore, carries a discourse within itself. Thus, it understands maps beyond spatial information, extracting from them political, social and economic informations. Therefore, it takes the War against Paraguay (1864-1870) as its guiding thread, with special attention to the Mato Grosso region, in dialogue with the questions that guide the teaching of history and the historiographical debate on the subject, bringing them together. Finally, it presents a pedagogical product as a result of the analysis undertaken, in the form of a script for reading historical maps about the War against Paraguay.

**Keywords:** History Teaching - Historiography - Cartography - Textbooks.

## **LISTA DE SIGLAS**

BNCC - Base Nacional Curricular Comum

CNPq - Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

FNDE - Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação

GP – Grupo de Pesquisa

HISARCIPO - Grupo de Pesquisa História, Arte, Ciência e Poder

IHGB - Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro

MA – Maranhão

MEC - Ministério da Educação

PCN's - Parâmetros Curriculares Nacionais

PNLD - Programa Nacional do Livro Didático

PR - Paraná

RIHGB - Revista do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro

SEDUC - Secretaria Estadual de Educação de Mato Grosso

TCC - Trabalho de Conclusão de Curso

UEB – Unidade de Educação Básica

UFMT - Universidade Federal de Mato Grosso

## LISTA DE IMAGEM

<b>Figura 1</b>	Coleção analisada: # Contato História, v.2	81
<b>Figura 2</b>	Coleção analisada: História Sociedade & Cidadania, v. 2	83
<b>Figura 3</b>	Coleção analisada: Conexões com a História, v.2	85
<b>Figura 4</b>	Coleção analisada: Olhares da História Brasil e mundo, v. 2	87
<b>Figura 5</b>	Coleção analisada: Oficina de História, v.2	89
<b>Figura 6</b>	Coleção analisada: História, v.2	91
<b>Figura 7</b>	Coleção analisada: História Global, v2	93

## LISTA DE QUADRO

Quadro 1	Análise do mapa no livro didático	82
Quadro 2	Análise do mapa no livro didático	84
Quadro 3	Análise do mapa no livro didático	86
Quadro 4	Análise do mapa no livro didático	86
Quadro 5	Análise do mapa no livro didático	88
Quadro 6	Análise do mapa no livro didático	90
Quadro 7	Análise do mapa no livro didático	92
Quadro 8	Análise do mapa no livro didático	93
Quadro 9	Análise do mapa no livro didático	94

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO .....	14
CAPÍTULO 1 - NOVAS PERSPECTIVAS NO ENSINO DE HISTÓRIA .....	21
1.1 Conhecimento histórico e ensino de História: um rápido diálogo.....	22
1.2 A disciplina História em muitos presentes .....	25
1.3 O livro didático e a sua relação com os mapas .....	28
1.4 A Cartografia Crítica e a sala de aula .....	38
CAPÍTULO 2 - CONSTRUINDO O “MATO GROSSO DA GUERRA”: HISTORIOGRAFIA E DOCUMENTAÇÃO .....	47
2.1 A região da província de Mato Grosso antes do conflito .....	47
2.2 Abordagens historiográficas da Guerra contra o Paraguai .....	59
2.3 Motivos para guerrear: Mato Grosso no centro das questões .....	65
CAPÍTULO 3 - O MATO GROSSO E A GUERRA CONTRA O PARAGUAI EM LIVROS DIDÁTICOS E MAPAS .....	73
3.1 Guerra contra o Paraguai: um exercício de historiografia e ensino de História .....	73
3.2 Uma guerra, uma região: a Cartografia nos livros didáticos .....	79
CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	96
REFERÊNCIAS.....	101

## INTRODUÇÃO

No ano de 2013, ainda cursando a graduação, recebi o convite para integrar o Grupo de Pesquisa História, Arte, Ciência e Poder (HISARCIPO), da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), coordenado pela Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Maria de Fátima Costa, pesquisadora, com referência nas áreas de Cartografia, e História Cultural e de Viajantes. Foram três os motivos pelos quais aceitei o convite para compor o Grupo de Pesquisa (GP). Primeiro, o interesse pelas duas linhas de pesquisa das quais a Prof.<sup>a</sup> Maria de Fátima estava à frente como orientadora, devido ao fato de ambas fazerem parte da minha vivência enquanto estudante secundarista e me despertarem o interesse desde os primeiros anos de contato com a disciplina História: mapas gráficos e o universo de temas relacionados à História do Brasil no período Imperial. Segundo, poder transitar entre duas áreas pelas quais tenho grande paixão e a que dedicava considerável parte de meu tempo: Arte e História. Já o terceiro motivo, e não menos importante, foi a oportunidade de ser bolsista de Iniciação Científica CNPq. A partir de minha entrada no Grupo de Pesquisa HISARCIPO, entendi o que de fato seria um grupo de pesquisa acadêmico, bem como sua dinâmica; de quais maneiras se desenvolviam as pesquisas, além do quão enriquecedor e de extrema importância era o processo, tanto para o desenvolvimento intelectual do acadêmico quanto para a instituição e a comunidade externa.

No Grupo de Pesquisa, eu tinha como base primordial realizar estudos substanciais acerca das obras publicadas pelo francês Francis de Castelnau (1810-1880), resultantes da expedição científica que realizou cruzando o interior da América Meridional, entre os anos de 1843-1847. Uma viagem idealizada e patrocinada pelo governo francês, que tinha como principais objetivos, o levantamento de dados que envolviam o ecossistema da região, minerologia, botânica, catalogação das comunidades existentes naquele período e como se relacionavam em sociedade, principalmente na região que compreende hoje, a parte central do nosso continente. Toda a ação da expedição se deu por meio do traçado de rotas de navegação fluvial que entra na América do Sul pelo Brasil, especificamente pela cidade do Rio de Janeiro, seguindo por Minas Gerais, Goiás, Araguaia, Tocantins e Cuiabá. Dando sequência a esse percurso fluvial, seguiram para outros países: Bolívia, na cidade de La Paz e no Peru por Cusco e Lima tendo como via os rios Urubamba e Ucavali depois retorna ao Brasil pelo rio Amazonas indo até Belém do Pará e dali embarcando de volta para Europa ao final do ano de 1847.

Assim, dediquei-me ao estudo detalhado de *Géographie des parties centrales de l'Amérique du Sud, et particulièrement de l'Equateur au tropique du Capricorne* (Paris,

1854), nomeadamente a *Carte des sources du Paraguay, de l' Arinos et du rio Cuyaba o, indiquant les gisements diamantifères de Matto-Grosso* - simplificada para *Carta das nascentes dos rios Paraguai, Arinos e Cuiabá*, integrante da *Histoire du Voyage*, publicada por Castelnau (Paris, 1850-1851).

Esses estudos foram de grande importância para que eu pudesse compreender os procedimentos que envolvem as produções cartográficas de Castelnau, com destaque para o contexto da elaboração do mapa. Ao término da investigação percebi a importância de se dirigir um outro olhar e uma outra forma de conduzir o processo de ensino da cartografia historiográfica em sala de aula. A retomada de uma nova vertente de trabalho é necessário para que o estudo com mapas torne-se mais amplo e claro quebrando algumas barreiras que impedem a compreensão por parte de professor e alunos sobre o mundo simbólico, contido nas imagens mapográficas, que acompanham o conteúdo textual nos livros didáticos.

Com isso, a motivação para a presente pesquisa de mestrado partiu dessa experiência obtida durante o tempo em que me debrucei sobre os estudos acerca do projeto cujo tema: *Mapas da Expedição Castelnau*, que se desdobrou no projeto de subtema: *Cartas da nascente do Rio Paraguai: Arinos e Claro*, pesquisado por mim no decorrer do período entre 2013-2016, resultando ao final da investigação no meu Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) que teve como título: *Mapas nos Livros Didáticos de História*.

Trabalhar mapas cartográficos em sala de aula deveria ser tarefa inteligível devido sua importância no processo de compreensão e concretude das informações que são trazidas nos livros didáticos para o ensino e aprendizagem na disciplina História. Nesse sentido tenho como lembrança as minhas experiências enquanto aluno de Ensino Médio, que quando bem usados pelos professores, os mapas eram instrumentos tidos por nós, como algo inovador, e tinha a potencialidade de fundamentar os conceitos e realidades dos temas abordados em sala. Ocorre que deveria ser algo corriqueiro na disciplina, no entanto quase nunca tomava essa dimensão. Quando acontecia das aulas serem bem instrumentalizadas ficava nítido tanto para mim e como para alguns colegas que o professor tinha familiaridade e afinidade com a mapografia, as aulas tomavam novos rumos e ares, e com isso conseguíamos criar referências acerca das realidades na qual estávamos inseridos, tendo como sustentação as vivências históricas, legado do nosso passado.

Em março de 2018 elaborei e defendi meu TCC em Licenciatura em História. A análise realizada no estudo identificou como os mapas eram apresentados nos livros didáticos de História e de que maneira foram utilizados no ensino médio em 2017, na rede pública de ensino na cidade de Cuiabá. Cabe destacar que os livros didáticos são aprovados pelo

Programa Nacional do Livro Didático - PNLD 2015, programa organizado pelo Ministério da Educação (MEC) e Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) que tem como objetivo fundamental apoiar a prática educativa, contemplando os quatro níveis do ensino público com emissão gratuita de materiais didáticos, paradidáticos e pedagógicos periodicamente avaliados e escolhidos, meticulosamente, por profissionais da educação,

Entre tantos aspectos analisados no trabalho, destaquei aqueles em que as unidades apresentavam novos capítulos e temas e em decorrência disso surgiam mapas para demonstrar quais regiões, culturas, períodos históricos e povoações eram abordados no conteúdo programático. Continuamente encontrávamos apresentados aos alunos, como meio de pesquisa, ou como mecanismo facilitador do entendimento do conteúdo teórico. Esses elementos se apresentavam muitas vezes como produtos ricos em potencialidade e versatilidade na transmissão de informações que envolviam os temas trabalhados, em outras situações mostravam-se não condizente com o conteúdo impresso no livro.

Com essa investigação pude perceber que os textos e os exercícios apresentados para discutir e construir uma percepção histórica sobre os fatos a qual se referiam, não se relacionavam entre si, assim como não apresentavam para discente e docente indicações de uso para aprofundar nos temas, tendo os mapas apenas a função de ilustrar ou preencher o espaço nas páginas. Dessa forma nada poderia ser cobrado no que se referisse ao ensino dessas fontes. A partir desse resultado surgiram novas preocupações e dúvidas. Uma dessas era: De que maneira o professor trabalhava mapas em sala de aula com as incongruências que foram levantadas pela análise?

É certo que os Parâmetros Curriculares Nacionais de História apresentam uma visão relativamente moderna do ensino de História, mas isso não é a garantia que ela se reflita no dia a dia da sala de aula das escolas públicas, nem que o seu ensino, com base no material, tenha ao final da unidade estudada, a eficácia concernente que vai levar o aluno ao conhecimento do que foi tratado em aula. Somada a essa constatação, que está diretamente ligada a esses documentos oficiais, me questionei também quanto a dois assuntos polêmicos e reais, e que de forma recorrente são levantados e discutidos, até hoje por todos os setores que se vinculam direta e indiretamente a tudo aquilo que está relacionado a escola-professor-ensino. São eles: a precarização da educação e a pouca valorização na formação de professores. Naquele período me deparei com situação que estavam ligadas a quantidade e qualidade dos recursos que eram disponibilizados aos professores para que pudessem desenvolver suas aulas e que tivesse impacto direto no resultado final da aprendizagem do

aluno. Retomo que todos esses levantamentos eram esquadrinhados no que se refere ao ensino de História por meio do livro didático.

Quando falo sobre o ensino e aprendizagem da disciplina História, preciso trazer à luz dessa discussão outra base legal que trata do tema, a Base Nacional Curricular Comum (BNCC), construída com participação de especialistas das mais diferentes áreas de ensino. Previsto já nas discussões do Plano Nacional de Educação de 2014, esse documento, desde então, passa por um processo de (re)elaboração institucional antes de ir para consultas públicas, participação dos docentes e sociedade civil. A BNCC é a regulamentação da pesquisa que analisa e escolhe o que é prioridade e essencial a ser levado para os alunos que fazem parte tanto da rede pública, quanto privada. Abrange todas as etapas da educação com objetivo de que o aluno tenha como garantia o seu direito de aprendizagem. Com isso, cabe as Secretarias de Educação de cada estado elaborar propostas de reorganização e reorientação curricular que possam subsidiar o processo de implantação da Base Nacional Comum Curricular nas unidades de ensino. Essas sugestões devem ser consideradas sem perder de vista as especificidades dos estudantes e regiões em que moram.

O documento da BNCC auxilia o professor em suas práticas pedagógicas e, em se tratando do ensino de História, tem por finalidade dar condições para que os conteúdos ensinados possam ajudar os discentes a construir uma visão crítica com o passado, e que consigam realizar interpretações que se vinculem aos acontecimentos do presente.

Quando disponibilizado ao estudante o contato com as fontes documentais produzidas à época do fato histórico ou conteúdo estudado, estamos proporcionando uma forma de compreensão que possibilite, através do ensino, identificar as relações que se deram na feitura do objeto em análise, relações construídas ao longo do processo de formação da sociedade, estudando os percursos das experiências dentro do contexto que foi elaborado, e seus efeitos para época. Dentro das relações entre diferentes sociedades, o ensino de História visa dar explicações acerca do desenvolvimento do conhecimento histórico de como sociedades constituíram tais vínculos entre si e se organizaram, desenvolveram tecnologias, formas de escritas e linguagem no decorrer dos anos. O modo de vida, hábitos alimentares, relação com a natureza e a criação de divindades. Processo de identificação que produz conhecimento e leva a formulação dos saberes que foram desenvolvidos pela humanidade. O uso de fontes sempre esteve presente na prática de ensino do professor de História: utilizando documentos impressos, vestígios de cerâmicas, iconografias, manifestações culturais, entre outras; são recursos que auxiliam na construção do pensamento histórico e nas relações sociais produzidas pelos grupos humanos em diferentes espaços e tempos. Trouxe essa reflexão para

afirmar que a criticidade deve ser fator a ser desenvolvido no educando e presente nas aulas de História.

Assim, me propus desenvolver o projeto *A cartografia crítica no ensino de História: Uma Perspectiva Pedagógica para a Sala de Aula – Utilizando Mapas da Guerra contra o Paraguai (1864-1870) nos Livros Didáticos*, com o propósito de compreender o recurso à cartografia e a representação do tema da Guerra contra o Paraguai (1864-1870) nas páginas dos livros didáticos de História selecionados pelo PNLD 2018, para com isso subsidiar a produção de Produto Pedagógico, que consiste em um roteiro de leitura e compreensão com atividades, indicação de textos e procedimentos de fichamento de mapas visando oportunizar uma dinâmica com maior interação com o documento estudado e que sirva na aplicação do conteúdo analisado, evidenciando o território de Mato Grosso como um dos palcos da Grande Guerra, e assim instrumentalizar a atividade didático-pedagógica no ensino dessa temática.

Com isso, busco dar resposta às seguintes questões problematizadoras: Qual a narrativa predominante na relação historiografia e cartografia nos livros didáticos de História do PNLD 2018 analisados para este estudo? – a saber: Contato História; História Sociedade & Cidadania; Conexões com a História; História: passado e presente do mundo moderno ao século XIX; Olhares da História Brasil e mundo; Oficina de História; História; História das cavernas ao terceiro milênio; e História Global<sup>1</sup>. É possível apreender, nesses materiais, a importância estratégica do território de Mato Grosso no cenário da Guerra contra o Paraguai? Como instrumentalizar a correlação historiografia e cartografia para o ensino do tema Guerra do Paraguai na História de Mato Grosso?

Diante disso, a pesquisa foi estruturada em três capítulos.

No primeiro capítulo, após breve incursão sobre um movimento amplo de redefinição do campo do conhecimento histórico, e amparado pelas pesquisas de Maria Auxiliadora Schimidt e Marlene Cainelli (2004), discorro sobre a trajetória da disciplina de História nos bancos escolares brasileiros, traçando um panorama do processo de formação constitucional dessa disciplina e abordando questões da estruturação do seu currículo; apresento também, uma análise sobre a presença do livro didático como material que orienta e rege as discussões dos conteúdos na sala de aula.

Para tanto, tomo como referência autores como Circe Bittencourt (1993) e Alain Choppin (2008), que discutem as dimensões do livro didático em sala de aula, e que têm proporcionado em suas investigações suporte de reflexão para o docente no processo de

---

<sup>1</sup> Em todos os casos, dediquei-me ao volume 2 das coleções, abrange o século XIX.

construção de sua atividade, utilizando os manuais didáticos, e reforçando a necessidade de uma reflexão constante do fazer pedagógico e da utilização desse instrumento de ensino.

No segundo capítulo, trago questões relacionadas ao território de Mato Grosso na produção historiográfica a respeito da Guerra contra o Paraguai (1864-1870), tendo como base a obra organizada por Borges e Peraro (2012), que reúne estudos produzidos por pesquisadores da região sobre o envolvimento do Brasil no referido conflito e as estratégias de defesa tomadas pelo governo do período para garantir a proteção do seu território. Por sua vez, as discussões apontadas por Menezes (1998) também representativas de uma historiografia mato-grossense sobre o tema, trazem um balanço das relações diplomáticas envolvendo os países da Tríplice Aliança contra o Paraguai.

No terceiro capítulo, o foco recai sobre uma espécie de proposta de apoio ao docente, intitulado *O Mato Grosso e a Guerra contra o Paraguai em livros didáticos e mapas* é apresentado uma análise de como o tema da Guerra contra o Paraguai surge nos manuais didáticos, sem as implicações regionais de Mato Grosso no combate. Ainda nesse capítulo, apresento as abordagens do conteúdo da Guerra contra o Paraguai, presentes nas coleções analisadas do PNLD 2018 e em diálogo com as filiações historiográficas que orientam essas narrativas didáticas; também recorro a quadros analíticos para estabelecer (des)articulações entre os mapas apresentados nesses materiais e as narrativas que os acompanham.

A dissertação e o produto pedagógico estão amparados nas prerrogativas contidas na Base Nacional Comum Curricular – BNCC e no Documento de Referência Curricular para Mato Grosso, este último elaborado com o intuito de atender a demandas apontadas pela Base Nacional Comum Curricular, de melhoria na estrutura curricular e nas práticas educativas para os jovens estudantes da rede pública e privada do Estado, visando fazer uma abordagem de temas que aproximem ensino e historiografia da região em que moram, em diálogo com o contexto nacional.

Pensando sobre a proposta de apoio, apresento ações que sejam colaborativas nas ações didáticas, como prática de atividade em sala de aula, que vai auxiliar na utilização, compreensão e reflexão acerca do uso de mapas, nas aplicações dos conteúdos fundamentais no processo desenvolvido pelas escolas, indicando como Produto Pedagógico a ser utilizado pelo docente em sala de aula. Assim sendo, o produto consiste em: um roteiro de leituras e estudos com mapas nas aulas de História, com foco na incidência das partes responsáveis pela diversificação e regionalização do ensino da História de Mato Grosso, estabelecendo uma correlação entre a historiografia e a Cartografia Crítica. O material proporcionará ao professor

novas possibilidades de abordagem do tema, transformando essa discussão em um complemento das questões que já são apresentadas nos livros didáticos.

## **CAPÍTULO 1 - NOVAS PERSPECTIVAS NO ENSINO DE HISTÓRIA**

O desenvolvimento de pesquisas que visam apresentar novas abordagens para o ensino de História vem ganhando cada vez mais espaço nos debates acadêmicos, tendo como pressupostos a construção de um currículo escolar que possa proporcionar ao docente uma prática para além da reprodução de fatos e consequências no que se refere às experiências vivenciadas nas relações humanas e nas trajetórias que percorrem; verifica-se com isso a produção de trabalhos que apresentam inúmeras linguagens que podem ser incluídas na prática pedagógica, e que estão preocupados em tornar os conteúdos que serão abordados em sala mais atrativos.

Ao analisarmos estudos com mapas aplicados no passado e presente é que entendemos a necessidade de trazer para o debate em sala de aula as múltiplas experiências construídas nas relações sociais e que se tornaram referências para a construção do conhecimento que irá auxiliar na formação do pensamento histórico dos discentes, bem como as relações e inserção de metodologias que venham a contribuir para a aprendizagem desse público. A mapografia vem se tornando cada vez mais uma preocupação dos profissionais que lidam com esta área do conhecimento. Como tornar as aulas atraentes para os estudantes? Quais os temas que devem ser ensinados nas aulas de história? Quais recursos serão utilizados para dinamizar o conteúdo? São questões norteadoras que conduzirão a pesquisa até o momento das práticas didáticas que serão desenvolvidas nos diferentes níveis do ensino.

Ao mesmo tempo em que pensamos nessas questões entendemos o quanto é importante refletirmos sobre a formação continuada que está sendo ofertada ao docente de História para, a partir de então, se pensar quais ferramentas serão disponibilizadas para se cumprir com todas as exigências que atravessam o processo da prática de ensino utilizada por esses professores.

Para além dos documentos elaborados nas instâncias governamentais, e que regem as diretrizes que orientam a vida escolar, os estudos apresentados em seminários, com a divulgação de pesquisas por parte dos estudiosos são importantes para ajudar na concepção de práticas e uso de novas linguagens, visando instrumentalizar o plano de aula do docente.

Seguindo essa esteira de contribuição, apresento nessa investigação um caminho para refletir sobre o uso de mapas nas aulas de História, pensando na cartografia presente nos manuais didáticos. Os mapas são documentos que possibilitam não só o reconhecimento do espaço onde se deu os fatos históricos, a sua presença pode e deve ser utilizada para além da ilustração. Ele contribui para perceber a movimentação de corpos, produtos, trocas de saberes

e mudanças causadas em determinado tempo. O corpus documental que ajuda nessa reflexão são os livros didáticos distribuídos na rede pública através do Plano Nacional do Livro Didático – PNLD 2018, fazendo um recorte para a Guerra contra o Paraguai (1864-1870) e pensando na relação entre historiografia e cartografia sobre o tema.

### **1.1 Conhecimento histórico e ensino de História: um rápido diálogo**

Ao longo dos séculos XX e XXI, uma série de mudanças vivenciadas nas Ciências Humanas, acarretou novas formas de análise para o ofício do historiador. Neste domínio, que se amplia e se fraciona, tornaram-se necessárias novas perspectivas de orientação do conhecimento histórico e, evidentemente, de seu ensino. Nas palavras de Peter Burke, ao sintetizar o sentido de um conjunto de transformações caras à historiografia ocidental, a “[...] nova história é a história escrita como reação deliberada contra o ‘paradigma’ tradicional” (BURKE, 1992, p. 10). De acordo com este prisma, é possível pensar que o ensino de História traz à tona novos objetos de estudo, antes totalmente excluídos pelo “paradigma tradicional”, associado, em alguma medida, com o historicismo e o positivismo dos Oitocentos.<sup>2</sup>

Aqui, um parêntesis e um paralelo. Ao longo das nossas vidas, nos deparamos com objetos que carregam significados, como por exemplo, uma caixa de papelão, uma lata decorativa de algum produto do gênero alimentício ou de perfumaria, que por questão de afeto, apego e/ou beleza foi adquirindo outras serventias para além de um objeto descartável, tornando-se enfim refúgio de memória. Ao abrirmos essas caixas ou latas, pessoais ou de um arquivo, somos lançados para outro tempo e espaço, que ali ficaram guardados em formas de fotografias, reportagens, receitas, mapas, cartas, entre outros documentos preciosos, em preto e branco ou num amarelo desbotado; tais vestígios abrigam um lapso fúlgido de prazeres, medos, conflitos instantâneos do passado. São “vidas recortadas”, conforme Burke: “[...] construção cultural, sujeita a variação, tanto no tempo quanto no espaço” (BURKE, 1992, p. 11).

Assim, como campo de conhecimento ou objeto de ensino, instâncias que se imbricam, a diversidade de registros traz vida ao conhecimento. Em sala de aula, o ensino de História não pode ficar restrito ao livro didático. Documentos devem ser utilizados; abre-se, então, espaço para novas referências e múltiplos olhares, tanto dos discentes quanto dos docentes, sobre o passado.

---

<sup>2</sup> O próprio autor aponta para a fluidez da expressão “paradigma tradicional”. Em outro livro, atém-se mais detidamente a esta questão. Ver Peter Burke (1992).

Nesse sentido, os desafios atuais no campo da docência emergem em todos os níveis de escolaridade (fundamental, médio e superior). O professor de História deve traçar novas estratégias, abrangendo ao máximo todo tipo de aporte teórico. Com isso, ganham destaque outras fontes documentais, como fotografias e imagens de todos os tipos e suportes, como cartas, reportagens em jornais e revistas, receitas culinárias, músicas, entre outras relíquias. Nesta investigação, o foco recai sobre os mapas.

Essa pesquisa caminha nas veredas deixadas pelos pressupostos metodológicos oportunizados pela Nova História Cultural, uma dimensão das novidades anunciadas por Peter Burke, que alargou o campo de pesquisa histórica, permitindo trazer para a área investigativa diversas abordagens e fontes que, para serem lidas necessitam de outras áreas do conhecimento, o que leva o historiador a trabalhar de maneira interdisciplinar.<sup>3</sup>

Talvez, seja um dos aspectos que, contemporaneamente, mais dão visibilidade à História Cultural: a renovação das correntes da história e dos campos de pesquisa, multiplicando o universo temático e os objetos, bem como a utilização de uma multiplicidade de novas fontes (PESAVENTO, 2007, p.41).

Assim, com novos documentos, o ensino de História fomenta inúmeras discussões, abrindo possibilidades, sensibilidades que visam diminuir a distância, a fragmentação e a desarticulação existentes no processo de escolarização do conhecimento histórico. Pois, a compreensão de que a História pode ser ensinada por meio de outros materiais e discursos provoca mudanças significativas para o aluno e o professor.

Em direção a esses novos materiais, a pesquisa utiliza a discussão da cartografia crítica, conceito discutido pelo geógrafo John Brian Harley (1932–1991), na sua obra *La nueva naturaleza de los mapas – ensayos sobre la historia de la cartografía* (2005)<sup>4</sup>. Essa perspectiva trouxe para as Ciências Humanas o entendimento do mapa como texto visual passível de leitura, e que, portanto, carrega em si um discurso. Podemos utilizar os mapas para além das informações espaciais, extraindo deles informações políticas, sociais e econômicas. Ou seja, a cartografia representa o espaço de acordo com a concepção de mundo realizada por seu autor.

Neste capítulo, busquei formas de instrumentalizar o professor de História para o uso de mapas como fontes documentais em sala de aula, sejam esses mapas extraídos dos livros didáticos ou não. Como forma de aplicação desse conceito, trouxe para a vista a investigação

---

<sup>3</sup> Evidentemente, a ampliação das fontes de pesquisa não é exclusividade da Nova História Cultural, e compõe movimentos muito mais amplos, cuja análise escapa aos propósitos desse texto. Para a historiografia brasileira, uma discussão inicial sobre a expansão do campo pode ser consultada em Ronaldo Vainfas e Ciro Flamarion Cardoso (2012).

<sup>4</sup> Utilizamos para este estudo a edição de 2005, traduzida por Leticia García Cortés e Juan Carlos Rodríguez.

realizada em torno do conteúdo da Guerra contra o Paraguai (1864-1870) e sua representação cartográfica nos manuais didáticos, verificando como são feitas as abordagens desse tema e a contribuição do uso de mapas para aprofundar o conhecimento sobre o conflito.

Dentro das possibilidades apresentadas, a abordagem não se restringe aos detalhes históricos em que ocorreram as batalhas travadas durante todo o período, tampouco se encerra em uma discussão historiográfica; proponho ampliar os olhares para o desenvolvimento pedagógico do professor em sala de aula, utilizando o mapa como documento e, deste modo, ampliar o entendimento dos alunos acerca desta ferramenta e do seu valor para a História.

A proposta dialoga também com as mudanças no campo educacional que vêm ocorrendo desde os anos 1990, materializadas nos pressupostos estabelecidos pelos Parâmetros Curriculares Nacionais de História - PCN's e da Base Nacional Comum Curricular; entretanto, sabe-se que as mudanças legais não são a garantia de que elas se reflitam em alterações no dia a dia da sala de aula das escolas públicas. Para além dos documentos oficiais, há a realidade conhecida da precarização da educação pública e da pouca valorização na formação dos professores. Como consequência, deparamo-nos com uma situação em que muitas vezes o único recurso de que o professor pode dispor para o desenvolvimento de suas aulas é o livro didático.

De antemão, pode-se afirmar que o livro didático é um instrumento de ensino que reúne diversos conteúdos, porém, não tem como propósito o aprofundamento dos temas apresentados, deixando de oportunizar ao docente uma ação inovadora na hora de empregá-lo. As sequências dos temas cada vez mais indicam filmes, mapas, *sites* etc... como complemento para o estudo dos conteúdos. Portanto, são fontes que potencializam a apreensão do conhecimento, mas ainda é preciso realizar formação para utilizar essas ferramentas didáticas.

Se considerarmos a discussão em torno da Cartografia Crítica, podemos ampliar o olhar a respeito de sua presença nos livros e perceber que quando os mapas aparecem, como complemento no tema abordado, a sua colaboração para o processo de ensino de História pode oportunizar ao discente uma melhor compreensão do conteúdo ensinado.

Antes de apresentar as possibilidades didáticas dos mapas e sua colaboração para o ensino de História na formulação do pensamento histórico dos discentes, é preciso compreender os caminhos trilhados para a constituição da base metodológica curricular da disciplina de História, ou seja, a trajetória institucional, a construção e elaboração que formata o currículo brasileiro e sustenta o trabalho do professor de História.

## 1.2 A disciplina História em muitos presentes

No Brasil, desde que a História se tornou disciplina escolar durante o século XIX, esse campo específico do conhecimento trilhou inúmeros percursos. Durante muito tempo, ensinava-se nos livros didáticos a História da Europa, compreendida com a “História da Civilização”. A História brasileira, por sua vez, era apenas uma extensão do velho continente, sem corpo, sem nome, sem rosto, sem perfil, um imenso território vazio. O máximo de proximidade com a História do Brasil consistia em um repertório de biografias de homens brancos e “vencedores”, um compêndio “ilustre, de datas e batalhas”. Ora, conforme Bittencourt:

O número crescente de compêndios de história do Brasil editados, sobretudo a partir da década de sessenta do século XIX, comprova a incorporação dessa área do conhecimento histórico na cultura escolar do período, tanto para as escolas secundárias quanto para o ensino elementar (BITTENCOURT, 1993, p. 209).

A disciplina de História ganhou *status* de responsável pela formação da cidadania brasileira entre os anos de 1930 e 1961, como assinalam as diretrizes da Lei de Educação desse período<sup>5</sup>: “Os principais conteúdos de história do Brasil tinham como objetivo a constituição e a formação da nacionalidade, marcos históricos, sendo a pátria o principal personagem desse tipo de ensino” (SCHIMIDT; CAINELLI, 2004, p. 11).

Entretanto, mesmo nesse período, o ensino de História sofreu duras represálias, perseguições e silenciamentos; situação que só se acentuou durante a Ditadura Militar de 1964 a 1985, quando foi oficializado o ensino de Estudos Sociais nas escolas brasileiras pela Lei 5.692/71, atrelando os conteúdos específicos da História a uma concepção tradicional (sobreposição dos fatos e biografias) nos anos finais do antigo segundo grau (SCHIMIDT; CAINELLI, 2004).

Deste modo, após a abertura democrática ou “redemocratização”, entre os anos de 1990 e 2000, Schmidt e Cainelli afirmam que os Parâmetros Curriculares Nacionais – PCN’s da área de História propuseram modificações significativas nos conteúdos e abordagens do ensino de História. E, a partir de então, acompanham as mudanças no campo teórico-metodológico mais amplo, a História ensinada e estudada agora seria também a história dos homens comuns (ou a “história vista de baixo”, para recorrermos a Thompson), e não somente de heróis. Assim, preconizava-se “novas perspectivas historiográficas como metodologia de ensino (cinema, música, fotografia, entre outras; além do trabalho com os documentos escritos)” (SCHIMIDT; CAINELLI, 2004, p. 14).

<sup>5</sup> Decreto nº 19.402 de 14/11/1930 – que trata da criação da do Ministério da Educação; Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961 – primeira lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

A respeito dessas mudanças, Circe Bittencourt (1993) afirma que as reformas curriculares nos ensinos fundamental, médio e superior devem ser permeadas de discussões centradas no cotidiano, trabalho e na historicidade do aluno. Ou seja, entender o discente como produtor de saber e não mero espectador de uma história reproduzida nos e pelos livros didáticos, em que se exaltam supostos heróis. Como objetivo último desse ensino, elege a construção da cidadania e do pensamento crítico.

Se o ambiente era de proposição de mudanças, o principal instrumento de ensino permanecia (e permanece) o mesmo: o livro didático. De novo recorrendo a Circe Bittencourt (2008, p. 301), o livro didático é um “objeto cultural de difícil definição” pelo fato de que todos, uma vez ou outra, o terem manuseado, aspecto que o diferencia das demais literaturas.

Por essas razões, estudiosos como Circe Bittencourt (1993) e Jörn Rüsen (1997) abordam a função social dos livros didáticos, uma vez que configuram suportes metodológicos para o cotidiano de uma sala de aula. Ambos os autores apresentam propostas de análise aos pesquisadores do ensino de História, ao mesmo tempo em que apontam como os professores podem aproveitar as imagens contidas nos manuais didáticos e desenvolver a percepção histórica dos alunos.

Segundo Rüsen, a leitura crítica das imagens inseridas nos livros, com métodos apropriados, colabora para a construção e interpretação do pensamento histórico. Pois,

As imagens têm aqui uma função muito importante. Durante muito tempo foram usadas somente para fins de ilustração, porém na produção mais recente de livros didáticos alcançaram uma importância crescente e uma autonomia em relação ao texto. Consequentemente, não devem ter a mera função de ilustração, mas constituir a fonte de uma experiência histórica genuína: devem admitir e estimular interpretações, possibilitar comparações, mas sobretudo fazer compreender aos alunos e alunas a singularidade da estranheza e o diferente do passado em comparação com a experiência do presente, e apresentar o desafio de uma compreensão interpretativa (RÜSEN, 1997, p. 119).

Na contemporaneidade, o ensino de História deve ser pensado como estímulo à construção do conhecimento no espaço educacional. Como afirmam Schmidt e Cainelli, “[...] o professor de história ajuda o aluno a adquirir as ferramentas de trabalho necessárias para aprender a pensar historicamente” (SCHIMIDT; CAINELLI, 2004, p. 30). E para tal é necessário elaborar estratégias de ensino, como a utilização de fotos, cartas, mapas, músicas, receitas, reportagens, e imagens em movimento.

Portanto, a utilização de metodologia de investigação do ofício do historiador em sala de aula implica benefícios tanto ao professor quanto aos alunos. Desta maneira, frente a estes avanços curriculares para o ensino de História no tocante a construção de protagonistas, dos

então sujeitos históricos antes esquecidos: “Essas mudanças estão sendo mediadas por conjuntos de fatores que rompem a sala de aula, estimulando a construção e o compartilhamento de conteúdo por professores e alunos” (SCHIMIDT; CAINELLI, 2004, p. 30).

Contudo, o processo de construção do conhecimento histórico em sala de aula prescreve algumas questões relevantes, conforme a historiadora Elza Nadai (1986) salienta: “[...] terão os estudantes superado a ideia de que a História como é ensinada é realmente odiosa, e os professores, partido para a organização de outras práticas pedagógicas mais significativas?” (NADAI, 1986, p. 143). Este potente questionamento deve ser debatido à exaustão, no que concerne ao fazer do historiador e ao fazer pedagógico no ambiente da sala de aula.

As autoras Schimidt e Cainelli contribuem para essa discussão afirmando que:

A sala de aula não é apenas o espaço onde se transmitem informações, mas o espaço onde se estabelece uma relação em que interlocutores constroem significações e sentidos. Trata-se de um espetáculo impregnado de tensões, no qual se torna inseparável o significado da relação entre teoria e prática, entre ensino e pesquisa. Na sala de aula, evidenciam-se, de forma mais explícita, os dilaceramentos da profissão de professor e os embates da relação pedagógica (SCHIMIDT; CAINELLI, 2004, p. 31).

Há algumas décadas, a concepção de conteúdos escolares está sendo dilatada para inclusões de saberes plurais, interdisciplinares e discursivos do campo da didática. Trata-se de demandas e embates que proporcionam aos professores uma “reciclagem do magistério” ou a tão falada “formação continuada”, para organizar outras ferramentas e dispositivos que fomentem melhores formas de ensino e aprendizagem, e que abranjam conteúdos que contemplem procedimentos de leitura, pesquisa, comparação, análise, reflexões críticas, de diferentes tipos de fontes documentais.

A inserção dessas novas discussões presentes no cotidiano na formação dos discentes possibilita aos docentes agregar novas ferramentas no fazer pedagógico. Toda produção de conhecimento realizada por diversas sociedades ao longo da trajetória humana são conteúdos potentes que servem para dialogar com o passado, construir interpretação do modo de vida e relação com o meio social em que os documentos foram constituídos.

Assim são os mapas, que trazem em seu desenho não só a representação territorial, mas como este espaço é representado como transmissor de informação a respeito das relações culturais compartilhadas em grupo, dados de como se constituem os elementos naturais da localidade, referências de caminhos terrestres e fluviais que compõem a realidade geográfica e estão presentes na representação cartográfica. Dessa maneira, esse documento se torna

importante para o ofício do historiador, como qualquer outro produzido nas relações humanas, mas com especificidades exploradas adiante.

### **1.3 O livro didático e a sua relação com os mapas**

Durante o processo educacional do desenvolvimento dos conhecimentos históricos, as atividades pedagógicas e as metodologias que são aplicadas em sala de aula devem contribuir para a transposição didática<sup>6</sup>, oportunizando aos estudantes uma apreensão melhor dos temas trabalhados. Para isso, se torna necessário, cada vez mais, fazer uma relação dos temas ensinados e seus fenômenos com a aproximação da realidade cotidiana.

O conhecimento histórico, de ordem política, influências econômicas, relações sociais e culturais ganham a forma de conteúdo apresentado nas temáticas ensinadas que constroem um pensamento histórico nos estudantes a respeito de grupos sociais, e são fatores presentes nos livros didáticos. Os manuais didáticos são reconhecidamente utilizados nos estabelecimentos de ensino em todo o mundo. Entretanto, são necessárias que sejam realizadas avaliações críticas desse poderoso instrumento.

Nos livros didáticos encontramos, de maneira ordenada, aspectos que caracterizam a formação e identidade de um grupo social. Essa estrutura pedagógica na maneira com que se deve abordar um tema faz parte da elaboração e construção do conhecimento histórico, em âmbito escolar; entre outros aspectos, os manuais didáticos apresentam-se como elo na construção do saber, um esforço, que não chega a abarcar uma totalidade. Por isso, buscar outras formas pedagógicas dentro das possibilidades dispostas de cada professor ajuda nos procedimentos de ensino.

O historiador francês Alain Choppin, que durante sua vida atuou como professor e pesquisador da História da Educação investigou livros didáticos para concluir que são mais do que uma ferramenta pedagógica na formação dos estudantes. Trata-se de um objeto cultural

---

<sup>6</sup> O conhecimento produzido cientificamente, nos bancos das universidades, institutos e centros de formação de professores, são saberes regimentados por uma estrutura que transforma o processo vivido nas sociedades em um domínio que dê garantias para a reprodução de saberes através de uma sistematização. São as habilidades, as experiências compartilhadas, os hábitos culturais de diversas épocas e que ganham novas molduras de acordo com o contexto histórico experimentados pela ação humana. Esse conjunto de regras possui uma linguagem própria, específica do meio acadêmico, com diversos termos que serão debatidos por pensadores que formulam suas pesquisas e as transformam em teorias. O conhecimento produzido no meio acadêmico precisa ser compartilhado em outros espaços e a sua transmissão necessita passar por uma adaptação, a depender do público que irá absolver tais produções. Com isso, surge a transposição didática, que é a capacidade de transmitir o conhecimento científico organizado em uma estrutura de conteúdo e que possa ser repassado de forma didática para os bancos escolares. A forma com que esse acúmulo de saberes será repassado é orientada pelos professores, que utilizam como ferramentas: os programas oficiais, os projetos pedagógicos regimentados por leis e normas, além dos livros didáticos. Para o conceito de “transposição didática” aqui utilizado, ver Yves Chevallard (2000) e Lucas Domingui (2008).

que, formado pela escolha de terceiros, assume um aspecto influenciador na formação dos mais jovens. Em um dos seus estudos, Choppin (2008) demonstrou que não se pode perder de vista que o livro didático é influenciado por diversos fatores que determinam a sua elaboração e produção, dentre os quais, os aspectos culturais, pedagógicos, de produção editorial e social.

No livro didático, os conteúdos são apresentados em unidades distintas, que reúnem fontes abundantes e diversas para a concepção dos conteúdos apresentados. Trata-se de material pensado para auxiliar o professor na hora de organizar suas aulas. Toda lógica de produção desses manuais engloba extensa teia de profissionais que vai muito além do autor.

Conforme observa o mesmo Choppin (2008), é necessário entender que a sua elaboração responde à lógica editorial e aos interesses do Estado; as instituições governamentais agem e interferem ideologicamente na produção e liberação das obras didáticas para o consumo.

Desde o início da concepção do sistema público de ensino, prossegue Choppin (2008), os manuais foram pensados para viabilizar e auxiliar no processo de aprendizagem. Hoje, a sua produção está sendo cumprida pela iniciativa privada, porém é o Estado que concede e viabiliza a adoção dos livros pelas escolas.

As editoras também participam da transmissão dos conceitos, são elas que fazem o papel de divisão dos conteúdos, as escolhas das imagens e as disposições destas nas páginas, tudo isso passa pelo diagramador, e pelo editor final. O autor, dependendo do contrato de participação, pouco opina nesta hora da reprodução final.

O manual escolar constitui, assim, um precioso indicador das relações de força que estabelecem, em um dado momento e em uma determinada sociedade, os diversos atores do sistema educativo, pois o grau de liberdade que gozam seus redatores e quem os utiliza pode variar consideravelmente (CHOPPIN, 2008, p.13).

No Brasil, a relação estabelecida para a adoção do livro didático é regida pelo Decreto Presidencial nº. 91.542, de 19 de agosto de 1985, que reúne em um único programa todas as ações para a universalização dos livros didáticos no país. Trata-se do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), que designa uma política pública para a produção dos livros didáticos das séries iniciais até o ensino médio.

A organização dos conteúdos dos livros didáticos, de maneira especial os da disciplina de História, passa por questões temáticas que na sua trajetória fazem uma divisão historiográfica das narrativas, característica presente nas séries finais do ensino fundamental brasileiro. Os temas foram desenvolvidos para serem trabalhados em coleções diferenciadas, que em suas abordagens exploravam os conteúdos relativos a História do Brasil e História

Geral como algo distantes no tempo e espaço, fazendo uma apresentação desarticulada do conjunto,

As pesquisadoras Helenice Rocha e Flavia Caimi (2014) investigaram de que maneira se constituíram, ao longo dos anos, os temas apresentados nos livros didáticos na trajetória do ensino brasileiro, as sequências dos conteúdos e sua integração ou não (História do Brasil / História Mundial) e como o Plano Nacional dos Livros Didáticos passou a orientar as escolhas. Nesse percurso, resgataram um histórico de preponderância de certa História Mundial, gradativamente modificado pela crescente presença de uma História do Brasil e, mais recentemente, de uma História Integrada.

Para a década de 1980, recorte priorizado para as relações que estabelecem com o tempo da pesquisa, observaram que:<sup>7</sup>

Nesse cenário, os livros didáticos destinados ao ensino fundamental no Brasil até meados da década de 1980 eram publicados em coleções de quatro volumes, sendo os dois primeiros dedicados à história do Brasil (5ª e 6ª séries) e os dois últimos à história Geral (7ª e 8ª séries) (ROCHA; CAIMI, 2014, p. 126).

Da maneira como vinham sendo constituídos, os temas faziam uma separação dos eventos, criando uma interpretação distante no tempo e espaço, como se os fatos históricos estudados não pudessem se interligar ou ocorrer concomitantemente.

Para estabelecer o entendimento dessa conjuntura presente na formação escolar dos estudantes e na elaboração dos livros didáticos de História, se torna necessário entender a relação que se tem a partir do Programa Nacional do Livro Didático e como a participação editorial influencia nas questões de organização temática.

Ao estudar a organização dos conteúdos apresentados nos manuais didáticos voltados para a educação do ensino fundamental brasileiro, uma característica que devemos ter como base nas análises é a apresentação das sequências dos capítulos e como estão sendo elaborados pelas editoras que apresentam suas versões para avaliação e aprovação das obras que serão adotadas. Com isso, acrescentam as autoras:

Com base em editais de chamada às editoras, o PNLD vem estabelecendo parâmetros historiográficos, pedagógicos e editoriais para a organização de coleções de livros didáticos. Nesses parâmetros não se coloca restrição a nenhuma forma de organização curricular, o que torna o resultado da avaliação de livros de História do PNLD um termômetro em potencial das tendências de organização curricular disponíveis hoje no mercado editorial (ROCHA; CAIMI, 2014, p. 131).

---

<sup>7</sup> Discussões contemporâneas sobre a história escolar ou, mais especificamente, sobre a sua organização curricular, precisam necessariamente levar em conta a presença do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) no cenário educacional brasileiro, criado em 1985 e redimensionado nos anos 1990. Contudo, políticas voltadas para o controle e disseminação do livro didático datam na década de 1930 (ROCHA; CAIMI, 2014).

É possível perceber como as narrativas históricas apresentadas nos livros didáticos se relacionam, criando aproximação com os fatos vividos em diferentes espaços. Essa característica também é verificada nas coleções do PNL D usadas para essa investigação. Nelas, observamos que o tema da Guerra contra o Paraguai (1864-1870) se insere para explicar o contexto da crise do regime imperial brasileiro; este conteúdo é abordado nas unidades em que se discute também as inúmeras manifestações e revoltas de diversos grupos marginalizados, que lutavam por liberdade e independências durante o século XIX e a crise política vivida em todo o território da América Latina.

Ao apresentar os temas de modo integrado, a intenção é colocar para o entendimento que os fatos ocorrem simultaneamente e possuem relação de interferência na vida política, social e cultural das sociedades, perspectiva que também se aproxima de uma historiografia que, cada vez mais, articula tempos e espaços distintos.

O estudo feito pelas autoras demonstra como se dá a apresentação dos conteúdos de história integrada, estudos dos fatos históricos ocorridos nacionalmente (História do Brasil) e internacionalmente (História Mundial), transformados em temas para serem trabalhados nas salas de aula, com ênfase na concomitância e na articulação entre os eventos. Esse estilo de abordagem vem se tornando uma referência constante nos manuais didáticos que compõem a disciplina de História para os anos finais do ensino fundamental e médio, tendência que as autoras atribuem a um conjunto de fatores, como os desafios de um mundo globalizado e os avanços, na historiografia, da perspectiva de uma história conectada.

Ao analisar os livros didáticos de História, podemos perceber o fenômeno de mudança na abordagem do termo História Geral para História Mundial, ou seja, os assuntos não são divididos como algo pertencente apenas a uma narrativa isolada em determinados espaços geográficos; as experiências vivenciadas pelas sociedades podem ser estudadas observando as ligações existentes. Os fatos históricos se ligam, os múltiplos eventos podem se relacionar no mesmo capítulo, oportunizando que os assuntos relativos à História do Brasil estejam articulados com os temas mundiais, podendo ser estudados de forma integrada, característica que se contrapõe ao “viés ocidentalizante e eurocêntrico da narrativa histórica” (ROCHA; CAIMI, 2014, p.133).

Entender como se dá a estrutura de conteúdo apresentada nas obras didáticas aprovadas pelo Programa Nacional do Livro Didático ajuda o docente a organizar suas atividades pedagógicas, preparando os discentes para uma interpretação dos fatos históricos em condições de elaborar relações com as narrativas históricas situadas em diferentes espaços.

Em seu estudo *Limites, escolhas e expectativas: horizontes metodológicos para análise dos livros didáticos de história* (2012), o pesquisador Jean Carlos Moreno analisa o suporte do livro didático como uma realidade didática e política, posta como permanente na aplicação dos conteúdos.

Contudo, como dificilmente um programa oficial consegue detalhar todas as nuances da disciplina escolar, nenhum livro didático pode ser considerado portador da oficialidade absoluta. Sempre existe um hiato entre as propostas curriculares e sua incorporação nos livros. Mesmo que se anuncie o cumprimento das normas oficiais e se transformem todos os itens do programa em títulos dos capítulos, o livro sempre será uma leitura, uma interpretação possível do currículo proposto pelo Estado (MORENO, 2012, p.726).

Dentre os vários aspectos apresentados por pesquisadores que estudam os formatos da concepção dos livros didáticos, também temos estudos que relacionam o uso da Cartografia nas abordagens dos conteúdos em sala de aula; algumas práticas didáticas podem ser extraídas da disciplina de Geografia servindo como norteadoras para pensar a sua utilidade também nas aulas de História, quando se valem de imagens cartográficas.

Mafalta Nesi Francischett (2007), em suas investigações com o estudo da linguagem cartográfica, indica que os conteúdos relativos ao campo da interpretação das representações geográficas sejam desenvolvidos de maneira que aproximem os estudantes com a realidade em que estão inseridos, podendo trazer para as salas de aula atividades relacionadas com a vivência dos estudantes e que sejam ações metodológicas participativas e inclusivas.

A Cartografia como área do conhecimento vinda da Geografia possibilita aos estudantes ampliar o entendimento das movimentações sociais e compreender as múltiplas manifestações culturais elaboradas dentro de um espaço por grupos humanos: “[...] embora essa possibilidade esteja circunscrita às condições sociais, culturais e históricas do contexto em que se insere, ele pode apropriar-se da cultura e transformá-la” (FRANCISCHETT, 2007, p. 12). A Cartografia, ao longo dos anos, ganha outros aspectos na vida escolar. Ela está constantemente sendo aprimorada para colaborar com o entendimento do ensino da Geografia, auxiliada por outras disciplinas que ajudam na formulação do conhecimento dos estudantes.

Os estudos acerca do tema, presente nos espaços escolares, ajudam na formação dos discentes como referências que superam a mera leitura de e estabelecem relações com a vida pessoal, capazes de introduzir percepções para além das informações geográficas. Ainda segundo Francischett:

Assim, o estudo da linguagem cartográfica vem, cada vez mais, reafirmar sua importância na escolaridade, no desenvolvimento cognitivo referente ao

estudo do espaço pelas representações. Contribui não apenas para que os alunos compreendam os mapas, mas também para que desenvolvam capacidades relativas à representação do espaço e ao espaço da representação (FRANCISCHETT, 2007, p.3).

O desenvolvimento desse ensino para alunas e alunos das diversas séries da formação escolar institui conhecimento além da leitura de mapas e seus códigos. O conhecimento Cartográfico se desenvolve como uma prática social, que na passagem do tempo, se transforma: é uma comunicação que colabora para auxiliar as relações humanas e dá suporte para a construção de normas que podem definir suas ações no espaço.

A Cartografia auxilia o homem desde a Pré-história. Ele a usava para delimitar territórios de caça e pesca. Os registros surgiram conforme o material que havia para tal representação e possível comunicação através da linguagem dos povos. Os mapas primitivos eram representações quase autênticas dos lugares. O traçado das ruas e das casas tem semelhança com as plantas cartográficas das cidades modernas. Hoje, a Cartografia continua com o propósito de representar o espaço em que o homem habita, age, reage e transforma (FRANCISCHETT, 2007, p.3).

A autora traz apontamentos para as movimentações feitas na construção dos procedimentos desenvolvidos com o estudo de mapas no ensino escolar. Dentro da trajetória do ensino de Geografia, em especial durante o século XX, percebe-se que há uma separação das práticas de estudos e interpretação dos mapas; ensina-se com mapa, mas sem oferecer uma leitura que possa ser mais interpretativa, investigativa e até inventiva “O mapa passa, então a ser trabalhado como figura ilustrativa para localizar o lugar de interesse do conteúdo ensinado; o conteúdo cartográfico fica, cada vez mais, ausente; o uso dos mapas no ensino torna-se decadente e o ensino pelo mapa sai de moda” (FRANCISCHETT, 2007, p.3).

O espaço geográfico é representado de diversas maneiras, em mapas, desenhos, fotografias, pinturas e descrição em textos. A finalidade da ciência cartográfica é desenvolver caminhos que possibilitem a compreensão desses códigos “A função da linguagem cartográfica é estudar o espaço da representação, os sentidos e significados contidos tanto na escala geográfica quanto na escala cartográfica” (FRANCISCHETT, 2007, p.4). Não basta inundar de informações os estudantes, com listas de gráficos, tabelas e normas elaboradas em convenções. É necessário a mediação desse conhecimento de maneira dialógica; para isso, o docente é um condutor nesse caminho.

No exercício de atividade como professora, a autora aproximou teoria e prática, integração que resultou ainda em relato da experiência. Em suas aulas, experimentou a construção de maquete para ajudar na compreensão dos temas abordados dentro dos estudos

cartográficos; desenvolveu com os seus alunos nas aulas-práticas<sup>8</sup> de Cartografia, o estudo do relevo da cidade de Francisco Beltrão/PR, construindo com estes uma maquete como representação cartográfica para discutir o tema em sala de aula.

Criar possibilidades para expandir o entendimento e aproximar os discentes do tema abordado é estratégia elaborada com a prática pedagógica, na medida em que se efetiva o exercício da docência<sup>9</sup>.

Na atividade aplicada, o desenvolvimento das ações e escolhas das ferramentas aproximam os discentes do universo cartográfico, ajudando a compreender os códigos, as linguagens que são próprias da Cartografia. A teoria, quando aplicada em uma atividade escolar com utilização de recursos que vão para além das apresentações dos livros, aproxima-se da realidade em que vivem os discentes e funciona como base de explicação, para melhorar a compreensão do conteúdo trabalhado em sala de aula.

A construção de maquetes para tratar um tema discutido na disciplina, como na experiência relatada, bem como em qualquer atividade que possa aproximar elementos do cotidiano vivenciado pelos estudantes, relacionando com sua vida social, é capaz de produzir um efeito mais assertivo. Cito apontamento da autora:

Os conhecimentos cartográficos, necessários à vida cotidiana, adquiridos na sala-de-aula, ocorrem no contexto histórico do espaço geográfico (espaço-tempo), pela necessidade de representar o processo de maneira que essa produção possibilite conhecimento para a vida social. No que se refere à representação do espaço geográfico, a apropriação da linguagem cartográfica é um aspecto de importância, principalmente quando se trata de pensar na educação do indivíduo participante na interlocução e na comunicação de sua época. A Cartografia Crítica através do ensino da representação do espaço e

<sup>8</sup> Em trabalho feito em sala de aula com seus alunos do ensino fundamental (não identificamos a série específica), a autora detalha o material foi utilizado para o desenvolvimento da atividade e os procedimentos “[...] inicia-se a construção base (Z) da maquete pela altimetria representada na referida carta com as cotas em equidistância de 20 metros; seleciona-se a área em estudo, geralmente por quadrículas da carta; amplia-se o recorte aumentando a escala até que fique em tamanho ideal para trabalhar o real. Transcreve-se cada cota em papel vegetal, utilizando-se caneta hidrocor (uma cor para cada cota) e posteriormente passa-se para as chapas de isopor (espessura conforme escala cartográfica vertical), marca-se uma a uma, através de papel carbono, atentando sempre às cotas, cortadas em ordem crescente e formando “camadas”. As cotas, em placas, depois de empilhadas e coladas, apresentam o relevo (elevações) e drenagem (rios e vales), representando assim a geomorfologia do lugar” (FRANCISCHETT, 2007, p.6).

<sup>9</sup> Nesse sentido, cito a experiência que tive como professor substituto em uma unidade escolar de Ensino Fundamental, onde desenvolvi uma atividade com a utilização de mapas para explicar a formação das civilizações mesopotâmicas, suas características sociais e políticas, estabelecidas em torno do vale dos rios Tigre e Eufrates (conteúdo do 6º ano do ensino fundamental). Na oportunidade, foi apresentado o mapa político das microrregiões da baixada cuiabana (Acorizal, Barão de Melgaço, Cuiabá, Nossa Senhora do Livramento, Poconé, Rosário Oeste, Santo Antônio do Leverger e Várzea Grande), para relacionar as multiplicidades existentes entre esses municípios do entorno do rio Cuiabá, principal afluente, e que ajudam no abastecimento de água dessas regiões, desenvolvem atividades sociais e econômicas e estabelecem distintas manifestações culturais, permitindo criar associações com as sociedades que se desenvolveram na região do Crescente Fértil.

o espaço da representação precisa ser pensada no contexto do ensino escolar (FRANCISCHETT, 2007, p.4).

A pesquisa apresentada pela autora funciona para ampliar o debate a respeito do ensino da Cartografia, crítica e participativa, indicando usos de materiais e metodologias de trabalhos manuais para transformar as discussões teóricas em práticas. Atividades lúdicas e exercícios de interpretação da paisagem são ferramentas que fortalecem a compreensão dos temas em que o mapa é apresentado como instrumento do conhecimento.

O debate a respeito da Cartografia, para além das discussões circunscritas à Geografia, é importante instrumento para se pensar o ensino de História, ao proporcionar uma compreensão do mapa que vai além das questões geográficas postas na representação de um espaço, inserindo-o no debate da construção do saber com uma possibilidade maior de estimular a formação do pensamento histórico, crítico e participativo. Através da apropriação de representação do mapa, é possível desvendar mais do que traços do relevo e linhas de fronteira, podendo perceber a configuração política, cultural e histórica de uma sociedade.

Mais do que localizar determinadas informações nos mapas, o aluno deve ser capaz de ler e interpretá-lo. Esta leitura será feita através dos pressupostos da Cartografia Crítica e da Cartografia Escolar e, assim, produzir uma reflexão capaz de interrogar a fórmula que o cartógrafo utilizou para apresentar o conteúdo representado no mapa como, também, construir uma compreensão do contexto histórico da produção da carta geográfica estudada.

O dia a dia do professor de História muitas vezes se pauta em recursos didáticos como a utilização de jornais, revistas, literatura, música, e também documentos não verbais, exemplo do cinema, da fotografia e até de artes plásticas, expostas em museus. Nesse rol, muitas vezes os mapas são preteridos, limitando o fazer pedagógico do ensino de História, porque poderiam ser analisados em um panorama mais amplo, levando aos estudantes possibilidades de questionamentos para além da imagem.

A respeito, indaga Circe Bittencourt,

A reflexão sobre as diversas ilustrações dos livros didáticos impõe-se como uma questão importante no ensino das disciplinas escolares pelo papel que elas têm desempenhado no processo pedagógico, surgindo indagações quando se aprofundam as análises educacionais. Como são realizadas as leituras de imagens nos livros didáticos? As imagens complementam os textos dos livros ou servem apenas como ilustrações que visam tornar as páginas mais atrativas para os jovens leitores? (BITTENCOURT, 2004, p. 70).

Mesmo que essas indagações pareçam não alcançar a cartografia contida nos livros didáticos, sabemos que mapas são imagens que carregam em si um poderoso conteúdo político, de saber e de dominação, pois não representam apenas a configuração espacial de um

território. Trata-se de objetos culturais que carregam no seu recorte e desenho signos preñes de significados, elaborados, quase sempre, para responder a uma lógica institucional.

São cada vez mais volumosos os referenciais bibliográficos que versam sobre o ensino de História; porém, existe um grande silêncio em relação às abordagens utilizando a cartografia como recurso didático voltado para a disciplina de História, mesmo que o mapa esteja amplamente difundido nos manuais.

Podemos compreender que o uso convencional e/ou comum da cartografia seja meramente de uma ilustração no ensino de História, apenas indicando a localização dos eventos, referentes ao tema trabalhado. O mapa é um condutor de informação constituído na concepção científica da Geografia; utilizá-lo na construção histórica é fazer um exercício de interpretação que auxilie e favoreça a prática e dinâmica pedagógica posta por este elemento.

Segundo Pina,

A produção de conto, música, charge, curta-metragem são atividades que podem estar envolvidas no conhecimento histórico, mas, por que não os mapas? Isto se dá em decorrência da visão de que o mapa é uma ferramenta que busca se aproximar da realidade, desta forma, omite-se a ideia que cada mapa evidencia uma narrativa histórica diferente. O passado se modifica pelo modo de intervenção do historiador e, sem dúvida, por meio do espaço, o homem pode pensar sua influência nos processos históricos. O aprofundamento acerca do processo de constituição das fontes proporciona ao aluno a ideia de se conceber como questionador do fazer histórico (PINA, 2017, p. 3).

Não apenas os mapas, mas a reprodução de pinturas, desenhos, gravuras e esculturas fazem parte do conjunto de imagens que compõem o manual didático desde meados do século XIX. Entretanto, esses documentos não falam por si, é preciso que o professor articule outros saberes para que seus alunos consigam ler e interpretar. Assim, o conhecimento histórico e o fazer pedagógico, utilizando como recurso didático o debate cartográfico, evidenciam que as representações mapográficas foram, como qualquer documento, elaboradas sob a influência do contexto de cada época e, portanto, refletem o complexo cultural de seu período.

Pensar o mapa como documento exige confrontar a visão do senso comum que coloca o seu desenho como uma verdade espacial, ou seja, uma representação da realidade perfeita, produzida com a tecnologia disponível. Para isso, torna-se necessário que os professores de História dialoguem com a Cartografia Crítica.

Em relação aos conteúdos, os mapas inseridos nesse instrumento educacional devem ser observados sob vários aspectos, de sua apresentação à forma como se articulam às discussões propostas pelo livro, passando pela potencialização do exercício pedagógico do professor. Destaco que um levantamento dessas questões pode auxiliar sobremaneira na hora

de transpor os conteúdos e construir o conhecimento dos estudantes. Dentro do campo de pesquisa da área de História, não encontrei trabalhos que versem sobre a maneira de abordar mapas em sala de aula; tais estudos estão mais relacionados à área da Geografia.

O professor de História André Figueiredo Rodrigues (2006) investigou, em *Os usos da cartografia histórica nos livros didáticos*, três manuais, observando como os autores apresentam a abordagem com documentos cartográficos, dando suporte para o exercício “didático-pedagógico”:

Embora a utilização de mapas no ensino da História demonstre a importância desse recurso na cultura histórica escolar, a reflexão sobre o papel que efetivamente desempenha a cartografia no processo de ensino e aprendizagem é escassa. Por vezes, ou melhor, por várias vezes, quando se utilizam fontes que não são as escritas, muitos professores o fazem de maneira ilustrativa. Os mapas aparecem nos textos didáticos de História como reforço ao que foi apresentado pelo documento e pelo texto escrito. Quando isto acontece, e a frequência é enorme, observamos o quanto a História carece de subsídios teóricos para se relacionar com outros tipos de linguagens (RODRIGUES, 2006, p. 8).

Assim, vamos articulando toda forma de saber e contribuição já desenvolvida, que possa ajudar na sustentação da nossa investigação: o conhecimento cartográfico é feito de maneira interdisciplinar, assim como a elaboração de mapas somam esforços de diversas áreas do saber.

As linguagens próprias de vários tipos de fontes, além das escritas, ainda estão em processo de discussão por parte da historiografia. Trabalhos publicados sobre a utilização de imagens fixas (charges, desenhos, esculturas, pinturas, reproduções artísticas de época etc.), de imagens em movimento (filmes), de música, de jornal e da internet na sala de aula só agora ganham espaço na biblioteca do professor dos ensinos fundamental e médio. Mas, enfim, cadê a cartografia histórica? Por onde andam as explicações de como se utilizar mapas nas interpretações didáticas da História? Infelizmente, na área da História, não existem textos que versam sobre a utilização e a maneira de e trabalhar a cartografia dentro da sala de aula (RODRIGUES, 2006, p. 9).

A reflexão se torna necessária e as discussões devem ser pensadas para além das questões acadêmicas, devendo alcançar a realidade da sala de aula e instrumentalizar o docente com o uso desse documento como ferramenta pedagógica. O mapa, no ensino de História, pode viabilizar múltiplas ideias de abordagens e conceituação das relações humanas. A representação cartográfica surge de diversas formas para acompanhar o processo da construção de conhecimento e dialoga com diversas áreas do conhecimento, fazendo surgir múltiplas maneiras de inserção nas práticas de ensino.

#### 1.4 A Cartografia Crítica e a sala de aula

Para se estudar um mapa é necessário entender a constituição de sua atividade como ciência, ou seja, compreender que ao longo do tempo e em espaços diferentes a cartografia desenvolveu diversas formas, procedimentos e normas. Inclusive a palavra “cartografia” para se referir ao modo de fazer, estudar as representações geográficas, tem uma história relativamente recente.

Cabe aqui lembrar... que o vocábulo “cartografia”, definido nos dicionários como “arte ou ciência de compor cartas geográficas” ou “tratado de mapas” foi neologismo criado pelo ilustre segundo visconde de Santarém – Francisco de Barros e Sousa de Mesquita de Macedo e Carvalhosa (1791-1856), quando, em carta ao nosso Francisco Adolfo de Varnhagen, de 8 de dezembro de 1839, escreveu: “Do mesmo modo a questão concernente à cartografia (invento esta palavra já que ahi se tem inventado tantas), a cartographia mesmo do século XVI he muito importante e muito difficil” (GUEDES, 2012, p.13).

Ainda segundo Max Justo Guedes (2012), é a partir de 1840, em publicações no *Bulletin de la Societé de Géographia* de Paris, que essa palavra se torna um vocábulo mais usual.

Como já observado, nossa investigação sobre o uso de mapas como documentos históricos segue os caminhos teóricos apontados pelo geógrafo, cartógrafo, John Brian Harley (1932-1991), para uma leitura de mapa de maneira crítica. As discussões que trazemos para essa parte da investigação constam na obra que foi traduzida para o espanhol *La nueva naturaleza de los mapas. Ensayos sobre la historia de la cartografia* (2005).

Trata-se de um livro póstumo, que reúne os principais artigos e discussões que Harley fez sobre a Filosofia dos Mapas, Cartografia Crítica e a História da Cartografia. Nesta obra são apresentadas as ideias de como podemos estudar os sentidos e significados dos desenhos contidos nos mapas.

John Brian Harley ensina que para ser compreendida adequadamente, uma carta geográfica deve ser lida em amplos aspectos: geográfico, político, comercial, militar etc..., também como em suas implicações culturais, históricas e antropológicas, entre outras possíveis. O pesquisador precisa desconstruir os códigos contidos nas cartas, decodificá-los e então compreender as metáforas e a retórica que estão representadas no seu desenho.

Durante o processo de investigação com mapas, torna-se necessário o estudo dos fatores históricos ocorridos para perceber o envolvimento de nações e o jogo de interesses que envolve sua feitura e divulgação. Observando seus contornos, traços geográficos e desenhos percebemos como se constituem as atividades e relações humanas em determinadas localidades “Ubicar acciones humanas en el espacio sigue siendo el mayor logro intelectual de

los mapas como formas de conocimiento” (HARLEY, 2005, p.61). Dentro das referências contidas no desenho, temos a possibilidade de enxergar o mundo do outro, perceber sua forma de relacionamento com o espaço e sua preocupação em deixar marcas para registrar sua passagem.

Los mapas son un lenguaje gráfica que se debe decodificar. Son un construcción de la realidade, imágenes cargadas de intenciones y consecuencias que se pueden estudiar en las sociedades de seu tiempo. Al igual que los libros, son también producto tanto de la mente individuales como de los valores culturales más amplios en sociedades específicas (HARLEY, 2005, p, 62).

Ao estudar o mapa e tomá-lo como documento histórico, Harley lembra que assim como qualquer outra fonte dessa natureza, o historiador deve se reportar ao contexto que este foi produzido “Esta norma se aplica igualmente a los mapas, que deben llevarse de regreso al pasado y situarse estrictamente en su próprio periodo e lugar” (HARLEY, 2005, p.63). O autor indica procedimentos para estudar o mapa em seu contexto e como analisá-lo como um documento: “[...] estos aspectos del contexto en mi argumentación son 1- el contexto del cartógrafo; 2- los contextos de otros mapas; 3- el contexto de la sociedad” (HARLEY, 2005, p.64).

Para o autor, o contexto do cartógrafo se relaciona ao seu meio social e as pressões que o mesmo sofre. Desta forma, por exemplo, deve-se saber quem financia a produção cartográfica e quais seus interesses na produção desses materiais. Assim, as informações contidas no desenho ganham outros contornos, para além da ilustração ou localização dos espaços representados. Além disso, a empresa cartográfica é coletiva, ou seja, muitas vezes fazemos referência ao nome de um único autor, entretanto devemos ter a clareza de que na fabricação dos mapas há um envolvimento de muitos profissionais: “[...] cada mapa es producto de varios procesos que involucran a diferentes individuos, técnicas e instrumentos” (HARLEY, 2005 p.65). Essa observação se faz necessária também quando se inicia a reprodução dos mapas, pois as cópias podem apresentar informações que divergem da concepção do original.

O estudo de um mapa especificamente não se realiza de maneira isolada, sua análise requer levantamento e questionamentos de acordo com outras produções de igual conteúdo e período; Harley atenta para a necessidade de contextualização com outras produções para buscar novas ou corrigir informações ora apresentadas.

Por otra parte también permite la ubicación cronológica de un mapa y su inserción en la secuencia correspondiente, así como la detección del alcance de una revisión geográfica entre estados o ediciones de mapas. A menudo los

mapas son representaciones de tiempo como de espacio (HARLEY, 2005, p.71).

Ao analisar as produções dos mapas, o autor evidencia que devemos perceber as características da sociedade que o produziu e o contexto em que se encontra, pois, o grupo social que o elaborou poderá fazer a incorporação de suas características, deixando marcas do seu tempo e sua visão de mundo: “[...] los mapas no son la sociedade exterior, son parte de ella, son elementos constitutivos dentro del mundo en general” (HARLEY, 2005, p.71).

Em outras palavras, aprofundar o estudo do contexto nos permite entender as técnicas que foram utilizadas para confeccionar e ler mapas de acordo com o período, e suas tecnologias nos possibilita perceber esses documentos como um discurso passível de leitura. Assim, onde estão apenas números, medidas e relevo, poderemos encontrar opções políticas, preferências sociais, visões de mundo, etc.

Seguindo a vereda aberta por J. B. Harley, a autora Inmaculada López Vílchez (2015), no artigo *Imagen del poder*, discute as representações e as intencionalidades das imagens cartográficas, mostrando como esta – a intencionalidade – está embutida no desenho e, claro, nos mapas:

Cada mapa propone una lectura discursiva apoyada en las claves asociadas propia retorica y gramática. Pude hablarse de un lenguaje puramente cartográfico donde se distingue, por un lado, la apariencia de esta representación (con sus códigos gráficos) y, por otra, en un nivel de mayor profundidad, el simbolismo a ella; podemos referirnos, por la tanto, a un metalenguaje del mapa. Y en un paso más, en ocasiones, el mapa superará la razón funcional de su existencia para convertirse en símbolo de sí mismo (VÍLCHEZ, 2015, p. 219).

Na medida em que a Cartografia ganha métodos científicos mais rigorosos, assume na sociedade uma representação simbólica importante, como portadora de mensagens que revelam o conhecimento e interesse dos grupos que a elaboraram, caracterizando o controle de informações. O seu aspecto de poder está contido no manejo das técnicas, em que se manipula dados da localidade representada em seu desenho.

Este hecho ortoga al mapa una cualidad que completa la mera representación del territorio, tal es la consideración del mapa como territorio en sí mismo, y sobre el cual pueden proyectarse acciones futuras, que pasarán ahora en sentido inverso, de la representación a la realidad, como ocurrió con el reparto de las tierras descubiertas entre portugueses e españoles otorgadas en el Tratado de Tordesilhas. (VÍLCHEZ, 2015, p. 220).

Ao longo da trajetória de conquistas territoriais, a Cartografia foi ciência importante para fortalecer o discurso de dominação das áreas exploradas por diversas nações. É comum vermos imagens de governantes tendo sempre ao seu lado a reprodução de um mapa, usadas como símbolo de poder, para caracterizar o domínio e controle sobre nações e territórios. Esse

imaginário ideológico reforça a importância de entender o contexto de sua elaboração, e como se dá a sua divulgação.

São aspectos que devem ser contextualizados nas salas de aula, quando da abordagem cartográfica para o ensino, oportunizando aos discentes a compreensão da elaboração desses documentos. Debater com eles os conceitos próprios a essa ciência; explorar as convenções que produzem o seu formato.

Na disciplina de História, quando os mapas estão presentes, a sua valorização se amplia para além dos dados geográficos. Podem ser explorados de maneira investigativa, colaborar com o avanço do conhecimento histórico dos discentes em relação ao tempo/espaço e possibilitar articulações não previstas.

Carolina Teixeira Pina, em *Os Mapas e o Ensino de História* (2017), explora a utilização dos mapas e a sua abordagem nas aulas de História, alertando também para usos indevidos ou pouco promissores desses materiais:

A imagem enquanto documento não deve ser considerada como simples ilustração de um texto escrito; a primeira dimensão visual que se tem do mapa é acerca da territorialidade, fronteiras limitadas, o que permite, de imediato, associá-lo com a disciplina de geografia. No entanto, o mapa como recurso didático no ensino de história, objetiva assentá-lo também em uma dimensão temporal sobre a qual pouco se reflete (PINA, 2017, p. 5).

Ainda na esteira da autora, para compreender toda essa análise da Cartografia Crítica no cotidiano escolar, devemos desconstruir e dilatar as discussões metodológicas de imagens para o ensino de História. Apresentar a pluralidade de apontamentos e abordagens que se pode ter na construção do conhecimento dos discentes e as perspectivas curriculares interdisciplinares, que estão estreitamente vinculadas com a disciplina de Geografia. Dentro da discussão que pretendemos fazer, indicamos que a Cartografia, por mais que esteja associada à Geografia, pode ser empregada na disciplina História, com uma abordagem e participação na produção do conhecimento.

Sendo assim, o estudo dos mapas visa o desenvolvimento da formação no processo de ensino-aprendizagem do aluno como ferramenta para amparar uma compreensão de mundo, propiciando também uma formação cidadã e consciente. Nesse sentido, buscamos compreender em que medida a Cartografia, embutida nos livros didáticos, auxilia no ensino das aulas de História, e como o conhecimento produzido a partir daí pode ser visto como colaborador na formação dos alunos.

Os livros didáticos estão presentes como importantes instrumentos de ensino no cotidiano escolar no mundo ocidental há pelo menos dois séculos. Sua interação na vida acadêmica do estudante está relacionada com a escolha que o professor faz para sua utilização

no plano de aula. De fato, os materiais disponíveis ao professor para atuar em sala de aula, muitas vezes além de seu aparelho fonador, são o quadro, um mapa presente em algum canto da sala e, quando muito, o acesso ao laboratório de informática ou a sala de vídeos. Mas o mais presente e que percorre toda vida acadêmica do estudante é o livro didático.

Na investigação feita pelas pesquisadoras Natalia Dias Andrade e Fabiana Silva Ribeiro Faria, em *Tratamento cartográfico de mapas no processo de ensino aprendizagem nos livros didáticos* (2009), temos uma análise da Cartografia para o âmbito da disciplina de Geografia, que não deixa de ser uma realidade compartilhada com a disciplina de História. Com essa investigação, compreendemos de certa forma como se dá a lógica que se constitui na estruturação, apresentação e seleção dos mapas inseridos nos manuais didáticos. Destacam as autoras:

Para nortear o ensino no Brasil, o Governo Federal elaborou os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), que propõe a utilização de eixos temáticos para organizar e abranger os conteúdos de todas as matérias, de forma flexível e focada no trabalho do professor [...] O Governo Federal também regulamenta os livros didáticos, através do PNL (Programa Nacional do Livro Didático), ferramenta utilizada dentro e fora da sala de aula por professores e alunos. Para abordar a importância do mapa no processo de ensino-aprendizagem a análise deste instrumento é fundamental, pois com ele é possível observar como o mapa é utilizado (ANDRADE; FARIA, 2009, p. 1).

O estudo da Cartografia tem reflexo no desenvolvimento da formação no processo de ensino-aprendizagem do aluno, capaz de auxiliar na compreensão do mundo, propiciando uma formação cidadã e consciente. Sabe-se que esta atividade está posta prioritariamente no ramo da Geografia, segundo os Parâmetros Curriculares, entretanto os professores de História devem avançar na questão interdisciplinar - aqui, pensada a partir da Cartografia -, para auxiliar no projeto de educação e formação.

A Cartografia é abordada no processo de ensino-aprendizagem através da Geografia, por esta ligação diretamente com o objeto de estudo geográfico, o Espaço. Os mapas abordam questões relacionadas à construção do raciocínio espacial, tema importante para o cotidiano da criança, do adolescente e do adulto, ou seja, a aprendizagem cartográfica perpassa por todas as fases do homem, interno e externamente ao ambiente escolar [...] A importância da abordagem cartográfica em sala de aula está diretamente ligada aos livros didáticos, pois mapas com excesso ou falta de informação podem retroceder todo o processo de aprendizagem, portanto tem-se a ponderação na escolha e utilização dos livros. Assim é de suma relevância o estudo do tratamento cartográfico nos livros didáticos (ANDRADE; FARIA 2009, p.2).

No texto de André Figueiredo Rodrigues (2006), apresenta-se uma investigação nos livros didáticos de História para verificar de que maneira o uso da Cartografia Histórica está vinculado a construção do saber, em esforço de reflexão sobre a potencialidade desse recurso

didático para “[...] a produção do conhecimento histórico pelo aluno como agente da construção do saber” (RODRIGUES, 2006, p.9).

Noutro trecho:

Embora não se encontrem pesquisas especialmente dedicadas à produção cartográfica como recurso pedagógico da área de História, é preocupação de editores e autores de livros didáticos de História que as imagens e os mapas encartados nas obras escolares permitam aos alunos (e aqui a preocupação também se estende aos professores) visualizar os campos de batalha e as cenas históricas para [se] compreender a história. É pressuposto pedagógico de aprendizagem que os livros didáticos apresentem gravuras e mapas. As obras do ensino fundamental possuem mais mapas do que as destinadas ao ensino médio. Em contrapartida, nos livros do ensino médio a presença de imagens históricas (iconográficas) está mais presente (RODRIGUES, 2006, p.10).

E é por meio do instrumento do livro didático que o discente vai primeiramente ter contato com o mapa, na construção espacial e geográfica, permitindo o reconhecimento da terra e da demografia. Assim, o mapa estará presente de diversas formas, para apontar região, conflitos políticos, extração e produção de matéria-prima, fluxos de emigração e imigração, entre outras.

Assim, na disciplina de História, o aluno pode tomar o mapa como o discurso de uma época e perceber mais do que a simples localização dos acontecimentos. Como nos ensina Carolina Teixeira Pina:

Portanto, os mapas são [...] símbolos do mundo e não uma mera reprodução como em muito se tende a acreditar e cristalizar em sala, logo, nenhum mapa é neutro e muito menos está fechado em si mesmo. O mapa pode legitimar, segregar, incluir e silenciar e se os historiadores são especialmente iletrados e geograficamente ignorantes, isso afetará seriamente seu conhecimento e entendimento do passado (PINA, 2017, p. 4).

Os mapas são detentores de um conjunto de informações que colaboram para a compreensão de outros conhecimentos. Harley indica que para a leitura e compreensão do mapa devemos buscar apoio em outras ciências que possam contribuir para o entendimento do desenho indicado, aponta:

El estudio de la historia de la representación cartográfica, cuando se usa como apoyo para la interpretación de los mapas como documentos histórico, también es una historia del uso de los distintos código retóricos emleados por quienes los trazan (HARLEY, 2005, p.63).

Com base nisso, podemos entender os mapas como possuidores de uma linguagem passível de leitura e que, assim como os textos, são constituídos por um discurso e apresentam informações definidas por um grupo social. As regras utilizadas na confecção do mapa não são neutras, nem representam um conhecimento científico puro; como já dito, a Cartografia é

um processo coletivo e dispendioso, quase sempre financiado pelo Estado, e seus cientistas ficam responsáveis por controlar os códigos e normas que definem esta atividade.

Construir, com o ensino de História, condições que tornem o estudante um sujeito observador e crítico, exige do professor que sejam rompidas as barreiras presentes na absorção do conhecimento do aluno. Buscar compreender os fatores condicionantes dessas barreiras é necessário e urgente, e assim, dentro de sua prática em sala de aula, o docente se fortalece com os recursos didáticos que favoreça seu trabalho.

Nesse sentido, a análise da Cartografia Crítica torna-se mais um aspecto necessário que ajuda os discentes a visualizar as relações políticas, sociais e culturais que permeiam os mapas e as sociedades, quando aqueles são usados como fonte. Portanto, são representações simbólicas fundamentais para ajudá-los a se entender como pertencentes ao espaço social em que estão inseridos, para daí compreender a História do Brasil e, no caso, da região de Mato Grosso.

Las funciones específicas de los mapas en el ejercicio de poder confirman también la ubicuidad de estos contextos políticos en un rango continuo de escalas geográficas. Éstas van de la estructura del imperio global, y la conservación del Estado-nación, e la confirmación local de los derechos individuales de propiedad. En cada uno de estos contextos, las dimensiones de la política y territorio se fundieron en imágenes que, al igual que los títulos de propiedad fuera parte del aparato intelectual del poder (HARLEY, 2005, p.85).

Vale frisar que a História do Brasil apresentada nos livros didáticos é sempre voltada para o eixo Sudeste (São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais). A ausência ou o silenciamento de uma contextualização histórica referenciada na região em que se encontram os estudantes (com exceção dos estudantes pertencentes à região sudeste) do ensino básico produz reflexões esvaziadas de sentido para com a disciplina de História. Com a presença de mapas nos conteúdos de História, podemos utilizar dessa ferramenta para realizar maior interação com o espaço e os acontecimentos históricos, inserindo novas possibilidades de abordagens de viés regional, onde se encontra o discente, isso pode funcionar como uma atividade de investigação.

Evidentemente, não se trata de transformar todo o conteúdo do livro de História em abordagens regionais, como se fossemos explicar os temas apenas pelo viés da localidade onde estão os alunos. Cabe dar condições para que estes possam desenvolver percepções em relação às experiências compartilhadas em sua região, podendo ser identificados nos mapas e, posteriormente, explorados sobre como se deu o desdobramento dos acontecimentos, tornando o ensino mais presente da vida cotidiana dos discentes.

Quando agimos para realizar determinadas escolhas, conseqüentemente outras são postas de lado, não aparecem na nossa lista de acolhimento. Quais fatores motivam essa seleção? Aqueles que não foram selecionados são excluídos por quais fatores? Toda seleção ou forma de escolha tem um motivo. Assim também são os mapas quando deixam de apresentar determinadas informações, a supressão é uma característica que deve ser observada com uma intencionalidade, talvez política. Harley atenta para essa prática dentro dos desenhos do mapa:

El concepto de silencios en los mapas es fundamental para cualquier argumentación en torno a la influencia de sus mensajes políticos ocultos. Aquí se afirma que los mapas, al igual que los ejemplos del campo de la literatura o del mundo hablado, ejercen una influencia social tanto a través de sus omisiones como por medio de las características que describen y enfatizan. Las corrientes políticas escondidas bajo estos silencios son tan poderosas que en ocasiones resulta difícil explicarlas únicamente recurriendo a otros factores históricos y técnico (HARLEY, 2005, p. 96).

O desenho de um mapa pode gerar no seu leitor uma maneira para conhecer o outro, a representação como forma de aproximação. Essas aspirações de investigação são possíveis quando, na medida em que se avança cientificamente com as técnicas da confecção, atribuindo ao produto, o mapa, inúmeras possibilidades para se realizar estudos e compreensão, põe-se em prática uma leitura que preencha lacunas e desvende as intencionalidades silenciosas postas nas cartas geográficas.

En el mismo momento en que los mapas eran transformados por las técnicas matemáticas, también estaban siendo apropiados como una arma intelectual el sistema del Estado [...] la propia imagen del mapa se estaba volviendo sujeto de ocultamiento, censuras, em ocasiones de abstracción, o falsificación. Son estas manipulaciones deliberadas, producto, de la voluntad de individuos, grupos o instituciones, las que dan origen a nuestra categoría de silencios intencionales (HARLEY, 2005, p. 119).

A Cartografia Crítica promove dessa maneira uma ampliação na produção do conhecimento histórico juntamente com o fazer pedagógico, com a finalidade didática de problematizar as fontes documentais e estimular o ensino de História e suas operações por meio do recurso mapas. Pois, segundo Febvre, “A história se faz com os documentos escritos, sem dúvida, quando eles existem. Mas ela pode ser feita, ela deve ser feita com tudo que a engenhosidade do historiador lhe permitir utilizar” (FEBVRE, 1989 p. 249) – máxima que, evidentemente, também vale para o ensino de História em qualquer nível.

Essas reflexões possibilitaram perceber aspectos da trajetória do ensino de História nos bancos escolares e a consolidação do PNLN como uma realidade na vida acadêmica dos estudantes do ensino básico brasileiro. Agora, cabe articular esse debate a um conteúdo

específico, comum à sala de aula de História: a Guerra contra o Paraguai (1864-1870) e as representações cartográficas a respeito.

Dentro das inúmeras possibilidades de abordagem que o tema oferece, essa investigação alinha as discussões acadêmicas e as reflexões que os livros didáticos produzem/reproduzem, com o recorte para a região de Mato Grosso e as produções elaboradas pelos pesquisadores que apontam para a participação desse território no conflito.

Por essa razão, antes de voltarmos para o espaço escolar, apresento aspectos que evidenciam a importância dessa região para o território brasileiro, por meio de uma historiografia que favoreça o entendimento de sua participação no conflito.

## **CAPÍTULO 2 - CONSTRUINDO O “MATO GROSSO DA GUERRA”: HISTORIOGRAFIA E DOCUMENTAÇÃO**

Nessa etapa da pesquisa vamos explorar algumas vinculações entre a província do Mato Grosso e a Guerra contra o Paraguai. Aqui, priorizamos estudos mais recentes, produzidos por autores radicados de alguma forma na região, articulando-os ao debate historiográfico mais amplo sobre o tema.

Neste aspecto, destacamos fatores como: a proximidade geográfica bem como as disputas territoriais pela navegação no rio Paraguai que impulsionaram a participação da província na guerra.

Os textos que analisamos e trazemos para a tela da pesquisa não apresentam uma discussão centralizada nos mapas, mas na representação geográfica dos locais. Tais documentos produzem referências ao citar episódios das batalhas, mapeando com palavras os eventos analisados em suas pesquisas. Por essa razão, proponho uma visualização do conflito partindo das narrativas construídas e apresentadas para melhorar o debate e a compreensão da região de Mato Grosso.

A ausência da representação territorial, indicando mapas, não inviabiliza a maneira como pretendemos realizar a nossa abordagem, pois se optarmos por analisar as representações que estão nos livros didáticos, iremos também estudar os textos que acompanham os mapas nesses manuais, explorando a sua contribuição para a construção do conhecimento e entendimento do conflito.

A movimentação política por parte do governo brasileiro e a preocupação com essa faixa territorial sempre motivaram incursões com o propósito de extrair o máximo de informações e manter uma proteção da fronteira. Sendo assim, iremos fazer um passeio pelas terras de Mato Grosso, verificando na sua trajetória as experiências de confronto, devido a sua localidade, o seu contexto no conflito, já lançando olhar para o momento de estudo dos mapas inseridos nos livros, verificando as formas de apresentação e representação das regiões privilegiadas nestes manuais.

### **2.1 A região da província de Mato Grosso antes do conflito**

Muito já se escreveu sobre a Guerra contra o Paraguai como um momento de expansão e consolidação dos estados nacionais na região do Prata. Esse coletivo nacional, como ensina Benedict Anderson (2008), tem entre suas características a construção de um passado comum, imaginado no tempo presente. Nesse sentido, as disputas territoriais que estiveram em pauta

no conflito, também foram justificadas pela evocação de um passado colonial, que serviu como baliza para demandas nacionais, e que por essa razão será aqui retomado sobre alguns aspectos.<sup>10</sup>

A capitania de Mato Grosso é desmembrada da província de São Paulo, no ano de 1748, pelo instrumento de Carta Régia. Sua posição geográfica possui uma situação privilegiada e por isso desperta o interesse da Coroa portuguesa para uma povoação. Ademais, outros interesses decorrem da descoberta de ouro e o fato dessa região possuir limites de fronteira com a Coroa espanhola.

Portugal e Espanha buscavam maneiras de realizar a divisão das possessões. As tentativas de estabelecer acordos diplomáticos capazes de satisfazer as duas coroas foram inúmeras. No primeiro desses, o Tratado de Tordesilhas, assinado em 1494, havia o problema do reconhecimento que precisava ser definido com clareza na região, e a informação de onde seria a linha demarcatória do meridiano que apresentava o limite dessa separação, razão para divergências posteriores. Portugal tinha uma preocupação em resolver a questão de fronteira, em plena expansão. Como observa Capistrano de Abreu<sup>11</sup>:

A rápida expansão do Brasil pelo Amazonas até o Javari, no Mato Grosso até o Guaporé e agora no Sul, urgiu a necessidade de atacar de frente a questão de limites entre possessões portuguesas e espanholas, no Velho e no Novo Mundo, sempre adiada, sempre renascente, interpretando autenticamente o convênio de 1494. Com este fim, os dois monarcas da península assinaram um tratado em Madri a 13 de janeiro de 1750. Ambas as partes contratantes reconheceram neste documento ter violado a linha de Tordesilhas, uma na Ásia, outra na América. Começaram, portanto, abolindo "a demarcação acordada em Tordesilhas, assim porque se não declarou de qual das ilhas do Cabo Verde se havia de começar a conta das trezentas e setenta léguas, como pela dificuldade de assinalar nas costas da América meridional os dois pontos ao sul e ao norte donde havia de principiar a linha, como também pela impossibilidade moral de estabelecer com certeza pelo meio da mesma América uma linha meridiana". Na mesma ocasião aboliram quaisquer outras convenções referentes a limites, que exclusivamente seriam regidos pelo tratado agora assinado (ABREU, 1998, p.187).

Na definição dos marcos divisórios entre as coroas, a natureza assume papel preponderante. Ajudando a definir os limites, os rios ganham notoriedade, assim como vales e montanhas. A paisagem é elevada como representação para dar legalidade aos acordos, dela se concede direitos para ocupar a terra. A partir desse momento, percebe-se a importância da região de Mato Grosso, dessa localidade pelos caminhos fluviais é possível acessar outras

<sup>10</sup> Uma das características das novas nações, observada por Anderson (2008), é a "antiguidade" de seus territórios, forma de legitimação dos estados nascentes, com recurso à história do povo/território que desde sempre ocupava aquele espaço.

<sup>11</sup> A primeira edição é de 1907. A edição utilizada nessa pesquisa foi publicada pela Biblioteca do Senado, disponível em: <http://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/1022>. Acesso 16 dez. 2020.

regiões e essa característica ambiciona todos os governos envolvidos. Essa movimentação pelos espaços naturais permite criar relações que caracterizam uma ocupação e domínio da paisagem, e isso era feito de forma livre, até surgir novos acordos, que de certa forma garantiriam a ocupação definitiva de quem se estabeleceu no local. A este respeito, aponta a historiadora Elizabeth Madureira Siqueira (2002):

As fronteiras do Período Colonial não se restringiam a meros marcos geográficos, mas correspondiam aos limites fixados pela movimentação dos homens nos territórios. Assim foi o processo de colonização do Centro-Oeste que demarcou, a partir de 1750, as terras que pertenciam ao rei de Portugal e aquelas que correspondiam ao da Espanha. [...] Assinado em 13 de janeiro de 1750, na cidade espanhola Madri, tinham como princípio básico o *uti possidetis*, ou seja, “como possuis, continuais possuindo (SIQUEIRA, 2002, p.50).

Inúmeros fatores contribuíram para a aceitação do novo Tratado. Um deles foi a demarcação territorial ao norte do território português, e a dificuldade de acesso para o traslado dos povos indígenas que estavam sendo catequizados pelas missões jesuíticas que estavam no sul, conhecida por Sete Povos.<sup>12</sup> A respeito do Tratado de Santo Ildefonso, ajudamos a entender suas cláusulas o autor Synésio Sampaio Goes Filho (2015):

Por esse tratado, Portugal conservava para o Brasil as fronteiras oeste e norte negociadas em Madri (apenas mais precisadas em certos trechos). Cedia, entretanto, a Colônia do Santíssimo Sacramento, sem receber a compensação dos Sete Povos das Missões; o Rio Grande do Sul acabava, pois, numa frágil ponta e tinha apenas a metade de seu território atual-que praticamente é o do Tratado de Madri (GOES FILHO, 2015, p.232).

Ainda segundo o autor:

O Tratado de Santo Ildefonso procurou precisar um pouco mais a linha, já mais conhecida agora, depois das campanhas de demarcação que se seguiram ao Tratado de Madri, e especificar as provisões que asseguravam aos portugueses os povoados por eles fundados e os caminhos por eles percorridos; e aos espanhóis, igualmente, seus estabelecimentos e comunicações (GOES FILHO, 2015, p.260).

Pari passu aos acordos firmados entre as duas coroas, a região do Mato Grosso ganhava importância estratégica. Localizada em ponto de passagem para outros territórios da América do Sul, que também ganhavam importância naquele momento – lembro a criação do vice-reinado do Prata, em 1776 (com capital em Buenos Aires) -, permitia o acesso fluvial a muitos caminhos: “ Saindo pelo rio Cuiabá, alcançava-se o São Lourenço, o Paraguai, o

---

<sup>12</sup> Essa sucessão de acontecimentos constitui, de algum modo, a identidade territorial de Mato Grosso. A busca pelo entendimento com o país conflitante torna-se pauta recorrente da Coroa Portuguesa. Cabe lembrar que estamos tratando de um período em que as decisões estão sendo orientadas nos gabinetes de Portugal, a realidade *in loco* causa uma diferença na tomada de decisão.

Paraná, o Prata e depois o oceano Atlântico, até o Rio de Janeiro” (CAMPOS, 2014, p. 96). Tal importância vinha acompanhada pela ocupação do território:

A Capitania de Mato Grosso, após o Tratado de Santo Ildefonso, já possuía grande parte de sua fronteira Oeste guarnecida com fortes, fortalezas e prisões, trabalho implementado durante o Período Colonial. Até mesmo a raia máxima do Sul da Capitania fôra agraciada com uma importante guarnição, o Forte de Coimbra, localizado às margens do rio Paraguai, próximo à antiga Vila de Albuquerque, mais tarde intitulada Corumbá (SIQUEIRA, 2002, p.57).

Preocupação que avança na historiografia de Mato Grosso, verificamos que mesmo durante o Império brasileiro existe a preocupação com a definição de fronteira, intimamente ligada ao acesso e navegação pelos rios da região, principal meio de comunicação com as regiões metropolitanas. A distância de Mato Grosso em relação ao centro de poder, localizado no Rio de Janeiro, e as dificuldades de acesso para chegar nessa localidade é destaque no entendimento das inúmeras excursões que se empreendeu para sua povoação e domínio territorial:

As rotas eram longas, difíceis e cheias de obstáculos de toda natureza, mas não havia alternativa para o acesso à província de Mato Grosso. A distância que separava a província de Mato Grosso do litoral e dos centros de poder somadas às dificuldades de acesso, a mantinha numa situação de isolamento constante. Por outro lado, o fato de se localizar numa região de fronteira, mantinha o caráter de uma região que deveria estar sob constante vigilância. Os governantes de Mato Grosso tomavam conhecimento dos problemas que enfrentariam pelas dificuldades de chegar até a província (GARCIA, 2001, p. 9).

Caminhos de águas que cruzam Mato Grosso precisavam ser mapeados, catalogados; suas margens, povoadas. Dominar o rio e ocupar suas margens. O uso de novas práticas para manuseio da terra e sua exploração bem como grandes obras de ligação marítimas são ideias que avançam para justificar o projeto de construção de um território. Essa ideia de que os locais distantes dos grandes centros são desprovidos de recursos para gerir seus sustentos, justifica expedições e demarcações.

Sempre com o propósito de conquistar o sertão, a ideia expansionista do processo de colonização brasileira valeu-se da apropriação violenta para implantar o “avanço” com a “humanização” das sociedades. Esse projeto de dominação territorial ocorrerá nesta região denominada de Mato Grosso.

Apresentada nas narrativas de viagem eurocêntricas como local de difícil acesso, de mata fechada, cercado por rios e povos indígenas desconhecidos, como sertão longínquo, atrasado e selvagem, possuía ao mesmo tempo riquezas naturais e vasta extensão de terra a ser explorada tornando área produtiva para os interesses da coroa.

Pretendo aqui trazer uma reflexão da região e como os estudos apontam aspectos que podem ilustrar a movimentação de interesse do governo português, depois brasileiro, em ocupar essa região, percebendo o caminho de fronteiras traçado pelas águas que banham Mato Grosso. Informações produzidas durante o século XVIII contribuíram para justificativa de ocupação do espaço quando da disputa que se dará já com o Paraguai um século depois.

Uma importante observação que podemos ter dessa localidade são os limites de fronteiras produzidos pela navegabilidade dos rios. Thereza Presotii (2008), em *A Trilha das Águas Índios e Natureza na conquista colonial do centro da América do Sul: Sertões e Minas do Cuiabá e Mato Grosso (Século XVIII)*, traz referências sobre a bacia amazônica e paraguaia que se formam na região de Mato Grosso. Para tanto, compara essa característica da localidade a uma “espécie de mesopotâmia” e cita os rios que permitem tais vantagens:

Os rios pertencentes à bacia amazônica, em Mato Grosso, drenam 2/3 de seu território. Esses rios percorrem grandes superfícies do Planalto e da Chapada dos Parecis e outros planaltos e serras residuais, e ainda as depressões do norte do estado. Sítios arqueológicos são frequentemente encontrados por toda a extensão da região amazônica. Alguns deles já foram estudados e estão citados em pesquisas arqueológicas como locais de significativos assentamentos de povos ameríndios no decorrer de milênios e séculos que antecedem o período da conquista colonial. No sudoeste e noroeste do estado situam-se as sub-bacias dos rios Guaporé e Aripuanã, ambos afluentes do rio Madeira. O rio Guaporé recebe afluentes, como os rios Galera e Sararé (que hoje estão na Terra Indígena Nhambikuara). Seu ambiente é de grandes extensões de várzeas inundadas nos períodos de chuvas, formando lagoas marginais, onde se reproduzem muitas espécies de peixes. Esse rio corre em direção ao estado de Rondônia e deságua no rio Mamoré, definindo a fronteira com a Bolívia. Suas nascentes e seus afluentes estão nos divisores de água da bacia do rio Paraguai. Mais ao Noroeste está a sub-bacia do rio Aripuanã. Após receber um dos seus maiores afluentes – o rio Roosevelt –, que nasce em Rondônia, segue até o território amazonense, onde desemboca no rio Madeira. Na região mais ao centro-norte da bacia amazônica, em Mato Grosso, estão as sub-bacias do Juruena-Arinos e a do Teles Pires (ou S. Manoel). O rio Juruena, após receber seu maior afluente, Arinos, e outros rios que vêm da chapada dos Parecis, segue seu curso até demarcar a divisa com o Estado do Amazonas. Pelo Centro-Norte flui o Teles Pires até chegar à divisa com o Estado do Pará. São esses rios – o Juruena e o Teles Pires – que formam aquele curioso triângulo que aparece no mapa do extremo norte do Estado de Mato Grosso: uma espécie de mesopotâmia, onde hoje se situam importantes unidades de conservação, como o Parque Estadual de Cristalino e o de Juruena. Unidos, esses rios deságuam no Tapajós, rio que faz limite com os estados do Amazonas e do Pará (PRESOTTI, 2008, p.54).

O uso dos rios é importante para a comunicação e circulação dos produtos, ainda mais a região de Mato Grosso, que como vimos na citação da historiadora, possui inúmeros tributários que ajudam na formação de duas importantes bacias, a amazônica e a paraguaia. Dentro da política de expansão assumida pela coroa portuguesa, obter informações

geográficas exatas auxiliava na consolidação da presença na região, ou seja, nas tomadas de decisão para legitimar os limites de fronteira.

Durante o período da então capitania de Mato Grosso, foram enviadas pela coroa portuguesa diversas comitivas exploratórias a fim de mapear, registrar e demarcar essa região da colônia. Foram levantamentos registrados por militares de confiança, súditos da coroa, em diários que deveriam servir para tomadas de decisão com relação aos limites fronteiriços, informações estratégicas que serão usadas dentro do conflito estabelecido no período da contenda com a coroa espanhola<sup>13</sup> e, posteriormente, pelo Brasil contra o Paraguai, na Guerra de 1864.

Para demonstrar essa estratégia, utilizo da narrativa do engenheiro Ricardo Franco de Almeida Serra (1748-1809), militar português, chefe da comitiva da terceira partida de demarcação de limites, responsável por levantamentos de dados de fronteiras e registro de mais de cinquenta rios, em viagem que realizou na bacia do rio Amazonas e da Prata. Antecipando a discussão do trabalho de Domingos Sávio da Cunha Garcia e Luís César Castrillon Mendes (2017), em *Do restrito ao irrestrito: o diário de reconhecimento do rio Paraguai por Ricardo Franco de Almeida Serra*, os autores assim o apresentam:

Com o objetivo de demarcar a fronteira oeste de sua colônia sul americana, em consequência do Tratado de Santo Ildefonso, saíram de Lisboa a 8 de janeiro de 1780 os engenheiros e astrônomos Ricardo Franco de Almeida Serra, Francisco José de Lacerda e Almeida, Joaquim José Ferreira e Antônio Pires da Silva Pontes Leme. Estavam dentre outros doutores formados pela Universidade de Coimbra e discípulos de Miguel Ciera, que havia participado da Terceira Partida Lusitana e que plantou um marco referente ao Tratado de Madri próximo da foz do rio Jauru, em 1754. A Comissão chegou à Vila Bela em 28 de fevereiro de 1782, depois de passar parte dos anos de 1780 e 1781 explorando os rios da Amazônia. Ricardo Franco fora designado para chefiar a Terceira Partida que demarcaria a fronteira oeste em conjunto com a partida castelhana. Porém, desta vez a expedição mista não se efetivou na prática; as Partidas luso-castelhanas que iriam demarcar o território, seguindo o Tratado de 1777, jamais se encontraram. Serra e seus companheiros começaram a explorar a região: o rio Barbados e arredores, onde Luís de Albuquerque fundou o povoado de Casalvasco, a Serra do Grão Pará, os rios Aguapeí, Branco e Jauru, até o local do Marco. Foram confeccionados também vários mapas de rios até então inexplorados e desconhecidos. Saindo de Vila Bela somente no final de abril, devido às muitas chuvas, assim como várias moléstias, Serra chega ao registro do Jaurú, conferindo e anotando as coordenadas do Marco, símbolo do Tratado de 1750. Adentrando-se no Paraguai chama sempre atenção para a sinuosidade deste rio, para as tapagens de seu leito pelas plantas aquáticas, pelas chuvas e friagens (GARCIA; MENDES, 2017, p.137).

---

<sup>13</sup> Para mais, ver: Mário Clemente Ferreira (2007), trabalho que aborda as comitivas criadas para por fim a disputa de território entre Portugal e Espanha, na região que compreendia Mato Grosso na época. Nele, o autor explora os sucessivos tratados firmados e sua duração.

Para essa investigação, foi utilizada a publicação realizada pela Revista do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro – RIHGB, no segundo trimestre do ano de 1857, com o título *Descrição Geographica da Capitania de Matto-Grosso ano de 1797*<sup>14</sup>. Trata-se de documento que apresenta detalhes de todo o funcionamento administrativo da capitania, descrições geográficas, relatórios dos distanciamentos das vilas da capitania e breve histórico de cada uma.

Registros das coordenadas dos rios fazem parte dessa narrativa, pois suas anotações vão orientar nas tomadas de decisão para prática dos interesses na região oeste da então América portuguesa. Na mesma edição da RIHGB, consta o relatório da viagem de reconhecimento do rio Madeira: *Diário do rio Madeira – viagem que a expedição destinada à demarcação de limites fez do rio Negro até Villa Bella, capital do Governo de Matto Grosso*, no ano de 1784, pela mesma comitiva.

O conteúdo desse documento será usado em contextos diferenciados. No primeiro momento, a realização da expedição se faz necessário, para demonstrar que Portugal é quem primeiro chegou e registrou o local, isso daria garantias para o uso da região em disputa com os espanhóis. Todavia, essas mesmas informações, como veremos adiante, vão ser usadas para ajudar o Império brasileiro a demonstrar, na disputa com a república do Paraguai na década de 1860 do século XIX, que toda extensão já vinha sendo ocupada pelo Brasil e que as celeumas já haviam sido resolvidas.

Por ora, vamos nos concentrar nas informações do capitão engenheiro da comitiva para observar aspectos das suas informações, registrados no diário. São trechos que pela riqueza das descrições da região de Mato Grosso vão servir para legitimar o espaço em favor de Portugal, sempre que este precisar comprovar a sua presença no território.

Dentro das possessões dos territórios invadidos pelos portugueses, a capitania de Mato Grosso, segundo o engenheiro “a mais remota”, possui uma vasta área a ser explorada: “A capitania de Matto-Grosso, a mais remota e mais occidental de todo o Brasil, compreende um vasto terreno no centro da América Meridional, do qual a superfície, maior do que a de toda França e das Hespanhas unidas” (SERRA, 1857, p. 186).

Os registros feitos pelo engenheiro militar apresentam informações bem descritivas, apontando os traços geográficos do posicionamento da capitania, latitude, longitude, riqueza mineral, costumes, composição do solo e técnicas de produção agrícola.

---

<sup>14</sup> A publicação inclui anexos que complementa o diário de viagem do engenheiro: Discurso sobre a necessidade de uma povoação na cachoeira do Salto do rio Madeira para facilitar o comércio da região; Notícias resumidas do tempo da fundação e nome dos fundadores dos principais lugares da capitania de Mato Grosso e um catálogo cronológico dos governadores e capitães gerais desde 1751.

Sendo a raia limitrophe entre as duas confinantes nações o rio Paraguay commum na sua parte media e ambas ellas, com as mesmas circunstância, grande parte dos rios Guaporé, Mamoré e o Madeira formando assim a situação geographica de Matto-Grosso por parte dos ditos grandes rios Madeira, Mamoré, Guaporé e Paraguay um largo e extenso fosso natural de 500 legoas de circuito, que fecha, separa e defende esta capitania dos domínios Hespanhóes (SERRA, 1857, p. 186).

Na narrativa produzida, o engenheiro faz descrições de todo tipo, apresentando características das riquezas naturais da região e descrição dos cursos de água; são informações que servem como propaganda para justificar os passos de dominação do sertão de Mato Grosso. Razão também faz menção aos grupos existentes quando de sua passagem pelos locais de rios e matas da região.

[...] Nasce o rio Tapajós nos formosos campos dos Parecis, assim chamados pela nação de Indios d'este nome, que n'elles habitava comprehendendo estes campos uma extensa superficie, não plana, mas sim formada por altas e prolongadas medas ou comoros de arêa ou terra solta [...] (SERRA, 1857, p. 189).

Ao descrever a natureza da região, o viajante reconhece os topônimos indígenas existentes na localidade, características da presença de grupos humanos muito anteriores à invasão portuguesa. É interessante perceber neste trecho da narrativa o uso do pretérito *habitava*, como se na data de sua escrita, esses povos já não mais estivessem na região, demonstrando assim, uma paisagem já colonizada e livre de ameaças dos povos originários; neste caso a nação dos *Pareci* e de tantas outras, como os grupos *Guaicuru*, *Tapajó*, *Apicá* e *Guaná* existentes na região.

O registro feito na descrição de viagem pelo agente português situa a confluência das águas na formação central da região da então capitania de Mato Grosso:

[...] Os campos dos Parecis que formam por grande espaço e largura a summidade das extensas e altas serras d'este nome, estão situados no terreno mais elevado de todo o Brasil, pois n'elles tem as suas remotas origens os dous maiores rios da América Meridional que são o Paraguay nas suas próprias e multiplicadas cabeceiras, assim como os rios Jaúru, Sipituba e Cuiabá, e da mesma forma o grande Madeira, o maior confluente austral margem do Amazonas tem n'estes campos uma das suas principas origens pelo grande e oriental braço, o rio Guaporé. [...] (SERRA, 1857, p.190)

Informações que compõem a descrição da natureza e formação fluvial tornam-se função principal da equipe comandada pelo engenheiro. No trabalho de reconhecimento feito pela comitiva, encontramos apontamentos sobre as vantagens para o avanço e domínio da região. A obrigação de registrar e catalogar a área faz com que o enviado português elabore um documento anexo à sua narrativa, denominado *Discurso sobre a urgente necessidade de uma povoação na cachoeira salto do rio madeira para facilitar o utilíssimo e indispensável commercio que pela carreira do Pará se deve fomentar para Matto-Grosso, de que resultará*

*a prosperidade de ambas as capitânicas*, que aponta para a urgência de ocupação da área para obtenção de maiores vantagens.

Neste apêndice, e com um tom de urgência de ocupação, Ricardo Franco vai demonstrando que o domínio da navegação dos rios para ligação com os principais portos pode proporcionar, além das riquezas, uma facilidade de escoamento dos produtos, comercializáveis nas fronteiras estabelecidas nesta região. Argumenta na narrativa:

A capitania de Matto-Grosso, confinante com os domínios hespanhóes, do riquíssimo, amplo e populoso Perú, pela longa fronteira de 500 legoas de extensão, que circunda, separa e forma em profundo fosso os grandes rios Paraguay, Guaporé, Mamoré, e Madeira é a mais remota colonia do principado portuguez do vastíssimo Brasil, é a mais distante a respeito dos seus portos marítimos, guardando em si ainda não tocadas e ricas minas, cobrindo as capitânicas internas d'este vasto continente [...] (SERRA, 1857 p.260).

O envio de comitivas expedicionárias servia para reconhecimento das áreas ocupadas pela coroa portuguesa na América; com propósito político, orientavam a tomada de decisões. Na prática, a coroa utiliza dessas informações para tomar ação de ocupação e legitimar sua possessão.

Outro ponto que podemos observar é o uso político e diplomático de que vai se servir a coroa, para legitimar os territórios não só durante o período colonial; noutro contexto, tal prática permanecerá no Império do Brasil, razão para que os já citados documentos produzidos por Ricardo Franco de Almeida Serra fossem publicados pela RIHGB no ano de 1857, década marcada pelos conflitos entre o Brasil e as forças de Buenos Aires, comandadas por Juan Manuel Rosas, e por crescentes tensões fronteiriças na região.

Os autores citados acima observaram que a estratégia tomada por parte da coroa em publicizar os levantamentos do diário de Ricardo Franco, serviria para resgatar a trajetória histórica das atividades que legitimam a presença/propriedade portuguesa/brasileira na região do Prata.

Na abordagem feita pelos historiadores, a demarcação atendia ao interesse daqueles que iam a campo obter a exatidão dos limites e, assim conforme o governo que solicitava tais informações, as linhas de demarcação eram aumentadas por quem melhor detivesse esse conhecimento da região.

A publicação do trabalho realizado pelas comitivas durante o período colonial, em especial os documentos do engenheiro Ricardo Franco, servirá como um exemplo na estratégia de disputa com a república do Paraguai, durante o período imperial brasileiro. Os autores destacam:

[...] objetiva analisar as diferentes utilidades de um diário de viagem e de um plano de defesa da então Capitania de Mato Grosso, inicialmente quando de sua elaboração e, posteriormente, quando de sua veiculação pela Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro - IHGB, no contexto que antecedeu à Guerra da Tríplice Aliança. Vale lembrar que tais documentos, inicialmente concebidos para não serem lidos por um grande público, visto que continham informações sigilosas, encontrar-se-á, no século seguinte, publicado em um periódico oficial que objetivava construir um projeto de nação para o Brasil e que, para tal tarefa, seria imprescindível o conhecimento do território e a manutenção de suas fronteiras (GARCIA; MENDES, 2017, p.137).

Segundo os autores, o documento, elaborado no contexto de disputas entre Portugal e Espanha, vinha até então sendo mantido em sigilo, pois, continha informações estratégicas do território. Produzido em um momento de grande disputa, manter sua privacidade era uma questão de segurança nacional.

O Brasil agora está inserido em outro momento, disputas internas são mais frequentes, existe a ideia de um projeto de construção de Estado-Nação, também permeado por disputas de fronteiras. O governo brasileiro já tem um controle bem acentuado na província de Mato Grosso, porém o novo embate vai ser com a república paraguaia, que irá travar novos confrontos para avançar sobre o território legitimado como brasileiro:

Estes trabalhos seriam muito úteis nas negociações de limites, principalmente com o Paraguai, durante a primeira metade do século XIX. Isto pode explicar a quantidade de artigos publicados na Revista do IHGB sobre Mato Grosso, principalmente no ano de 1857, cujo volume foi quase que exclusivamente dedicado a essa Província imperial. Um fragmento do Diário de Ricardo Franco, justamente a parte sobre o rio Paraguai, é novamente publicado em 1862, no Tomo XXV da Revista do IHGB, às vésperas da Guerra da Tríplice Aliança, num momento de negociação da fronteira do Império Brasileiro com a República do Paraguai e da livre navegação pelo rio Paraguai (GARCIA; MENDES, 2017, p.138).

Na contenda envolvendo Brasil e Paraguai pelo controle da fronteira da região Oeste, a navegação do rio Paraguai é um dos pontos mais acirrados da disputa. O Império brasileiro precisará demonstrar que tudo o que foi feito até o momento na legitimação dessa área, na província de Mato Grosso, já tinha sido resolvido há praticamente um século. A nova conjuntura requer agora demonstrar, ao público de forma geral, que o governo brasileiro tem sobre sua tutela mecanismos para resguardar ainda mais esta faixa territorial como sua, por isso as publicações na RIHGB são fundamentais naquele contexto.

No território em constantes conflitos, o fato de Portugal ter enviado as comissões científicas para o reconhecimento da fronteira, realizando os levantamentos de rios, fazendo os registros geográficos e da população indígena buscando por todo o detalhamento das características da região, permitia agora, ao Brasil, a vantagem na disputa com o Paraguai,

principal inimigo fronteiriço no século XIX. Assistia-se a um processo de transformação do passado colonial em passado nacional, como ensina João Paulo Pimenta (2006).

De volta ao raciocínio de Garcia e Mendes:

Essas vantagens se ligavam à ocupação efetiva desse território, somada à memória, descritiva e cartográfica, construída pelas diferentes expedições de cartógrafos e engenheiros portugueses que haviam percorrido a região no século anterior e deixado na forma de acervo. Assim quando a disputa começou a ganhar contornos de enfrentamento em meados do século XIX, a publicação de relatos de viagens, registros, mapas e descrições de acidentes geográficos e de populações indígenas, existentes sobre esse território em disputa, servia para construir uma justificativa histórica para reivindicar a soberania do Brasil sobre esse território (GARCIA; MENDES, 2017, p.143).

Diante da espacialidade temporal da produção feita por Ricardo Franco de Almeida Serra no século XVIII e o uso dessas informações pelo Império brasileiro no século XIX, observa-se que os motivos podem ser os mesmos, porém as circunstâncias são outras e exigem uma ação articulada tendo em vista as questões postas na criação dos Estados Nação nesse contexto histórico, com isso os autores acrescentam:

Essa perspectiva pode ser considerada um anacronismo do ponto de vista historiográfico, mas é uma justificativa adequada do ponto de vista geopolítico, quando se quer legitimar o domínio de um Estado sobre um determinado território. Porque embute a ideia de antiguidade, de domínio e de detalhes descritivos das características desse território e de suas populações, tanto de origem europeia como dos diferentes grupos indígenas que o habitavam, demonstrando familiaridade com eles (GARCIA; MENDES, 2017, p.143).

Fazendo a publicação dessas informações em periódico criado pelo Império como parte de um processo de construção da memória nacional, a intenção do governo brasileiro é dar legitimidade ao seu poder e demonstrar o controle já exercido sobre esta região. Essa ação ajudaria os agentes brasileiros na condução das atividades de negociações diplomáticas, nas discussões de fronteiras com os agentes políticos paraguaios.

Os autores ainda seguem a análise, argumentando que a intenção tomada em realizar a divulgação dos documentos será uma prática recorrente; isso ficará mais visível quando se percebe várias edições da Revista contendo extensas e detalhadas informações sobre a região de Mato Grosso e de toda extensão da fronteira oeste da coroa, divulgações feitas também na metade do século XIX.<sup>15</sup>

---

<sup>15</sup> Outras publicações do IHGB à época, sobre a região/fronteira do Mato Grosso: Tomo XXV, 2ª trimestre do ano de 1862, é divulgado o *Diario de reconhecimento do rio Paraguay desde a cidade de Assumpção até o rio Paraná*, viagem realizada no ano de 1846 pelo capitão Augusto de Leverger; Tomo XXXI, 1º Trimestre do ano de 1868, *Abertura de comunicação commercial entre os districtos de Cuyabá e a cidade do Para por meio da navegação dos rios Arinos e Tapajos*, realizada no ano de 1813 por Miguel João de Castro e Antonio Thomé de França.

Os sigilosos relatórios do território fronteiriço em disputa pelas coroas espanhola e portuguesa esquadriado durante o século XVIII, momento de incursão das comissões exploradoras, serviram para subsidiar a legitimação do domínio do mesmo, por meio da publicação no periódico oficial da Monarquia bragantina, principalmente a partir da segunda metade do Oitocentos, no contexto das negociações com a República do Paraguai sobre os territórios localizados na fronteira oeste do Brasil, onde estava a Província de Mato Grosso. Compreende-se então, o porquê da quantidade de documentos publicados pela revista do IHGB naquele momento, em que os diferentes trabalhos de funcionários da coroa portuguesa que atuaram na fronteira oeste da América lusitana são destacados. A riqueza de detalhes sobre os aspectos físicos, sobre a população indígena e sobre a ocupação do território, se tornava extremamente útil como suporte legitimador para a ação do Estado imperial em suas disputas com os seus vizinhos da fronteira oeste (GARCIA; MENDES, 2017, p.145).

O Brasil caminhava realizando estudos científicos, coletando dados e registrando a vida política e social de sua população e precisava fazer com que isso fosse amplamente divulgado, fazendo com que se reconhecessem também as potencialidades existentes, inserindo-se como “nação científica”. A criação de uma instituição que fosse capaz de dar maior visibilidade aos estudos e pesquisas que vinham sendo realizadas poderia, de certa maneira, garantir uma inserção no mundo científico que à época se formava.

Ao demonstrar de que maneira ocorriam as movimentações na órbita dos setores diplomáticos durante o Império brasileiro, com o objetivo de construir uma narrativa patrocinada, o trabalho do professor Manoel Luís Lima Salgado Guimarães (1988), *Nação e Civilização nos Trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o Projeto de uma História Nacional*, colabora para entender como se deu a implantação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) e seu objetivo em ter o controle da produção de documentos das diversas áreas do conhecimento, produzidos nas províncias, para normatizar uma narrativa de cunho nacional nos estudos realizados.

A criação, em 1838, do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) vem apontar em direção à materialização deste empreendimento, que mantém profundas relações com a proposta ideológica em curso. Uma vez implantado o Estado Nacional, impunha-se como tarefa o delineamento de um perfil para a “Nação brasileira”, capaz de lhe garantir uma identidade própria no conjunto mais amplo das “Nações”, de acordo com os novos princípios organizadores da vida social do século XIX (GUIMARÃES, 1988, p.6).

Faz-se necessário entender a ideologia que essa instituição carregava, a forma como agia na coleta e divulgação de dados, controle que muitas vezes não ficava apenas no campo da produção científica: o religioso, político e econômico disputavam espaços também nesse processo de construção da narrativa, que procurava assegurar apenas a participação dos grupos dominantes, construindo heróis para a nação. Aponta o autor:

A Revista do IHGB, penetrada da concepção exemplar da história, abre uma rubrica em seu interior dedicada às biografias, capazes de fornecerem exemplos às gerações vindouras, contribuindo desta forma também para a construção da galeria dos heróis nacionais. Mas não é apenas uma visão pragmática e exemplar da história que se abriga no projeto historiográfico do IHGB (GUIMARÃES, 1988, p 15).

E continua:

A leitura da história enquanto legitimação do presente, carregada, portanto, de sentido político, é sem dúvida um aspecto importante do projeto historiográfico do IHGB [...] À idéia de transformar o IHGB em centro autorizado para a produção de um discurso sobre o Brasil, articulam-se inúmeras medidas tomadas no interior da instituição, tais como a sugestão feita em reunião realizada em 1842 de transformar sua biblioteca em depósito central obrigatório das obras publicadas no Brasil; o pedido aos presidentes de província do envio de seus relatórios anuais, interferindo assim na esfera de competência do Arquivo Nacional, criado no mesmo ano de 1838 (GUIMARÃES, 1988, p 16).

A movimentação de cientistas e intelectuais de modo geral, associados à instituição, fortaleceu a ideia de que a mesma produz uma História real e verdadeira e, portanto, oficial, sendo o IHGB protetor e difusor da História e Cultura nacional, garantia de que “todos” os brasileiros espalhados nos inúmeros espaços do território se reconhecessem dentro dessa construção historiográfica, despertando um sentimento de pertencimento à mesma pátria. Toda essa articulação não se trata de ação isolada, é necessário recrutar cidadãos para guerra, só se pode lutar por uma causa quando essa é identificada como sua também.

Por isso, dentro da trajetória das disputas da demarcação e confirmação das fronteiras pelo governo brasileiro, os relatórios de viagem de Ricardo de Almeida Franco tornaram-se um aparelho documental importante. Com sua divulgação, no instante em que a discussão de fronteira é retomada, as informações relatadas pelo chefe da expedição em seu diário “[...] passou a ser uma necessidade que ultrapassava o seu valor histórico; passou a ter um valor estratégico, geopolítico” (GARCIA; MENDES, 2017, p. 145).

Em um momento de retomada de discussão sobre a legitimação do território, o governo imperial usa em suas discussões diplomáticas os documentos que possui, e uma das suas estratégias antes de entrar no campo da batalha é a apresentação de “provas”; com isso, torna públicas informações até então confidenciais. Além de informar a sociedade, podemos dizer também que com isso sua intenção era atrair a opinião pública para legitimar as ações futuras da Guerra, em um presente de crescentes animosidades na região do Prata.

## **2.2 Abordagens historiográficas da Guerra contra o Paraguai**

Passados 150 anos do maior conflito militar da América Latina, ainda temos muito que dizer dentro dos preâmbulos da Guerra que envolveu Argentina, Uruguai e Brasil contra a

resistência do Paraguai. Mesmo durante a Guerra, já se produzia narrativas para descrever como se dava o confronto, caso do registro do engenheiro-militar Alfredo de Escragnolle-Taunay (1843-1895), sem dúvida uma das mais comentadas narrativas sobre o tema e que rendeu legitimidade ao escritor<sup>16</sup>. *A retirada da Laguna*, publicada pela primeira vez em 1874 em francês, e depois traduzida para o português, narra a realidade circundante da expedição, em meio ao calor do conflito.

A narrativa tem um profundo apelo patriótico, típico dos militares, descreve como foi o planejamento da operação e como foi arriscado para as tropas sair da fazenda Laguna no território de Mato Grosso. A obra de Alfredo Taunay e sua participação em campo devem ser percebidas para entender o ponto de vista do interesse do Estado. O estudo feito pela literata Olga Maria Castrillon Mendes (2012), ao propor uma análise sobre a relação que se dá entre a elaboração do escrito de Taunay e a Guerra contra o Paraguai, ressalta que:

Elementos tão díspares como a guerra e a arte estarão metamorfoseados no processo de criação a ponto de construir o escritor-viajante vinculado à tradição da escrita de viagem, mas construindo o conjunto de imagens calcadas no sentido estético. Não só executa a tarefa de relator da Comissão, mas também faz literatura, arte e ciência (MENDES, 2012, p. 87).

Ainda sobre a forma de analisar a escrita desta narrativa, a autora aponta:

Nessa perspectiva, ao participar da campanha contra o Paraguai, Taunay estava assumindo, aristocraticamente, do alto da postura “de homem superior” uma tarefa missionária para contribuir com o alargamento e manutenção dos ideais monárquicos. A serviço do Estado ou da Arte, transforma o sertão em objeto de uma experiência estética, fornecendo material para a compreensão do complexo cultural e político brasileiro (MENDES, 2012, p. 99).

As narrativas produzidas, acontecimentos vividos e a efetiva participação do Império brasileiro durante o conflito por um longo período assumiram tom nacionalista e patriótico para enaltecer a participação dos oficiais, com evidentes interesses de posteridade. Ao tratar das produções historiográficas sobre esse tema, a produção de narrativas da Guerra, Mário Maestri (2009) considera que:

A narrativa memorialista sobre a guerra contra o Paraguai foi produzida em geral por oficiais e profissionais liberais que participaram da Guerra, sem grandes informações sobre suas razões profundas, sobre o Paraguai e sua sociedade e, não raro, sobre o próprio Império, uma entidade na época sobretudo política, devido à fortíssima regionalização do país (MAESTRI, 2009, p.3).

Evidentemente, e em consonância com Maestri, essas obras não foram elaboradas de forma aleatória, tampouco seriam frutos do acaso. Pelo contrário, a sua materialização no

---

<sup>16</sup>A respeito de uma análise mais profunda de como Alfredo Taunay concebeu e realizou seus estudos sobre História, ver Wilma Peres Costa (2016).

tempo e no espaço estão carregadas de intencionalidades, buscam dar um verniz social aos seus efeitos e, tal como, construir a imagem, legitimar e dar voz para determinado grupo hegemônico e, ao mesmo tempo, silenciar e promover o apagamento material, estético e cultural dos que participaram e posteriormente ficaram às margens da efetiva contribuição que deram para esse conflito, como no caso dos povos indígenas e os negros escravizados.

Como já observado, o enfoque maior da nossa pesquisa está voltado para as atividades do professor dentro do ensino de História e sua prática em sala de aula, tarefa que exige apropriação e diálogo com a historiografia produzida sobre a Guerra contra o Paraguai (1864-1870). Evidentemente, não se trata de produzir um abrangente balanço historiográfico sobre o tema, mas de praticar o diálogo com obras que de alguma maneira perpassam o espaço do Mato Grosso na Guerra e a produção cartográfica sobre o tema.

Dentre as obras selecionadas para esse exercício, ressalto inicialmente a *Brasil e Paraguai: uma releitura da Guerra* (2012), organizada por Fernando Tadeu de Miranda Borges e Maria Adenir Peraro. Trata-se de obra que reúne abordagens múltiplas sobre o conflito, pensadas a partir da região de Mato Grosso. Desse conjunto, ressalto os trabalhos de Maria Fátima Costa (2012) e Eula Wojciechowski (2012).

No texto *Índios em la Guerra de la Triple Alianza (1865-1870)*, Costa explora como se deu a participação dos indígenas na Guerra para compor o exército brasileiro, apontando especificamente para a participação dos *Mbauá-Guaikurú*:

Apesar de estos hechos, desde el inicio hasta el final del conflicto, lo que efectivamente se vio fue la presencia de los Guaikurú siempre aliada al Imperio Brasileño. Em los primeros momentos estuvieron en la defensa del Fuerte de Coimbra y de la Villa de Miranda, y durante toda la contienda fueron esenciales como destacamentos de avanzada. Su conocimiento práctico de la región permitió que el ejército de Brasil pudiese moverse con seguridad en lugares que nunca habían sido cartografiados con rigor. El hecho de haber sido aceptados como avanzada permite percibir que se depositaba mucha confianza en la lealtad de estos indios (COSTA, 2012, p.76).

Não só como guerreiros e destemidos soldados, esse grupo indígena prestava auxílio para as tropas brasileiras; também orientava a movimentação, guiando a esquadra por dentro das matas fechadas de Mato Grosso, caminhos praticamente desconhecidos por muitos que lutavam no conflito. A autora lembra que as pesquisas existentes sobre essa participação dos *Guaikurú* fazem referência a um possível acordo que poderia ter sido estabelecido entre a etnia e o governo brasileiro; este, no caso, daria o direito à propriedade da terra se houvesse a efetiva participação do grupo indígena durante a batalha, garantindo assim, a demarcação de suas terras. Porém, observa que:

Muchos autores afirman que el emperador do Brasil, Don Pedro II, les había prometido la propiedad de sus tierras a cambio del auxilio prestado a las tropas aliadas. Sin embargo hasta ahora no se ha encontrado ningún documento que dé fe de esta negociación. Esto no significa que tal papel no exista o no haya existido: pudo haber sido destruido e se perdió, y también pudo haber sido una promesa de palabra (COSTA, 2012, p. 79).

Ainda sobre o recrutamento do exército militar no Mato Grosso, mas em outra perspectiva, o texto *Recrutar, disciplinar e moralizar: os soldados na Província de Mato Grosso (1850-1864)* (WOJCIECHOWSKI, 2012) recupera elementos da composição do corpo de infantaria, composto por homens, mulheres, crianças, escravizados e indígenas, vindos de todas as províncias. O recrutamento era obrigatório e para isso o Império só poupava a elite da época. Sobre a forma de capturar para ser soldado, diz a autora:

Em Cuiabá, a polícia capturava a população masculina que transitava pelas ruas e a tornava prisioneiras até que chegasse a indicação para qual aquartelamento da cidade ou interior devesse ser encaminhada. Diariamente os delegados ou chefes de polícia comunicavam ao Presidente da Província a prisão do recrutado[...] (WOJCIECHOWSKI, 2012, p.294).

O texto explora também como as diferentes camadas da sociedade eram requisitadas para compor as frentes de batalha, com destaque para os mais vulneráveis:

Cada grupo social movido por fatores e convicções de natureza diversa se envolvia, diretamente ou não, com o recrutamento, assim ocasionando disputas e indisposições. Nos períodos de maior necessidade de praças, o governo pressionava os senhores para que cedessem alguns de seus escravos. Frente à obrigatoriedade dos oficiais de preencherem as fileiras de soldados, escravos eram roubados de seus donos. Em outros episódios, os próprios escravos se ofereciam como voluntários, esperando, dessa forma, livrar-se do cativo (WOJCIECHOWSKI, 2012, p.300).

Haja vista que a maior parte da população brasileira era (é) formada de negros escravizados, esses com sua força de trabalho moviam toda forma de produção econômica da época, em tese, todo serviço pesado, braçal, perigoso, arriscado e insalubre era destinado para esta população, base social do Brasil da época e de hoje, parte renegada pelo sistema político-econômico do Brasil de ontem e de hoje.

Ainda na coleção elaborada por Tadeu e Peraro, encontramos o estudo da historiadora Maria de Lourdes Fanaia Castrillon (2012), *Guerra o Paraguai e a navegação fluvial em Vila Maria do Paraguai*. O trabalho apresenta a movimentação em torno do reconhecimento dessa região pelos governantes brasileiros:

A povoação de Vila Maria do Paraguai foi fundada em 6 de outubro de 1778, pelo governador e capitão-general Luis de Albuquerque de Mello Pereira e Cáceres, como parte da política da Coroa Metropolitana portuguesa de fronteira oeste, contra a invasão dos espanhóis (CASTRILLON, 2012, p.163).

Cabe lembrar que o acesso à vila se dava por contato com o rio Paraguai, ou seja, pela província de Mato Grosso.

Castrillon aponta para as articulações que estavam sendo desenvolvidas entre os países para usufruírem da navegação do rio, que fazia fronteira com Bolívia e Paraguai, entrando pelo território argentino, e destaca:

Na procura de resolver os conflitos pelas demarcações de fronteiras, a Coroa Imperial buscava consolidar o regime com objetivo de manter a unidade territorial. Além dessa questão, para as autoridades da província de Mato Grosso a navegação fluvial representava maior possibilidade de intercâmbio de comunicação e de crescimento econômico para o território mato-grossense, pois as comunicações com o litoral eram demoradas, e as estradas eram precárias e inseguras. Os rios Paraná e Paraguai no século XIX eram importantes vias de comunicação hídrica; se obstruída a navegabilidade, prejudicava o comércio cuiabano, então, a rota terrestre foi rearticulada. Ressalta-se que o rio Paraguai atravessa o Mato Grosso e constitui a Bacia do alto Paraguai e separa este estado da República da Bolívia; penetra na República do Paraguai e limita-se com a República Argentina, indo desaguar no Rio Paraná, aproximadamente a 40 quilômetros ao norte da cidade de Corrientes. Considerando um rio de baixada, passa por Cárceres e estende-se dessa maneira, até a sua foz, permitindo, assim, o acesso às embarcações (CASTRILLON, 2012, p.165).

A preocupação aumentava de todos os lados. Os tratados estabelecidos pelos países muitas vezes não são cumpridos, ficando sempre uma questão para ser resolvida em negociações futuras, tornando assim o caminho para a guerra uma realidade.

Embora no Tratado de Amizade, Comércio, e Navegação ter sido estabelecido em (1856), a questão dos limites e do domínio da margem direita do Rio Apa resultou em dissensões entre o Brasil e o Paraguai, culminando no conflito de 1864, quando as tropas paraguaias invadiram Mato Grosso (CASTRILLON, 2012, p.165).

Entre tantas preocupações, a proteção da cidade é uma questão urgente. O recrutamento de soldados precisava ocorrer o mais breve possível, para proteger os espaços, garantindo vantagens sobre o território. A autora apresenta o processo de defesa das vilas da província de Mato Grosso:

No início da guerra, a província de Mato Grosso contava com uma guarnição de 875 soldados do exército e uma força naval organizada em quatro unidades das quais apenas o Amambaí eram providos de dois canhões. Mesmo não sendo palco privilegiado da guerra, a cidade de Cuiabá teve que se adaptar a uma nova realidade: o sul da província estava em poder paraguaios e a navegação do Prata bloqueada, provocou reflexos na província de Mato Grosso, sob vários aspectos (CASTRILLON, 2012, p.165).

Com o bloqueio do acesso para Mato Grosso pelas águas, houve o problema do abastecimento de alimentos e dos instrumentos de guerra, destaca:

Contudo, todo material bélico não produzido na província de Mato Grosso, como fardamentos armas leves e pesadas, peças de reposição chegavam à

província via terrestre, por Goiás e Minas, uma vez que a navegação do Rio Paraguai estava proibida durante o conflito, o que nos leva a crer que essa não era a única via e acesso a Mato Grosso (CASTRILLON, 2012, p.167).

Utilizada como rota para comercialização dos produtos, a navegação pelo rio Paraguai é uma necessidade para o Brasil: além do acesso mais rápido para Mato Grosso, o governo aumenta sua arrecadação com os produtos comercializados por toda região, enquanto via o crescimento da população em suas vilas. Ao final da Guerra e liberação do acesso ao rio Paraguai, houve um aumento da circulação das embarcações, oportunizando para as vilas que possuíam porto o aumento das relações comerciais. Nesse sentido, a autora destaca:

O fim do conflito trouxe em questão os limites com o Paraguai e possibilitou a abertura do Rio Paraguai à livre navegação dos recursos naturais e importação de produtos manufaturados, beneficiando o comércio mato-grossense. Neste sentido, a “internacionalização” das águas do Rio Paraguai movimentou os principais entrepostos comerciais da província sendo eles: Vila Maria, Cuiabá e o porto de Corumbá (CASTRILLON, 2012, p.175).

Como exemplo, a autora explora as transformações vividas em Vila Maria, demonstrando que além do aumento de arrecadação também teve uma mudança cultural, motivada pela empolgação das relações comerciais pós-guerra. A vida econômica trouxe outras formas de consumo e isso se deu também com a presença de produtos importados:

O comércio fluvial inseriu Vila Maria numa rede de comunicações que o interligavam a várias áreas do Império e a outras nações, possibilitou o surgimento de estabelecimentos comerciais de maior porte, devido os artigos de luxo que ali chegavam, diferentes do comércio existentes na localidade, antes da navegação. A partir de então, no comércio de exportação participavam Inglaterra, França, Alemanha, Bélgica, e as importações vinham de Montevidéu, Inglaterra, França, Alemanha, Itália e Portugal (CASTRILLON, 2012, p.175).

Aqui temos uma demonstração de como o Brasil se beneficiou com as transações realizadas quando se deu a liberação da navegação pelo rio Paraguai, trazendo para essa parte de seu domínio territorial uma sensação de integração nacional e internacional. O surgimento de estabelecimentos comerciais brasileiros e de capital estrangeiro, a partir daí, caracterizou as vilas portuárias da época. Com o transporte pelas águas de Mato Grosso vai aumentar a circulação de pessoas interessadas em desenvolver qualquer tipo de atividade. Prossegue a autora:

A reabertura da navegação fluvial também propiciou maior proporção na arrecadação de impostos não só para o município de Vila Maria, mas, conseqüentemente, para os cofres da Corte Imperial e da Província de Mato Grosso e isso também estava interligado com o aumento populacional (CASTRILLON, 2012, p.177).

As vantagens comerciais e os ganhos econômicos obtidos para a região e para o governo brasileiro com a reabertura da navegação fluvial serviram como justificativa para a

guerra; esse é apenas mais um dos fatores que se pode abordar no assunto. Não era apenas pela livre passagem que lutavam os aliados contra o Paraguai, a análise do problema pode ser vista por diversos prismas, aqui procuramos concentrar esforços em perceber os planos de movimentação do Império brasileiro pela proteção da fronteira da região de Mato Grosso.

### **2.3 Motivos para guerrear: Mato Grosso no centro das questões**

As tensões que se dão na região da bacia platina e que envolvem Brasil, Argentina, Uruguai e o Paraguai durante o século XIX são como uma panela de pressão, prestes a estourar. O problema se dá pela configuração de pontos que são antagônicos entre os países na disputa pela liderança e controle do acesso a bacia do Prata. Discussões diplomáticas se intensificam nas últimas décadas; sem dúvida, pensar esse conflito nos leva as questões que estão sendo arrastadas desde bem antes de 1864.

Os debates que privilegiam a temática da Guerra com as questões da territorialidade podem favorecer a identificação das regiões que estão sendo discutidas nas investigações historiográficas. Para entender o complexo envolvimento do Brasil no conflito, a obra escrita por Alfredo da Mota Menezes (1998): *Guerra do Paraguai: como construímos o conflito*, aponta como os aspectos da fronteira entre o Brasil e Paraguai e o uso desses limites era motivo relevante para o envolvimento brasileiro na Guerra.

Na obra, o autor discute em cinco capítulos, uma trajetória de acontecimentos que irá movimentar a região desde a criação do vice-reinado do Prata, em 1776, desencadeando em análise ampla da possibilidade, que levou o Brasil a se envolver no confronto com o Paraguai. As missões diplomáticas que envolviam os países Uruguai, Argentina, Brasil e Paraguai; a forma como se coligaram, Uruguai, Argentina e Brasil contra o Paraguai; bem como as tentativas de apaziguamento das relações, são pontos de partida dessa obra.

Quando se volta para este recorte, fazendo uma busca pela representação do espaço em conflito, observamos nas bibliografias, ora utilizadas aqui, que existe uma infinidade de caminhos para dar aos discentes possibilidades de compreensão do tema. Porém, quando se trata de mostrar a movimentação das tropas e dos conflitos em mapas, há sempre uma indicação para representações espaciais de eventos anteriores ao momento do conflito.

Parte desse recurso ao passado inclui o tempo anterior ao das independências, como observa Menezes:

Através do período colonial, ou mais precisamente após a criação do vice-reinado do Prata, por Buenos Aires o porto de entrada e saída de produtos locais, tinha havido pequenos desentendimentos entre a intendência do Paraguai e os portenhos. Aquele país, porque estava longe do mar e em

obediência às normas da época, muitas vezes teve que se sujeitar a algumas imposições de Buenos Aires. Isso provocará um certo ressentimento nos paraguaios. Desde 1810, portando os entrelaçados e antagônicos interesses da Argentina, Paraguai, Uruguai e também do Brasil mostravam possibilidades de desentendimentos. Isso vai aumentar ao longo do tempo. Lutas civis e guerras internacionais acontecerão e as alianças políticas flutuarão de acordo com o momento e as diferentes situações (MENEZES, 1998, p.8).

Para entender a participação do Brasil na Guerra contra o Paraguai, é necessário entender o contexto geopolítico que vem se configurando na região do Rio da Prata. Os interesses dos diversos setores da sociedade da época estimulavam os chefes dos governos da Tríplice Aliança a tomar alguma atitude e se posicionar. No caso do Brasil, o interesse primordial se daria pela navegação ao rio Paraguai, destaca o autor:

O Brasil sempre insistiu num tratado de absoluta liberdade de navegação no alto Paraguai com a intenção de atingir sua província de Mato Grosso. Os dirigentes paraguaios até concordavam com esse ponto de vista mas queriam assinar um tratado global que incluísse também o problema de fronteiras. A coisa foi esquentando. Em 1853 Carlos Antonio Lopez praticamente expulsou de Assunção o representante diplomático brasileiro Pereira Leal. No Brasil começava a aumentar o tom de voz contra o Paraguai (MENEZES, 1998, p.30).

Para os limites dessa pesquisa, como já observado, interessa-nos as motivações de algum modo relacionadas à região do Mato Grosso, ainda que por vezes seja difícil estabelecer divisões estanques entre territórios e políticas integradas.

Verifica-se nos apontamentos da obra, que todas as repúblicas do Prata e o Império brasileiro tinham questões de fronteira a serem definidas. Nada será tão fácil e rápido. Nas discussões diplomáticas estavam inseridos de algum modo, os debates por reconhecimento de independência e de soberania de cada nação.

Sobre as fronteiras entre Brasil e Paraguai, as questões se concentravam nos limites da então província do Mato Grosso e na livre navegação pelo rio Paraguai, importante e estratégico para os planos de desenvolvimento dessa região, como já observado. A investida do Brasil na celebração do tratado de navegação se dá desde antes da Guerra, é uma sucessão de acontecimentos políticos e conversas diplomáticas que muitas vezes não levavam ao consenso.

O Brasil, em 1855, mandará uma esquadra com uns 20 barcos e umas 120 peças de artilharia comandada por Pedro Ferreira de Oliveira. Com a demonstração de forças pretendia-se pressionar o governo paraguaio a aceitar um tratado de navegação no rio Paraguai. Sem isso Mato Grosso ficava isolado do resto do país. Sabendo da importância do rio para o Brasil, os paraguaios procuravam obstaculizar sempre que podiam a livre navegação para tentar atrair aquele país a uma mesa de negociações que incluísse os problemas de fronteira (MENEZES, 1998, p.31).

Quando dessa missão diplomática, o funcionário do Império consegue finalizar o tratado que prevê comércio e livre navegação pelo rio como medida paliativa para o momento, pois a discussão final se daria quando fosse de fato ratificado e posto um estabelecimento definitivo para definir os marcos de fronteiras e navegação.

Desse momento até a Guerra, o envio de diplomatas por parte dos dois governos vai se tornando cada vez mais intenso; no ano de 1856 é a vez do Paraguai enviar ao Brasil seu representante para “discutir e tentar chegar a bom termo com o Brasil nos assuntos de fronteira e navegação” (MENEZES, 1998, p.31), debate que vem se arrastando por longo tempo. É quando, segundo aponta o autor, é assinado um tratado de comércio e navegação.

Aponta o autor para os termos que os representantes dos governos assinaram:

Frente à situação de impasse, Carlos Antonio Lopez, que sempre teve os pés no chão, mandará, em 1856, José Berges ao Rio de Janeiro para discutir e tentar chegar ao bom termo com o Brasil nos assuntos de fronteira e navegação. O debate foi longo. No lado brasileiro estava José Maria da Silva Paranhos, o melhor diplomata do momento. No dia 6 de abril de 1856, Berges e Paranhos assinaram um tratado de comércio e navegação. Os dois lados também concordavam em protelar a solução dos problemas de fronteiras por seis anos. Seria nomeada uma comissão especial, com representantes de ambos países, para estudar e definir a fronteira entre os dois interesses (MENEZES, 1998, p.31).

O acordo assinado entre o Brasil e a República do Paraguai, denominado de Tratado de Aliança, Comércio, Navegação e Extradução era importante para dar condições a Mato Grosso de inserção comercial e facilitar o acesso ao Rio de Janeiro, capital do Império. Como destaca Siqueira:

Para Mato Grosso, essa abertura representou uma redefinição de sua economia, pois, por essa hidrovia, poderia ser explorada a produção regional e, através dela, importados os produtos estrangeiros, advindos da Europa, América do Norte, Argentina, Uruguai e Paraguai, além das mercadorias brasileiras que, das cidades litorâneas, poderiam chegar até Mato Grosso, tendo por base a articulação da navegação marítima com a fluvial (SIQUEIRA, 2002, p.95).

Analisando os eventos ocorridos antes de 1864, percebemos que as protelações por parte do Brasil para um acordo de fronteira com o Paraguai se davam para poder ganhar tempo, diante dos termos assinados em 1856. Essa manobra não agradou o lado paraguaio e a estipulação do prazo de seis anos para se retomar essa discussão não foi bem vista pelo então presidente paraguaio Carlos Antonio López (1790-1862); com isso, algumas medidas foram tomadas pelo governante do Paraguai a fim de pressionar o Brasil para uma nova discussão das fronteiras e navegação. Segundo o autor:

Primeiro apareceu um decreto que determinava que todos os barcos estrangeiros deveriam ter um piloto paraguaio a bordo desde Assunção até o porto mais próximo na província de Mato Grosso. Já começou a complicar.

Logo depois veio outra medida que praticamente impediu a livre navegação e ia, em princípio, contra os termos do tratado assinado por Paranhos e Berges. A nova medida determinava que barcos estrangeiros que fossem rumo a Mato Grosso deveriam parar em vários portos paraguaios, serem examinados e ainda pagarem taxas (MENEZES, 1998, p.32).

Diante dessas manobras, que tinham como objetivo obstaculizar a navegação e o acesso para a província de Mato Grosso, o governo brasileiro pediu explicações ao Paraguai com relação aos termos que vinham sendo praticados na navegação pelo rio. Essa atitude por parte do governo paraguaio tinha por objetivo chamar a atenção dos dirigentes brasileiros e obrigá-los a realizar a definição dos termos de fronteira e navegação, celeuma que acirrava os ânimos.

O tratado, a partir daí, passou a ser quase letra morta. Em 1857, no início do ano, o Brasil mandou um diplomata, José Maria do Amaral, a Assunção para discutir o assunto com o governo do paraguaio. Não se chegou a nenhum entendimento. O Paraguai acreditava que sua atuação estava correta à luz do mesmo acordo de 1856. O que se queria, na verdade, era forçar o Brasil a resolver o problema de fronteira. Ou ainda, como entendem alguns, tentar impedir ao máximo possível uma tal fortificação de Mato Grosso pelo governo brasileiro. De uma forma ou de outra, atrapalhar a livre navegação no rio Paraguai parecia ser a única arma diplomática que Carlo Antonio Lopez possuía. E, concorde-se ou não com suas atitudes, ele a estava usando muito bem. Sem livre navegação a província de Mato Grosso ficava isolada e para o governo brasileiro isso era inadmissível (MENEZES, 1998, p.32).

Uma sucessão de novos acordos e tratados tentou solucionar essa questão da navegação. Para o lado brasileiro, no momento, não era necessário ter o debate sobre a fronteira, a intenção maior era navegar pelos rios. Por diversas formas, nos anos que antecederam o confronto, Argentina, Uruguai e Brasil e Paraguai sentaram à mesa para estabelecer consensos diplomáticos que evitassem o enfrentamento militarizado. Por diversas vezes, conforme determinado grupo político estivesse no poder, tais tratados eram desfeitos ou sua execução, postergada.

Conforme os ânimos políticos e troca de comandantes de cada país, podemos ver que as suas desconfianças eram direcionadas ao modo como cada um agiria e com quem cada um poderia contar, no caso de ter um confronto.

O fato é que se passaram os seis anos da assinatura dos tratados com Carlos Antonio López e o Brasil não teve a preocupação de montar a comissão que se pedia nos termos dos tratados. Este impasse incomodava todos da região do Prata, as relações comerciais dos países estavam sendo afetadas. Em 1862, com a morte de Carlos Antonio López, o governo foi assumido por seu filho, Francisco Solano López (1827-1870). Serão novos rumos das discussões que envolvem os países da bacia do Prata, culminando com a Guerra.

O autor detalha em sua obra os conflitos políticos em que estavam envolvidos cada nação da região platina, trazendo para o debate as questões indefinidas de fronteiras, bem como os problemas internos a cada país:

Os problemas de fronteiras e navegação também incomodavam os países do Prata por muito tempo. E, nesse caso, os principais envolvidos foram o Paraguai, a Argentina, e o Brasil. O comércio local também podia ser afetado e isso botava mais lenha na fogueira. Um governo, liberal ou conservador, procurava atuar em termos comerciais mais de acordo com os seus princípios ou necessidades do momento. Para navegar em um mesmo rio, pertencente a diferentes países, poderia vir taxaões esquisitas que ajudavam a perturbar o relacionamento. (MENEZES, 1998, p. 34).

Na sequência, faz apontamentos em que afirma também que a autonomia desejada por paraguaios e uruguaios contrariava o projeto de nação que queriam os argentinos, pois era o desejo desse governo controlar a região do Paraguai e Uruguai.

A movimentação política desenvolvida por cada nação e o *modus operandi* na busca por apoiadores internacionais nas discussões em que estavam envolvidos estão presentes na obra. Sem se comprometer em apontar causa única ou motivo maior para que se justificasse a participação do Brasil na composição da Tríplice Aliança, percebe-se na obra a junção do histórico de fatores econômicos, sociais e políticos que motivaram todas as nações a se rivalizar.

Ao optar por fazer um estudo da Guerra contra o Paraguai (1864-1870), tomando como referência pesquisadores radicados atualmente na região do conflito, o Mato Grosso, verificamos como esse tema é apresentado quando se estabelecem vínculos com o passado devido às marcas deixadas pela guerra. Essa temática perpassa o campo de estudo desses autores, analisando o legado social do confronto. Procuramos em nossa investigação apontar alguns aspectos que apresentam a região de Mato Grosso dentro desse cenário bélico e como a posição geográfica dessa província impulsionou desejos e acirrou ânimos entre os governos do Brasil e Paraguai.

A historiadora Elizabeth Madureira Siqueira (2002) destaca aquele que considera como o ponto inicial do conflito, versão tão repetida por nossa historiografia, em diferentes momentos.

Por questões geopolíticas, a interligação de Mato Grosso através do rio Paraguai foi interrompida, pois o governo paraguaio aprisionou o navio Marquês de Olinda (1865) que, saído do Rio de Janeiro, trazia a bordo o novo presidente da Província de Mato Grosso, Frederico Carneiro de Campos, que foi rendido pelas forças paraguaias e conduzido até a cidade de Passo Pocu, onde veio a falecer, a 3 de novembro de 1867. Estava declarada a guerra (SIQUEIRA, 2002, p.95).

Sobre o navio aprisionado, informações reunidas por Correa-Martins permitem inferir o histórico de circulação de embarcações como essa na região, interrompido agora pelo conflito que se anunciava:

O navio *Marquês de Olinda* foi construído no final dos anos 1850 no Estabelecimento de Fundição e Estaleiros da Ponta d'Areia, em Niterói, para a Companhia de Navegação do Alto Paraguay, e destinado a ser empregado na rota Montevidéu-Corumbá- -Montevidéu. Com 189 toneladas e um sistema de propulsão misto, rodas laterais e mastros, partiu do Rio de Janeiro em 8 de novembro de 1859, tendo como comandante o Segundo-Tenente João Frederico Berrizo. Em sua primeira viagem, principiada em 27 de novembro de 1859, na rota Montevidéu- -Corumbá-Montevidéu, transportou mais de 70 passageiros de diversas nacionalidades. Após ajustes na concessão, foi estabelecido o número de oito viagens anuais, cujo contrato venceria em 27 de novembro de 1864. Naquela fatídica viagem, a 8ª e última prevista no contrato, o Primeiro-Tenente reformado do Corpo da Armada Manoel Luiz da Silva Souto comandava o *Marquês de Olinda* (CORRÊA-MARTINS, 2020, p.99).

Em sua viagem, o *Marquês de Olinda* cumpria uma expedição oficial que tinha como objetivo levar um conjunto de autoridades para assentar praça na província de Mato Grosso, entre os quais, estava o coronel do Corpo de Engenheiros Frederico Carneiro de Campos<sup>17</sup>, que recebeu a incumbência para ser presidente da província de Mato Grosso; o acompanhava um conjunto de militares que assumiriam postos de comando na região. A viagem seguia com o protocolo esperado, a tripulação sabia dos riscos devido às instabilidades políticas com os paraguaios, tudo indica que não possuía nenhum carregamento de armas que poderia ajudar em sua defesa frente a algum ataque.

Ainda seguindo os passos de Corrêa-Martins, temos uma apresentação dos momentos em que se deu a apreensão do Vapor e a conseqüente existência dos “primeiros prisioneiros daquela guerra, fato esse pouco referido na historiografia” (CORRÊA-MARTINS, 2020, p. 97). Destaca o autor, no primeiro momento da apreensão:

Por volta das 06h30min do dia 12, enquanto prosseguia subindo o rio, observou-se ao sul, a partir da embarcação brasileira, uma coluna de fumaça que aumentava gradativamente. Até que foi possível identificar que se tratava do Vapor de Guerra paraguaio *Tacuari*, o qual disparou um tiro de pólvora seca, indicando ao *Marquês de Olinda* que parasse e, ao mesmo tempo em que o ultrapassava, cortando sua proa. Isto ocorreu na altura de Curuzu Chica, no atual Puerto de Antequera, na margem esquerda do Rio Paraguai, cerca de 200 km ao norte de Assunção. Um escalor foi enviado do *Tacuari* com um ofício para o comandante brasileiro, e logo retornou. Nele se “ordenava o imediato regresso a Assumpção e, no caso de resistência, ser posto sob os fogos do corsário o navio apresado”. O Comandante Souto

---

<sup>17</sup> Nascido em Salvador, Campos era um militar e político brasileiro que em sua carreira teve vários serviços prestados ao Império brasileiro, dentre os quais: deputado pela província do Rio de Janeiro e presidente da província da Paraíba (1844-1848).

reuniu os passageiros, expondo a situação. Era evidente a impossibilidade de resistência (CORRÊA-MARTINS, 2020, p.100).

Ainda que reconhecido por grande parte da historiografia como o estopim para a guerra, o episódio da apreensão do *Marquês de Olinda* pouco foi explorado em suas consequências imediatas para o Mato Grosso, questão que me interessa mais de perto. Leonam Lauro Nunes da Silva, em sua dissertação de mestrado *Relações na Tríplice Fronteira: A Bolívia no Contexto da “Guerra Grande” (1865-1868)* desenvolve apontamentos que demonstram como agiram os paraguaios a ocupar a região de Corumbá e o modo operante aplicado ao utilizar os caminhos por terra e estabelecer rotas de comércio.

Era janeiro de 1865, quando forças paraguaias comandadas pelo Coronel Vicente Barrios (? -1868), compostas por um efetivo de sete mil e quinhentos homens, por terra e água, ocuparam o sul da Província de Mato-Grosso, tomando o porto de Corumbá - população situada à margem direita do Rio Paraguai -, estabeleceu-se ali um comando militar. Modificava-se, assim, o cenário fronteiriço com a inclusão de novos atores, protagonistas de um excepcional relacionamento, que se desenvolveu durante a “Guerra Grande”, entre 1865 e 1868. Fundada em 1778, pelos portugueses, Corumbá sempre exerceu uma função geopolítica importante. Tida como a “cidade fortificada”, tem no forte Coimbra, construído em 1775, um guardião, cuja principal missão era a de resguardá-la contra possíveis ataques inimigos, ocupando lugar estratégico na tríplice fronteira (Brasil, Paraguai e Bolívia). A região onde se estabeleceu a população é circundada em boa medida pelo Rio Paraguai e por seus braços. Conta também com uma toponímia que tem nas íngremes morrarias um traço marcante, de onde é possível contemplar todo o cenário que a abriga. A oeste faz fronteira com o território boliviano e ao sul as águas do mencionando rio seguem seu trajeto rumo ao Paraguai, até encontrarem a “Madre de Las Ciudades”, Assunção (SILVA, 2009, p.73).

Seguindo a investigação do autor, é apontado que essa decisão de invadir Mato Grosso já estava sendo tramada pelo presidente do Paraguai bem antes da ação, pois já dispunha de espões vivendo na província antes mesmo de se estabelecer o confronto. Enquanto permanecia com o controle dessa região, foi feita uma investigação a respeito do caminho que podia ser aberto para uma rota comercial e empreendida uma “comissão de doze pessoas sob a direção do topógrafo francês Domingo Pomiés, para explorar um caminho que conduziria até a povoação de “Santo Corazón” - última das missões jesuíticas espanholas” (SILVA, 2009, p. 75). O objetivo era estudar os caminhos para uma possível rota de comércio que saísse de Corumbá. O empreendimento teria contado com a participação de capital estrangeiro e uma estrutura de trabalho de aproximadamente 1000 (mil) trabalhadores, incluído mão-de-obra de indígenas. Segue o autor:

Somente em janeiro de 1866, quando os trabalhos já estavam em curso, os paraguaios deram publicidade, através da imprensa, às tratativas com vistas a abrir uma via de comunicação com fins comerciais com a Bolívia. Depois das primeiras incursões, que objetivavam reconhecer o terreno e examinar

possibilidades, tiveram início as obras que visavam dar ao caminho condições para receber o tráfego comercial entre Corumbá e Santo Corazón (SILVA, 2009, p.78).

E ainda acrescenta, a respeito desse empreendimento na fronteira oeste e da situação que encontrava a república do Paraguai em meio ao conflito:

Mesmo não sendo fartos os recursos advindos de Santo Corazón, o caminho aberto durante a guerra seguia dando impulso à integração fronteiriça e ensejava um incipiente, porém importante movimento mercantil, em momento que o Paraguai sofria um severo bloqueio e graves necessidades. Lembremos que, desde junho de 1865, quando a esquadra brasileira sobrepujou a paraguaia na afamada batalha naval do Riachuelo e passou a controlar os rios da bacia platina até a fronteira com o Paraguai, o exército de Francisco Solano Lopez se encontrava em sérias dificuldades, “quase” isolado (SILVA, 2009, p.81).

Para o que nos interessa aqui, cabe reiterar que a região de Mato Grosso surge no corpus documental das narrativas como predominante para o confronto, devido a sua localidade de fronteira com o Paraguai e o interesse do governo brasileiro em ser o regente da forma de navegação por toda extensão do rio; o controle das águas, outro fator considerado como preponderante para a eclosão da Guerra, reforça a centralidade da região.

A representação cartográfica não é uma constante até aqui encontrada nos estudos. Sendo assim, as referências das localidades apresentadas ficam descritas na forma de texto, e isso de certa maneira pode possibilitar, quando se utilizar o mapa, verificar no desenho a informação da narrativa. Essa predileção por mapas na nossa investigação, salientada desde as primeiras linhas desse texto, tem como foco sua potencialidade nas aulas de História, utilizando os livros didáticos como ponto de análise para as questões exploradas no capítulo a seguir.

## **CAPÍTULO 3 - O MATO GROSSO E A GUERRA CONTRA O PARAGUAI EM LIVROS DIDÁTICOS E MAPAS**

Ao escolher o livro didático como fonte de análise da temática de Cartografia, tendo como recorte o conflito ocorrido na bacia do Prata entre os anos de 1864-1870, nossa intenção é aliar o acesso às fontes para prática do ensino de História; neste caso, privilegiar o acesso é reconhecer que no livro didático podemos encontrar uma diversidade de fontes reunidas, tais como cartas, imagens, mapas, recortes de jornal, músicas, etc..., sugeridos como suporte ao docente. Podemos até questionar como essas fontes e suas abordagens estão sendo indicadas, mas negar que são potentes recursos didáticos seria injusto demais.

Esta investigação propõe uma abordagem com a Cartografia de maneira interdisciplinar, discutindo como são feitas a representação do tema da Guerra contra o Paraguai (1864-1870) nas páginas dos livros. De que maneira podemos encontrar apresentado o espaço do conflito? De forma geral, as coleções privilegiam algum recorte territorial para abordar o tema? As respostas para esses questionamentos surgem logo após os estudos com os manuais selecionados, em que podemos observar a versatilidade temática que é apresentada na discussão sobre o conflito, colaborando para a formulação do conhecimento dos estudantes.

Este é o fio condutor do estudo que encontrará aqui desenvolvimento com a cautela de quem cuida de explorar os entremeios, tanto das disciplinas como das diferentes metodologias analíticas para apresentar a catalogação dos mapas existentes nos livros, e como estes o relacionam com o conteúdo ou lista de exercício. A maneira como podemos realizar a leitura desse instrumento se alia com as pesquisas de Cartografia, Geografia, Ensino de História/História, Linguagens, entre outras formas de contribuição pedagógica.

### **3.1 Guerra contra o Paraguai: um exercício de historiografia e ensino de História**

Na investigação desenvolvida pela autora Ana Paula Squinelo (2011), há três características que marcam o desenvolvimento da historiografia a respeito do tema Guerra contra o Paraguai.

Conforme Squinelo são produções de narrativas que, a depender de quem as produza, atendem a um projeto de construção de identidade caracterizada por alguns estereótipos. Um exemplo é a imagem do inimigo que precisava ser combatido para libertar os paraguaios das mãos de um tirano, construída desde final da Guerra até a década de 1960.

As produções historiográficas e as narrativas utilizadas na formação do ensino brasileiro com o término da Guerra, presentes até pelo menos meados do século XX, foram as bases constitutivas dos manuais escolares da educação do Brasil. Carregadas com informações apenas da visão (triumfalista) dos brasileiros, tinham como principal abordagem a construção dos heróis da nação, que venceram um tirano. Esse tipo de narrativa caracteriza o primeiro momento das produções historiográficas a respeito da temática.

No caso estudado pela autora, *Revisões Historiográficas: A Guerra do Paraguai nos livros didáticos brasileiros – PNL D 2011* (2011) proporciona uma visão abrangente do tema, e possibilita trilhar alguns caminhos dentro da nossa investigação, que é discutir essa temática da Guerra contra o Paraguai nos livros didáticos.

Vale ressaltar que a pesquisa desenvolvida por Squinelo percorreu extenso caminho na temática do conflito platino, pelos manuais didáticos utilizados na educação formal do ensino brasileiro. Suas análises apresentam espécie de histórico da visão ideológica que perpassou a construção da narrativa do conflito com o Paraguai dentro dos livros didáticos, e como elas estão apresentadas nos manuais agora (em 2011). O segundo momento de construção da narrativa historiográfica elaborada para analisar a Guerra contra o Paraguai, ainda conforme a autora, é definido como “visão imperialista”, essa foi à tônica ideológica nas produções de pesquisas pós-1960, investigações que culpabilizaram a Inglaterra pelo conflito, em detrimento das animosidades próprias à região:

Esta vertente explicativa da Guerra do Paraguai acabou por deslocar o Brasil de seu papel “salvador”, e o Paraguai de sua posição de “grande vilão”. Muitos brasileiros e demais latino-americanos tornaram-se admiradores e defensores da nação guarani ao passo que passaram a culpar a nação brasileira por todas as mazelas vividas pelo Paraguai. Afinal, passara-se a ter uma única culpada pelo litígio: a Inglaterra! A “visão imperialista” do conflito foi permeada, sem dúvida, por uma dose de emoção e envolvimento na escrita da história, ao mesmo tempo em que nos destituía de nosso papel de sujeitos históricos, ao desconsiderar todos os problemas que envolviam o Prata, e buscar a resposta para essas questões, em um elemento externo (SQUINELO, 2011, p. 22).

A renovação do pensamento histórico é uma ação constante graças às pesquisas que vão surgindo, com base em novas interpretações, nesse caso, recorrentes a partir da década de 1980, momento que é definido pela autora, como de reorientação dessa historiografia, produzida agora no âmbito dos programas de pós-graduação, resultantes da expansão/consolidação do campo. Nesse novo contexto, ganham espaço abordagens mais temáticas, demonstrando como se deu o envolvimento e a participação de mulheres, crianças, povos indígenas, além dos estudos que demonstram a inclusão da população escravizada, incorporada às trincheiras da Guerra e enganada com a promessa da alforria.

O litígio na bacia do Prata é um exemplo de como elaborar novas visões trazendo diversos assuntos e maneiras de abordagem distintas, isso pode ser encontrado tanto no Brasil como nos demais países que estiveram envolvidos na Guerra.

O conhecimento e a produção (desse e de qualquer outro tema) podem e devem ser constantemente renovados, repensados. Isso é próprio das sociedades que buscam sempre demonstrar sua capacidade intelectual, capacidade de se regenerar, de avançar e criar novos paradigmas. Se valer dessas premissas no ensino de História é motivador e fundamental. São discussões e produções de conhecimentos que abrem outros horizontes de estudos, quebra de rupturas acerca do conflito platino, campo para estudar e analisar não só os cânones e documentos diplomáticos, mas também a questão social.

[...] foram os estudos desenvolvidos por pesquisadores, muitos deles historiadores, que munidos das “ferramentas” teóricas e metodológicas do ofício de historiador ofereceram nova visão acerca da Guerra do Paraguai. A história da Guerra que sempre buscou “mocinhos e bandidos”, “culpados e inocentes”, “vencedores e perdedores”, ganhou novas interpretações com esses estudos, tendo inclusive se aventurado pelos novos objetos, novas abordagens e novos problemas acerca da Guerra do Paraguai (SQUINELO, 2011, p. 24).

A nova fase de interpretação da Guerra, ainda conforme Squinelo, teria aumentado as possibilidades de abordagens na construção do conhecimento escolar. Analisar essa evolução, do ponto de vista científico da discussão acadêmica, não nos isenta de perceber quais intenções estão postas no momento em que novas abordagens surgem no cenário: “Entretanto, cabe destacar que essas obras também se inserem em um contexto histórico determinado e não estão isentas de manipulação ideológica a que a escrita da História está sujeita” (SQUINELO, 2011, p. 25).

Obras e pensamentos inseridos nos manuais didáticos formaram gerações de pessoas que confrontaram e confrontam ainda seus pensamentos a respeito do conflito platino. Não cabe aqui eleger a mais elaborada visão historiográfica construída ao longo desses 150 anos após o conflito. Uma vez inserido como base de conteúdo e produção de conhecimento presente na formação da sociedade brasileira e nos livros didáticos, cabe sempre novas possibilidades de análise, ainda mais quando estes temas adentram os manuais didáticos que regem e formatam o ensino em sala de aula.

Na pesquisa em que analisa 12 coleções didáticas, a autora nos aponta diversos pontos de vista que auxiliam o professor a perceber como estão representados os recortes temáticos para a abordagem pedagógica no ensino dessa temática nos manuais disponíveis aos estudantes brasileiros. A referência foi o PNLD 2011, que embasou os anos escolares de

2011, 2012 e 2013. Como são feitos os recortes, escolhas dos fatos históricos e exemplos para explorar o assunto? Quais problemas podem ser percebidos nesse processo de transposição didática? Essas questões foram, de algum modo, enfrentadas pela autora.

Das 12 coleções que elenquei para a elaboração desta investigação, dediquei-me a análise da temática relacionada à Guerra do Paraguai e, infelizmente pude averiguar ainda grande distanciamento entre o saber produzido na academia e sua transposição enquanto saber didático. Ou seja, embora algumas das Coleções tangenciem a discussão em torno dos avanços acerca das explicações relacionadas ao conflito platino, acabam ainda por incorrer em uma escrita da história que privilegia há décadas uma explicação da Guerra do Paraguai, alicerçada em cânones tradicionais e, como já mencionado, revisados e ultrapassados no interior da academia. Nesse sentido, após a análise dos textos, posso afirmar que a questão central apontada na análise da Guerra, apresenta uma visão narrativa, política, militarista e cronológica do conflito, como também estão centradas em explicações relacionadas às causas e consequências do conflito platino para cada país envolvido (SQUINELO, 2011, p. 28).

A pesquisa de Squinelo nos ajuda sobremaneira a entender como podemos desenvolver essa parte da nossa investigação, haja vista que pretendemos abordar a temática da Guerra contra o Paraguai também pelo livro didático. Porém, a nossa pesquisa percorre o caminho dos mapas inseridos nos manuais de ensino, verificando a sua colaboração para a construção do pensamento histórico.

Para ajudar na discussão que visa pensar como este tema tão presente na vida escolar pode ter as contribuições dos debates que são desenvolvidos nos centros de pesquisas, dando suporte ao professor, temos, por exemplo, a colaboração da pesquisadora Maria do Carmo Brazil (2012), em *O rio Paraguai e a Guerra Grande: contribuição para o ensino de História*<sup>18</sup>.

Diante da extensa produção historiográfica sobre o tema, o estudo propõe-se a uma “[...] releitura da Guerra do Paraguai, cujos aspectos são insistentemente apresentados de forma superficial ou mesmo não tratados nos manuais de história regional” (BRAZIL, 2012, p. 399). Centrada em apresentar uma historiografia da produção regional, especificamente no âmbito do Mato Grosso e Mato Grosso do Sul<sup>19</sup>, a autora demonstra a variedade das abordagens produzidas para essa temática. Ressalta que os trabalhos trazem

<sup>18</sup> A autora nos lembra de que *a Guerra da Tríplice Aliança* é também conhecida por *Guerra do Paraguai*, *Guerra contra o Paraguai*, *Guerra Guaçu*, *Guerra Grande* ou, ainda, *Guerra Maldita*. E que a expressão Guerra Grande foi dada por Augusto Roa Bastos, notável escritor paraguaio (BRAZIL, 2012, p. 37-50). Para as origens da expressão Guerra Grande, Brazil tomou como referência os estudos de Carlos Guilherme Mota (1995).

<sup>19</sup> Aqui a autora se concentra na produção historiográfica realizada nos centros de pesquisa dos estados fronteiriços ao conflito, a saber: Universidade Federal de Mato Grosso e Universidade Federal da Grande Dourados, no Mato Grosso do Sul.

para a tela debates que fogem de uma narrativa tradicional e descritiva, são estudos que surgem no período de 1990, oportunizando uma ruptura com interpretações consolidadas.

Vale destacar que a preocupação em conhecer a complexidade da Guerra em terras mato-grossense, sobretudo enfatizando o rio Paraguai como objeto de cobiça durante o passado Colonial e Imperial, é uma iniciativa relativamente nova se for considerado o tempo em que os estudiosos regionais vêm se dedicando a essa problemática (BRAZIL, 2012, p.401).

Segundo Brazil, ao agregar novas abordagens à construção do debate histórico a respeito da Guerra, tais estudos baseiam-se na configuração da região apontando para as resoluções que os governantes efetivaram, no sentido de assegurar a proteção do território. Apontando para a questão fluvial, centraram no acesso ao interior de Mato Grosso e em como as sociedades foram afetadas pelas causas do conflito, e como dele participaram.

Os estudos realizados têm o olhar para o conflito, dando aos acontecimentos regionais a visibilidade de episódios, podendo narrar a história de outros personagens e ampliar a capacidade de compreensão, com a intenção de inserir esses debates em narrativas mais abrangentes do ponto de vista espacial. Essas investigações são desenvolvidas em centros universitários, mas estão pouco presentes no ambiente escolar, como aponta a autora:

Observa-se nos materiais produzidos para as escolas o inexpressivo destaque dado a participação de Mato Grosso no contexto da Guerra, embora haja uma produção historiográfica já considerável nos meios acadêmicos sobre o tema em algumas teses e títulos realizados à luz de novos fatos (BRAZIL, 2012, p.404).

Mesmo que os documentos oficiais que regulamentam o ensino brasileiro apresentem-se preocupados em alargar o raciocínio histórico no processo de ensino-aprendizagem nos discentes, a transposição didática passa pela criação de condições que privilegiem o caminho investigativo desenvolvido nos centros de pesquisas. Existe uma falha do sistema em aproximar essa produção com a o material didático comumente existente nas salas de aula, no caso o livro didático. Dessa maneira, a autora argumenta:

As investigações que mostram o caráter variável e específico da realidade mato-grossense têm ficado restritas ao espaço acadêmico sem, lamentavelmente, atender as orientações didáticas expressas no documento que envolve a questão da História nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs). Estes parâmetros elencam como um de seus objetivos o preparo do aluno no processo do conhecimento da própria realidade, além de identificar as singularidades regionais brasileiras. Os programas oficiais, mesmo incorporando recentes avanços teóricos e metodológicos, ainda reproduzem nos materiais destinados ao ensino de história regional, conteúdos conservadores sobre a história da Guerra do Paraguai. Quase não se ressalta que essa Guerra projetou o rio Paraguai, em particular e, sobretudo, Mato Grosso na História do Brasil. Salvo engano, rara abordagem presta contas sobre o destino dos tripulantes e passageiros que viajavam no vapor Marquês de Olinda naquele longínquo dezembro de 1864, quando a embarcação foi

aprisionada pelos paraguaios, constituindo-se no fato determinante do início da Guerra. Aspectos sobre a *Retirada da Lacuna* são tratados de forma apressada e superficial. A população das cidades do Sul de Mato Grosso, vitimada pela invasão paraguaia é quase invisível nos textos destinados à história de Mato Grosso (BRAZIL, 2012, p.404).

Que a produção investigativa dos meios acadêmicos possa ser acessada no mundo da sala de aula e também ofertada nos livros didáticos, essa deve ser uma preocupação na hora de se dedicar às pesquisas. Não se trata de reescrever o objeto da pesquisa, mas sim reescrever o modo como os temas estão elencados nas páginas dos manuais didáticos. Um dos caminhos que pode ser trilhado para superar esse debate é observar se o assunto pesquisado é apresentado como discussão nos livros em forma de conteúdo, pensar por este prisma pode auxiliar a quebrar paradigmas; este esforço de transposição não se dá apenas na mudança dos vocabulários empregados na escrita, mas no esforço para romper as barreiras e juntar vozes. Que sejam observadas essas pesquisas, na hora de se produzir os conteúdos dos livros.

O volume de documentos produzidos ao longo da ocupação portuguesa, elaborados em diversos contextos, revela a preocupação que tinha a coroa portuguesa com este território e dos demais países que tinham o rio Paraguai como um caminho fluvial. Os interesses de ambos os lados variam, essas produções revelam a movimentação exercida pelas comitivas que por ali circulavam.

Os relatos dos séculos 18 e 19 evidenciavam, portanto, a importância das conexões internas determinadas pelas vias terrestres ao longo do estuário platino, as razões das questões litigiosas que redundaram na Guerra do Paraguai; as ações sociais, as condições biológicas, e dos dados geográfico, enfim, as circunstâncias e os acontecimentos políticos que envolveram a grande via de integração nacional e internacional (BRAZIL, 2012, p.408).

A autora defende que esses documentos, ao serem estudados, possam ser inseridos nas discussões em sala de aula, sendo um componente que auxilia a construção do pensamento histórico do aluno; que possam ser compartilhados, aumentando a interpretação dos caminhos percorridos pela historiografia nacional.

Os acontecimentos ocorridos na disputa pela navegação do rio Paraguai, e que tiveram como palco a região de Mato Grosso, se inserem nas discussões historiográficas nacionais. As produções desenvolvidas nos centros de pesquisas espalhados não só em Mato Grosso e Mato Grosso do Sul hoje, mas também nos demais centros que fazem estudos sobre o tema, representam novos olhares, uma atualização sobre a abordagem.

A Guerra do Paraguai, por ser uma trama cerrada na memória coletiva das nações envolvidas, tem estimulado historiadores a construir verdadeiros *ricochetes* de novas interpretações e leituras. Mas há ainda um longo caminho a ser percorrido no sentido de alcançar abordagens inovadoras nos Programas oficiais de Ensino (BRAZIL, 2012, p.434).

Nesse sentido, a autora reitera certa desconexão entre historiografia, livro didático e ensino de História escolar. No caso da investigação que aqui apresentamos, essa necessidade de se pensar o objeto olhando para a realidade de sala de aula é uma preocupação basilar do programa de pós-graduação em que estamos inseridos.

Diante desse debate, propomos uma interpretação para os mapas apresentados no tema da Guerra contra o Paraguai (1864-1870) como conteúdo dos livros didáticos. Como podemos encontrar as representações dessa região? A utilização dos mapas e a relação do seu conteúdo na abordagem apresentada nos livros didáticos guiarão o próximo tópico.

### **3.2 Uma guerra, uma região: a Cartografia nos livros didáticos**

O estudo realizado com os livros, e que se apresenta nas páginas seguintes, é o resultado de uma seleção de pontos observados na forma com que aparecem dentro do conteúdo da Guerra. Procuramos observar primeiramente se existe uma indicação bibliográfica por parte dos autores, quando inserem imagens e mapas, sejam eles históricos ou editados para o livro.

Pensar como foi esquematizada por seus autores a seleção dos mapas e a inserção desses na estrutura do conteúdo, verificando, por exemplo, se contém indicação na hora de utilizá-los na sala de aula, pode facilitar a compreensão de seus potenciais usos. Mais que uma ilustração, o mapa é um elemento do fazer pedagógico.

A conexão dos textos com os mapas é um ponto importante e deve ser bem observado, pois revela a relação das informações e pode ser utilizado como comparação de dados contidos no desenho do mapa, trazendo uma interpretação de aproximação do assunto.

Portanto, verificar como são construídas as narrativas para formular uma base do conhecimento também é importante para se ter informação na hora da abordagem com o mapa. Sobre a relação entre textos e mapas no livro didático, lanço algumas perguntas iniciais: Os textos dão suporte para a leitura dos mapas? Em que medida podemos utilizar os textos para uma representação do conflito? Será que encontramos neles informações que possam dar uma compreensão da região e do conflito de fronteira, quando se aborda dessa maneira o assunto?

Os estudos que são feitos sobre a temática da Guerra contra o Paraguai apontam diversos caminhos que podem ajudar na compreensão do assunto. Mostram pontos de vista diferentes. Este tema ainda hoje suscita debates e faz surgir novos caminhos de investigação, possibilitando múltiplas interpretações, como procuramos apontar ao longo da pesquisa; certo seria se as atualizações sobre o tema pudessem alcançar os livros didáticos do ensino básico

brasileiro, haja vista que este assunto é tratado tanto nos anos finais do ensino fundamental como no ensino médio.

Vale ressaltar que os mapas apresentados nos manuais didáticos que discutem o tema da Guerra contra o Paraguai não problematizam as relações de fronteiras entre as nações que se juntaram para rivalizar com o Paraguai. Eles estão inseridos nas páginas apenas para ilustração dos locais de batalhas, sem apresentar as características de cada país envolvido; ademais, pouco exploram a importância dos rios que se formam como acesso para adentrar nos territórios.

Observa-se ainda que não possuem informações sobre como as tropas aliadas organizavam-se para deliberar suas ações de enfrentamento, nem como os acampamentos eram montados. A espacialidade representada, sem uma discussão aprofundada ou indicação para buscar outras leituras de compreensão, leva à criação de hipóteses que não condizem com a realidade territorial e situação de locomoção das tropas. Noutras palavras, é como se o trajeto feito fosse fácil e os caminhos, sem os acidentes geográficos que dificultavam o transporte de todo aporte humano e do material de guerra utilizado durante as batalhas.

Realizar uma catalogação das informações apresentadas nos mapas contidos nos livros ajuda na leitura. O tamanho, a forma, a representação de territórios, a relação imagem e texto enfim, um conjunto de dados que possibilitam a construção do conhecimento ajudando e entender as relações geopolíticas criadas pelas nações envolvidas no confronto. Diante disso, as coleções didáticas analisadas para este trabalho dizem respeito ao Plano Nacional do Livro Didático – PNLD-2018<sup>20</sup>.

---

<sup>20</sup> Portaria publicada no Diário Oficial da União, sob nº 62, de 1 de agosto de 2017, que divulga a relação das obras aprovadas no âmbito do Programa Nacional do Livro Didático – PNLD 2018. Das treze coleções aprovadas pelo PNLD 2018, tive acesso a nove. Nem todos os exemplares estão disponíveis para *download* nas plataformas digitais, algumas editoras não disponibilizaram para consulta. Para o desenvolvimento da pesquisa, a necessidade de utilizar o material físico seria a melhor opção. Os exemplares analisados nessa investigação foram disponibilizados pelo setor de Distribuição dos Livros Didáticos da Secretaria Estadual de Educação de Mato Grosso – SEDUC.

Figura 1 - Coleção analisada: # Contato História, v.2



Autor (es): Marco Pellegrini, Adriana Machado Dias, Keila Grinberg.  
 Tema da Unidade/Capítulo: Conflitos na bacia do Prata, capítulo 12, p. 272-273.

**Quadro 1 – Análise do mapa no livro didático**

<b>1</b>	<b>Mapa e relação com o texto</b>	<b>Respostas</b>
1.1	Fonte do mapa	Autor: E. Cavalcante .IstoÉ Brasil, 500 anos. São Paulo: Três, 1998.
1.2	Qual a relação do mapa com a abordagem trazida no texto?	O mapa enfatiza a formação da bacia do Prata, demonstrando os rios que cortam as regiões e que permitem o acesso a província de Mato Grosso.
1.3	O que justifica a presença do mapa no texto?	Apontar para a importância da bacia do Prata no período do conflito e a disputa pela navegação dos rios utilizados para a circulação de mercadorias.
1.4	O mapa é retomado como atividade?	Não.
<b>2</b>	<b>Leitura do mapa na unidade</b>	<b>Respostas</b>
2.1	Título do mapa	A bacia do Prata (1864)
2.2	Classificação do mapa	Mapa temático / escala gráfica, sem legenda.
2.3	Destaques do mapa	O mapa representa a formação da bacia do rio da Prata, com destaque para os afluentes dos rios Paraná e Paraguai.
2.4	Enquadramento do mapa	No centro do mapa temos a indicação dos rios e as regiões onde eles nascem e cruzam, até formarem a bacia do Prata, a saber: a extensão que percorre o rio Paraguai até Buenos Aires, formando a bacia do Prata, que deságua no Oceano Atlântico.
2.5	Mensagem do mapa	Destaca os rios formadores da bacia do Prata, com ênfase nas rotas utilizadas pelos países e o acesso às cidades respectivamente indicadas. Informa suas posições estratégicas e como eram utilizadas na navegação e via de comércio.

Fonte: Elaborado pelo autor.

Figura 2 - Coleção analisada: História Sociedade & Cidadania, v. 2



Autor: Alfredo Boulos Júnior

Tema da Unidade/Capítulo: Guerras entre os sul-americanos, capítulo, 13, p.260-263.

**Quadro 2 - Análise do mapa no livro didático**

<b>1</b>	<b>Mapa e relação com o texto</b>	<b>Respostas</b>
1.1	Fonte do mapa	Autores: CAMPOS, Flávio de; DOLHNIKOF, Miriam. Atlas: História do Brasil. São Paulo: Scipione, 1994; Atlas histórico escolar. Rio de Janeiro: MEC, 1960; CALDINI, Vera; ÍSOLA, Leda. Atlas geográfico Saraiva. São Paulo: Saraiva, 2009.
1.2	Qual a relação do mapa com a abordagem trazida no texto.	Indica a movimentação das tropas pelos rios da região e os locais de batalhas
1.3	O que justifica a presença do mapa no texto?	Demonstrar a movimentação que foi feita pelas nações envolvidas no conflito e indicar os locais das batalhas.
1.4	O mapa é retomado como atividade?	Não.
<b>2</b>	<b>Leitura do mapa na unidade</b>	<b>Respostas</b>
2.1	Título do mapa	Guerra do Paraguai (1864-1870)
2.2	Classificação do mapa	Mapa político / escala gráfica, com legenda.
2.3.	Destaque do mapa	Demonstra os locais onde ocorreram as principais batalhas na Guerra contra o Paraguai, dando ênfase ao enfrentamento ocorrido nos rios que cruzam as regiões.
2.4	Enquadramento do mapa	No centro do mapa é apontado o território que foi conquistado ao Paraguai. A conquista brasileira está representada com traços verticais, em cores verdes, e a argentina, com traços horizontais na cor rósea. Observa-se as batalhas ocorridas no território paraguaio (Avaí e Itororó) e a ofensiva aliada que derrotou Solano López em Cerro Corá.
2.5	Mensagem do mapa	Apresenta a movimentação das tropas pelos rios Paraná, Paraguai e rio Uruguai para efetivar os confrontos em território inimigo, explicitando que os caminhos fluviais foram importantes na efetivação das batalhas e beneficiaram as tropas dos países aliados (Brasil, Argentina e Uruguai).

Fonte: Elaborado pelo autor.

Figura 3 - Coleção analisada: Conexões com a História, v.2



Autor (es): Alexandre Alves, Letícia Fagundes de Oliveira  
 Tema da Unidade/Capítulo: A Guerra do Paraguai, capítulo 11, p.209-210.

**Quadro 3 - Análise do mapa no livro didático**

<b>1</b>	<b>Mapa e relação com o texto</b>	<b>Respostas</b>
1.1	Fonte do mapa	Autor: Anderson de Andrade Pimentel. Isto É 500 anos: atlas histórico. São Paulo: Três, 1998, p.75.
1.2	Qual a relação do mapa com a abordagem trazida no texto?	O texto aborda como causa do conflito questões de fronteiras mal resolvidas entre o Brasil e Paraguai, e os problemas diplomáticos do império brasileiro com a república do Uruguai. No mapa esses pontos não são explorados.
1.3	O que justifica a presença do mapa no texto?	Demonstrar os territórios onde ocorreram as batalhas, dentro de cada nação envolvida no conflito.
1.4	O mapa é retomado como atividade?	Não.
<b>2</b>	<b>Leitura do mapa na unidade</b>	<b>Respostas</b>
2.1	Título do mapa	A Guerra do Paraguai (1864-1870)
2.2	Classificação do mapa	Mapa político / escala gráfica, com legenda.
2.3	Destaque do mapa	Destaca as cidades em que ocorreram as principais batalhas da guerra nos territórios brasileiros, paraguaio, argentino e uruguaio. Aponta os territórios conquistados pela Argentina e pelo Brasil, apresentados em linhas horizontais de cor laranja e verde, respectivamente.
2.5	Enquadramento do mapa	No centro do mapa, observamos a indicação das batalhas em Cerro Corá no Paraguai, onde ocorreu a captura e morte de Solano López; o percurso dos rios Paraguai e rio Paraná dentro do território argentino e a maior porção do território na cor verde do Brasil.
2.6	Mensagem do mapa	Apresenta os territórios onde ocorreram as batalhas. A movimentação das tropas não é apresentada no discurso da reprodução cartográfica em tela.

Fonte: Elaborado pelo autor.

**Coleção analisada: História passado e presente do mundo moderno ao século XIX, v.2**

Autor(es): Gislane Azevedo, Reinaldo Seriacopi

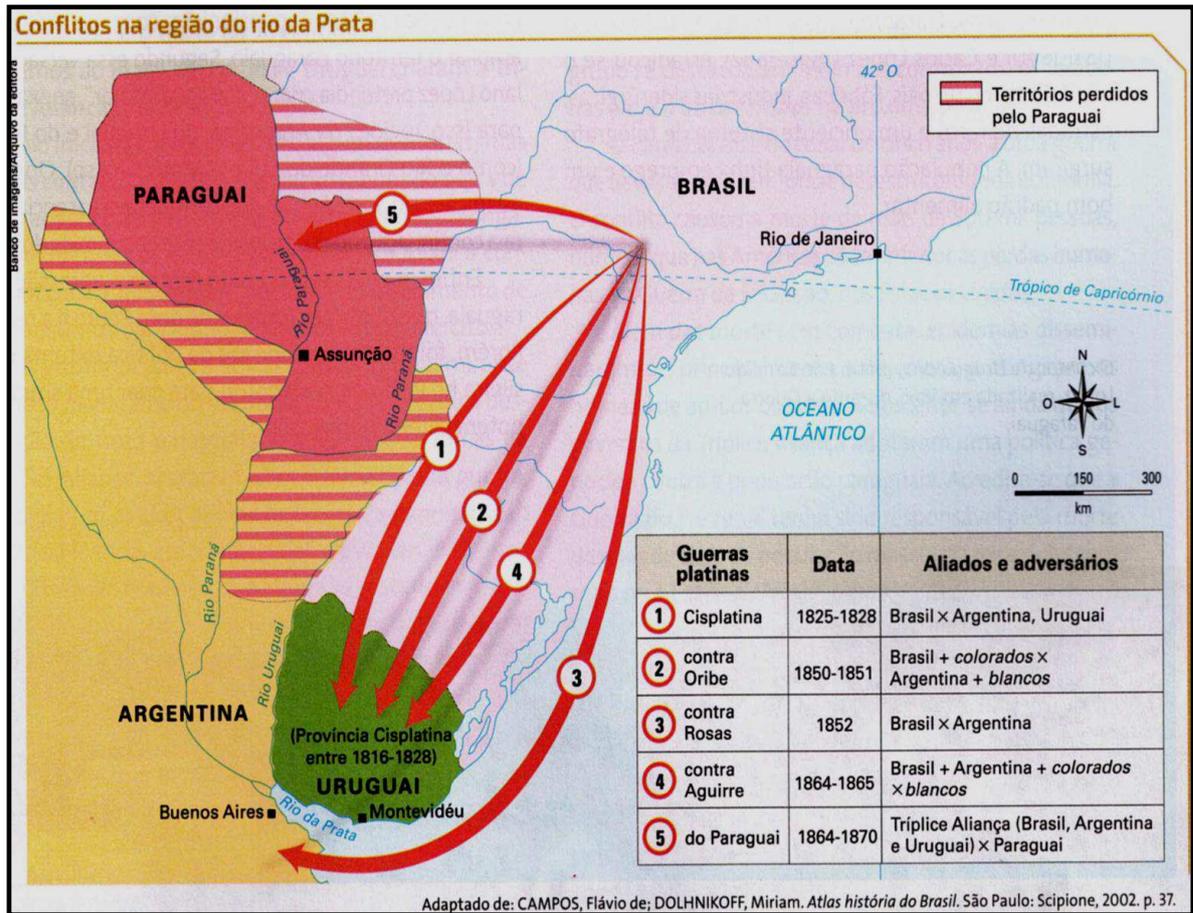
Tema da Unidade/Capítulo: A Guerra do Paraguai (1864-1870), capítulo 14, p. 236-239

**Quadro 4 - Análise do mapa no livro didático**

<b>1</b>	<b>Mapa e relação com o texto</b>	<b>Respostas</b>
1.1	Há uso de mapa?	Não há mapa.
1.2	Fonte	Não há mapa.
1.3	Qual a relação do mapa com a abordagem trazida no texto. Existe interação entre a abordagem historiográfica e o mapa	Não há mapa.
1.4	O que justifica a presença do mapa no texto?	Não há mapa.
1.5	O mapa é retomado como atividade?	Não.

Fonte: Elaborado pelo autor.

Figura 4 - Coleção analisada: Olhares da História Brasil e mundo, v. 2



Autor(es): Cláudio Vicentino, Bruno Vicentino, Saverio Lavorato Junior

Tema da Unidade/Capítulo: Intervenções brasileiras na região do rio da Prata, capítulo 19, p.273-275.

**Quadro 5 - Análise do mapa no livro didático**

<b>1</b>	<b>Mapa e relação com o texto</b>	<b>Respostas</b>
1.1	Fonte do mapa	Adaptado de: CAMPOS, Flávio de; DOLHNIKOFF, Miriam. Atlas história do Brasil. São Paulo: Scipione, 2002, p. 37
1.2	Qual a relação do mapa com a abordagem trazida no texto?	A representação demonstra a interferência do império brasileiro durante os diversos momentos de conflitos que ocorreram na região do Prata.
1.3	O que justifica a presença do mapa no texto?	Apontar para as ofensivas empreendidas pelo Brasil em diversos momentos na região da bacia do Prata, desde o confronto na Guerra da Cisplatina até a formação da Tríplice Aliança.
1.4	O mapa é retomado como atividade?	Não.
<b>2</b>	<b>Leitura do mapa na unidade</b>	<b>Respostas</b>
2.1	Título do mapa	Conflitos na região do rio da Prata
2.2	Classificação do mapa	Editado / escala gráfica, com legenda.
2.3	Destaque do mapa	Apresenta a movimentação dos diversos confrontos que antecederam a Guerra contra o Paraguai, com ênfase nas disputas que ocorreram na região do Uruguai (Província Cisplatina entre 1816-1828).
2.4	Enquadramento do mapa	A representação do mapa indica a movimentação dos conflitos que ocorreram entre os países latino-americanos antes e durante a Guerra contra o Paraguai.
2.5	Mensagem do mapa	Indica os conflitos que antecederam a Guerra contra o Paraguai e informa que todos os eventos bélicos foram originados pelo Brasil, apresentado como o maior influenciador das guerras ocorridas no território platino.

Fonte: Elaborado pelo autor.

Figura 5 - Coleção analisada: Oficina de História, v.2



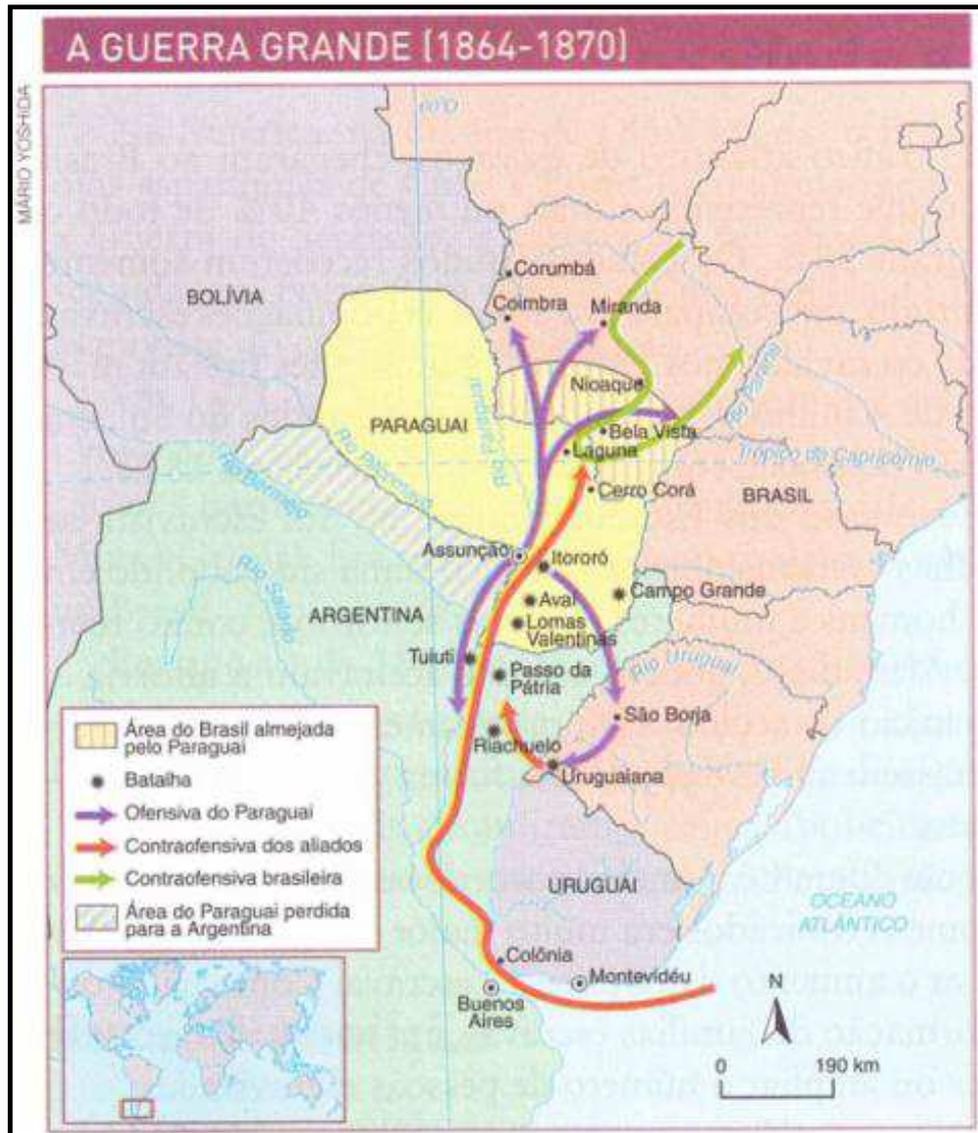
Autor (es): Flávio de Campos, Júlio Pimentel Pinto, Regina Claro.  
 Tema da Unidade/Capítulo: As intervenções brasileiras na região do Prata, capítulo 7, p. 228-230.

**Quadro 6 - Análise do mapa no livro didático**

<b>1</b>	<b>Mapa e relação com o texto</b>	<b>Respostas</b>
1.1	Fonte do mapa	Autores: CAMPOS, Flávio de; DOLHNIKOFF, Miriam. Atlas História do Brasil. 3 ed. São Paulo: Scipione, 1997.
1.2	Qual a relação do mapa com a abordagem trazida no texto?	O mapa representa os países em conflito, sem apresentar os locais das batalhas. A abordagem da narrativa não explora as informações da imagem.
1.3	O que justifica a presença do mapa no texto?	Demonstrar os diversos momentos de confronto que envolveram o Brasil na região do Prata, porém destaca as principais batalhas ocorridas na fronteira entre Brasil e Uruguai já durante a Guerra contra o Paraguai.
1.4	O mapa é retomado como atividade?	Não.
<b>2</b>	<b>Leitura do mapa na unidade</b>	<b>Respostas</b>
2.1	Título do mapa	Guerra contra Oribe e Rosas
2.2	Classificação do mapa	Mapa político/ escala gráfica, com legenda.
2.3	Destaque do mapa	O mapa apresenta em uma proporção maior todos os países da América do Sul, com a indicação de suas capitais. Na parte inferior, ao lado direito, apresenta um quadro com os conflitos ocorridos na região sul do império brasileiro.
2.4	Enquadramento do mapa	O território brasileiro e a fronteira com o Paraguai.
2.5	Mensagem do mapa	Apresenta os países que fazem fronteira com o Brasil, de norte a sul; restringe a questão do conflito platino à região sul do império brasileiro.

Fonte: Elaborado pelo autor.

Figura 6 - Coleção analisada: História, v.2



Autor (es): Ronaldo Vainfas, Sheila de Castro Faria, Jorge Ferreira, Georgina dos Santos.  
 Tema da Unidade/Capítulo: A Guerra do Paraguai, capítulo 13, p.219-223.

**Quadro 7 - Análise do mapa no livro didático**

<b>1</b>	<b>Mapa e relação com o texto</b>	<b>Respostas</b>
1.1	Fonte do mapa	Autores: CAMPOS, Flávio de; DOLHNIKOF, Miriam. Atlas: História do Brasil. São Paulo: Scipione, 1994; Atlas histórico escolar. Rio de Janeiro: MEC, 1960; CALDINI, Vera; ÍSOLA, Leda. Atlas geográfico Saraiva. São Paulo: Saraiva, 2009.
1.2	Qual a relação do mapa com a abordagem trazida no texto?	Apresenta os locais de batalhas, a movimentação das tropas e como ocorreu a união entre Brasil, Argentina e Uruguai contra o Paraguai.
1.3	O que justifica a presença do mapa no texto?	Reproduz a movimentação das tropas para enfrentar o Paraguai e destacar os locais das batalhas; não indica a disputa pela navegação e a utilização dos rios como acesso para as regiões.
1.4	O mapa é retomado como atividade?	Apresenta um mapa que aborda as questões de navegação pelo rio Paraguai e o acesso desse país ao oceano, pontos não apresentados no corpo do texto.
<b>2</b>	<b>Leitura do mapa na unidade</b>	<b>Respostas</b>
2.1	Título do mapa	A Guerra Grande (1864-1870)
2.2	Classificação do mapa	Mapa político / escala gráfica, com legenda.
2.3	Destaque do mapa	A movimentação das tropas aliadas (Brasil, Argentina e Uruguai) e paraguaias para a realização dos confrontos, indicando os locais onde foram travadas as batalhas.
2.4	Enquadramento do mapa	As ofensivas efetivadas pelos paraguaios no território brasileiro na região Sul de Mato Grosso (Coimbra, Miranda e Bela Vista), bem como a movimentação de defesa e ataque efetivada por parte dos brasileiros nas regiões de Miranda, Bela Vista e Laguna, no território paraguaio.
2.5	Mensagem do mapa	Demonstrar a movimentação das tropas, a representação não explora os rios que dão acesso para as regiões do confronto. Indicar os caminhos percorridos pelas tropas aliadas que sai de Montevideú (Uruguai) até Laguna (Paraguai), sem fazer referência do caminho fluvial.

Fonte: elaborador pelo autor

**Coleção analisada: História das cavernas ao terceiro milênio, v2.**

Autor (es): Patrícia Ramos Braick, Myriam Becho Mota.

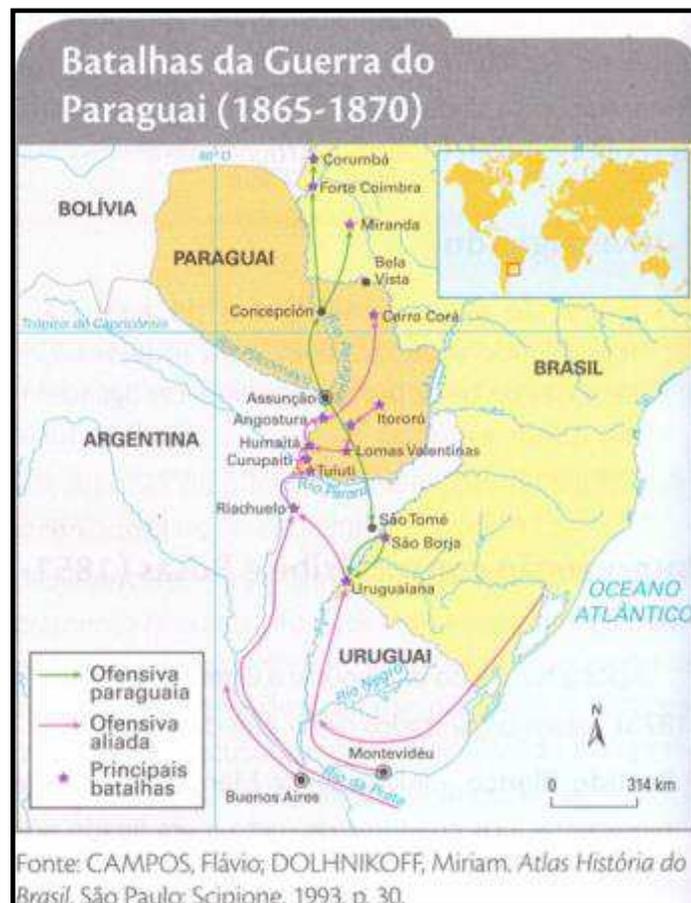
Tema da Unidade/Capítulo: Guerra do Paraguai, capítulo 11, p.203-204.

**Quadro 8 - Análise do mapa no livro didático**

<b>1</b>	<b>Mapa e relação com o texto</b>	<b>Respostas</b>
1.1	Há uso de mapa	Não há mapa.
1.2	Fonte	Não há mapa.
1.3	Qual a relação do mapa com a abordagem trazida no texto. Existe interação entre a abordagem historiográfica e o mapa	Não há mapa.
1.4	O que justifica a presença do mapa no texto?	Não há mapa.
1.5	O mapa é retomado como atividade?	Não.

Fonte: Elaborado pelo autor.

**Figura 7 - Coleção analisada: História Global, v2**



Autor: Gilberto Cotrim.

Tema da Unidade/Capítulo: Política externa: Conflitos internacionais no Segundo Reinado, capítulo 17, p.222-226.

**Quadro 9 - Análise do mapa no livro didático**

<b>1</b>	<b>Mapa e relação com o texto</b>	<b>Respostas</b>
1.1	Fonte do mapa	Autores: CAMPOS, Flávio; DOLHNIKOFF, Miriam. Atlas História do Brasil. São Paulo: Scipione, 1993, p. 30.
1.2	Qual a relação do mapa com a abordagem trazida no texto?	O mapa ajuda a entender a movimentação das tropas e os locais onde se travaram as batalhas; ressalta a questão de fronteira e a utilização dos caminhos fluviais para o acesso aos territórios do litígio.
1.3	O que justifica a presença do mapa no texto?	Destacar para a movimentação das tropas e indicar os espaços em que ocorreram as principais batalhas.
1.4	O mapa é retomado como atividade?	Sim, propõe sua leitura para identificar os locais onde se deram o confronto, reconhecendo e indicando a utilização dos rios como importantes para movimentação das tropas e acesso aos territórios.
<b>2</b>	<b>Leitura do mapa na unidade</b>	<b>Respostas</b>
2.1	Título do mapa	Batalhas da Guerra do Paraguai (1864-1870)
2.2	Classificação do mapa	Mapa político / escala gráfica, com legenda.
2.3	Destaque do mapa	Aponta para a movimentação das tropas aliadas (Brasil, Argentina e Uruguai) e paraguaias para a realização dos confrontos, indicando o percurso realizado pelos rios que fazem fronteira com as regiões envolvidas no conflito (rio Paraguai, rio Paraná e rio da Prata).
2.4	Enquadramento do mapa	No centro do mapa há a movimentação das tropas pelos caminhos fluviais e as batalhas ocorridas no território paraguaio, na fronteira com a Argentina.
2.5	Mensagem do mapa	Apontar que o intenso confronto ocorreu nas regiões de fronteira entre Paraguai e Argentina, tendo os rios como acesso para os territórios.

Fonte: Elaborado pelo autor.

Ao fazer o uso das coleções e propor a partir delas uma análise buscamos perceber como os mapas estão sendo apresentadas nos livros didáticos e se suas discussões didáticas conseguem corresponder aos avanços propostos nos debates historiográficos curriculares apresentados nos documentos que regem as estruturas do ensino de História, como os Parâmetro Curriculares Nacionais- PCN's, Plano Nacional dos Livros Didáticos – PNLD e a Base Nacional Comum Curricular - BNCC.

Com a intenção de oportunizar ao docente a inserção de novas fontes como ferramenta didática para o ensino, em especial o ensino de História que visa sempre buscar elementos produzidos nas sociedades, os mapas estão apresentados dentro do bloco de imagens para serem estudadas, não levando em consideração suas especificidades geográficas e históricas,

que ao serem esmiuçadas em sala de aulas podem indicar elementos mais significativos na identificação das relações desenvolvidas nas sociedades com o espaço e o tempo de sua produção.

Ainda não contemplados como especificidade que requer uma atenção na abordagem de sua produção e contexto histórico, a presença dos mapas nas disciplinas, em especial no ensino de História, não avança em direção a um debate que estimule a investigação para além das ilustrações dos livros e das referências apontadas nas legendas da representação cartográfica. Essa observação fica mais evidente quando se percebe que são raros os casos em que a discussão do uso cartográfico é retomada na lista de exercícios.

No caso da análise em questão, no tema da Guerra contra o Paraguai, verifica-se que a utilização dos mapas é constante para representar o local de batalhas e a movimentação das tropas, porém as informações que podem ajudar na compreensão da representação utilizada não são apresentadas nas informações historiográficas discutidas no corpo da narrativa. O uso dos rios, que formam a região e servem como caminho para adentrar os territórios, pouco é discutido.

Nota-se a carência de um debate mais elaborado para se justificar a presença do mapa nas páginas do conteúdo trabalhado, os livros analisados não oportunizam a sua utilização na ampliação do debate. São mapas, em sua maioria classificados como mapas políticos, que apontam para a divisão territorial dos países, estados, regiões e municípios que fazem parte da Tríplice Aliança e do Paraguai; as informações sobre esses territórios não são apresentadas de forma a evidenciar como se inserem no conflito, deixando algumas explicações para as informações apresentada nas legendas.

A região de Mato Grosso está referenciada nos mapas contidos nos livros analisados, quase que em sua totalidade, o que indica a importância desse território no cenário da Guerra. Essa evidência reforça o objeto desta investigação, que propõe o aprofundamento do tema da Guerra contra o Paraguai, com ênfase ao Mato Grosso como um dos palcos do conflito.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tenho *A cartografia crítica no ensino de História: Uma Perspectiva Pedagógica para a Sala de Aula* como uma longa viagem em águas anteriormente navegadas. Em outros tempos, nutri-me de conhecimentos primários necessários para o trajeto ao qual me dediquei nesses dois últimos anos.

Entrego, nesse momento, o resultado da minha investigação, ressaltando que o presente projeto, por essência, não está assentado na frieza das percepções e apontamentos de ineficácias do ensino da Cartografia, mas, sim, no olhar complacente sobre todos os sujeitos que estão envolvidos na transferência dos saberes que atravessam esse tema. Por isso, ofereço uma nova proposta de como se trabalhar o referido conteúdo apresentado nos livros didáticos.

Não tenho a pretensão de pensar que os problemas que envolvem o ensino cartográfico / historiográfico findam com essa pesquisa. Os questionamentos lançados hoje por mim, acerca do problema, certamente saltarão para tempos futuros e pedirão novas percepções, revisões, reelaborações, perspectivas outras, novos olhares, também complacentes. Entendo e aceito os saberes como movimentos em vórtices verticais.

Antes de prosseguir, cabe ressaltar os limites impostos pela pandemia a este trabalho. O panorama pandêmico do nosso país, nos anos de 2020 e 2021, não me possibilitou avançar a ponto de chegar à completude de todas as ações que desejei aplicar como prática pedagógica.

Em abril do ano de 2020, procurei as unidades escolares de ensino médio e ensino fundamental na cidade de São Luís – MA, para o desenvolvimento prático da minha pesquisa. São elas, respectivamente: Centro de Ensino Médio Escola Coelho Neto e UEB Bandeira Tribuzzi. O primeiro momento seria de observação para verificar como os professores desenvolviam suas atividades em sala de aula acerca do tema “Guerra contra o Paraguai” e se faziam ou não o uso de mapas em suas aulas, tendo como base os livros didáticos disponíveis aos (às) alunos (as). Essa aproximação se deu, inicialmente, na rede pública da cidade de São Luís, no estado do Maranhão, já que, na ocasião, estava residindo na cidade.

Com o avanço do contágio da covid-19 no país esse procedimento ficou inviabilizado. Ao terminar minha estadia na cidade, retornei à Cuiabá, em novembro de 2020, onde procurei fazer contato com algumas escolas, porém não foi possível pelo motivo de estarem realizando suas atividades por via remota e muitos alunos ainda estivessem em adaptação com a nova forma de ensino aderido ao sistema online e com isso as aulas não avançaram como seria se

fosse presencial. Mas a investigação foi feita por meio de sondagem, sem as formalidades que requer uma investigação dessa relevância.

Em conversas informais com alguns professores, perguntei como conduziam as práticas pedagógicas que envolviam o conteúdo da Guerra contra o Paraguai, a fim de que pudesse ter um parâmetro, por mais superficial que fosse, para então sugerir o produto pedagógico desenvolvido nessa pesquisa, o roteiro para uso de mapas na sala de aula. Os profissionais me relataram que o ano letivo apesar de não ter sido interrompido a adaptação ao novo modelo não foi fácil nem para eles, nem para os alunos e isso implicou diretamente na maneira de trabalhar. Com isso não conseguiram aplicar mapas nas suas aulas. Sugeri então, que eles trabalhassem com o produto da minha pesquisa, mas não obtive êxito, já que todo o plano e planejamentos tinham sofrido mudanças devida a situação e nesse momento revisar os projetos que já estavam preparados seria inviável.

Toda essa ação foi relatada ao meu orientador que me deixou tranquilo quanto a não obrigatoriedade de execução dessa fase, tendo em vista que pela segurança de todos e indisponibilidade dos professores, sujeitos alvo da pesquisa, seria melhor que não houvesse.

Essa etapa do meu projeto oportunizaria ao docente a inserção de novas fontes como ferramenta didática para o ensino, em especial o de História, que visa sempre buscar elementos produzidos nas sociedades, os mapas estão apresentados dentro do bloco de imagens para serem estudadas, não levando em consideração suas especificidades geográficas e históricas, que ao serem esmiuçadas em sala de aula podem indicar elementos mais significativos na identificação das relações desenvolvidas nas sociedades com o espaço e o tempo de sua produção.

Ainda não contemplados como especificidade que requer uma atenção na abordagem de sua produção e contexto histórico, a presença dos mapas nas disciplinas, em especial no ensino de História, não avança em direção a um debate que estimule a investigação para além das ilustrações dos livros e das referências apontadas nas legendas da representação cartográfica.

Essa observação fica mais evidente quando se percebe que são raros os casos em que a discussão do uso cartográfico é retomada na lista de exercícios. No caso da análise em questão, no tema da Guerra contra o Paraguai, verifica-se que a utilização dos mapas é constante para representar o local de batalhas e a movimentação das tropas, porém as informações que podem ajudar na compreensão da representação utilizada não são apresentadas nas informações historiográficas discutidas no corpo da narrativa. O uso dos

rios, que formam a região e servem como caminho para adentrar os territórios, pouco é discutido.

A região de Mato Grosso está referenciada nos mapas contidos nos livros analisados, quase que em sua totalidade, o que indica a importância desse território no cenário da Guerra. Essa evidência reforça o objeto desta investigação, que propõe o aprofundamento do tema da Guerra contra o Paraguai, com ênfase no Mato Grosso como um dos palcos do conflito.

Foram três os questionamentos que permearam a problemática e nortearam o início da investigação: Como tornar as aulas atraentes para os estudantes? Quais os temas que devem ser ensinados nas aulas de história? Quais recursos serão utilizados para dinamizar o conteúdo?

Quanto às respostas obtidas no que tange às perguntas acima, posso dizer que:

Primeiro: Os manuais analisados usam das narrativas que compõem a historiografia predominante, porém não única, quando se trata do assunto da Guerra contra o Paraguai, são questões que já possuem amplas contribuições e que merecem outras formas de abordagem como: o recrutamento de soldados para compor as tropas que iam guerrear; a participação dos escravizados, capturados para ingressar nas trincheiras dos combates; o sequestro do navio Marquês de Olinda; as questões constantes entre as nações, que depois se juntaram para combater a república do Paraguai (Argentina, Brasil, Uruguai). Em dissonância, os mapas apresentados nas páginas dos capítulos que abordam a temática não colaboram para uma abordagem nas questões dos litígios de fronteiras que existiam, fator preponderante para o confronto, assim como não mencionam as questões de controle de navegação do rio Paraguai, causa de disputas e interesses das nações envolvidas nos confronto.

Segunda: Mato Grosso é, sem dúvida, uma das motivações que levaram a consolidação do confronto, pela sua posição estratégica com o uso dos rios que viabilizam uma circulação pelo interior das terras do Império do Brasil, com capacidade de atravessar / interligar as bacias platinas e amazônicas com as águas que banham essa região, porém essa particularidade não é explorada no conteúdo referente à Guerra contra o Paraguai, tampouco a citação de sua localidade no território nacional surge como abordagem para compreensão do contexto da guerra. A exploração dos fortes construídos desde o período colonial poderia ser valorizada como forma de enfatizar a importância e preocupação com a fronteira Oeste do território brasileiro.

Terceira: Graças aos pesquisadores que hoje se debruçam sobre essa temática da Guerra contra o Paraguai, o volume de pesquisas tem sido cada vez mais extenso, apresentando grande número de novas interpretações que colaboram para o debate. Muitos

documentos também foram produzidos durante o período colonial a respeito de Mato Grosso, a sua importância geográfica e estratégica dentro do território brasileiro; é necessário correlacionar essas produções, trazer a luz dos docentes as fontes que são poucas exploradas e com isso criar vínculos que ampliem o conhecimento e levem a compreender o contexto histórico na disputa e valorização das fronteiras e soberania nacional.

Nessa pesquisa empreendi um esforço de trilhar esse caminho, utilizando de documentos produzidos no período colonial e imperial para demonstrar essa trajetória de disputa por território e defesa das fronteiras do Brasil. É muito vasto o número de fontes que podem ser consultadas, tanto em mapas como nas produções de narrativas que apontam para essa preocupação da fronteira e uso dos rios como acesso às regiões que cruzam boa parte do Brasil. Uma investigação com fontes pode ser levada para a sala de aula, enriquecer e colaborar para a compreensão dos mais variados conteúdos presentes nos livros didáticos e, no caso dessa investigação, na Guerra contra o Paraguai.

Quanto à importância da discussão e reflexão sobre mapografia com os alunos, seja nas aulas de História ou qualquer outra disciplina que se faça valer desse instrumento, é necessário que o professor formule novas metodologias para que o aprendizado seja plausível e se aproxime mais da realidade do aluno, tornando-os mais apto à leitura dos espaços representados por meio desse registro. Sobre essa constatação, Simielli afirma que:

Devemos e podemos usar cada vez mais a cartografia em nossas aulas, pois ela facilita a leitura de informações para os alunos e permite um domínio do espaço de que só os alfabetizados cartograficamente podem usufruir. (SIMIELLI, 1999, p.108).

Assim sendo, podemos entender a Cartografia como conteúdo vivo e em sincronia nos livros didáticos de História.

Cabe, por fim, concluir que há a carência de um debate mais elaborado para se justificar a presença do mapa nas páginas do conteúdo dos livros didáticos. Os materiais analisados não oportunizam essa utilização na ampliação do debate. Percebemos mapas, em sua maioria classificados como mapas políticos, que apontam para a divisão territorial dos países, estados, regiões e municípios que fazem parte da Tríplice Aliança e do Paraguai; as informações sobre esses territórios não são apresentadas de forma a evidenciar como se inserem no conflito, deixando algumas explicações para as informações apresentadas nas legendas.

Mesmo com todas as adversidades pandêmicas que inviabilizaram a parte presencial do projeto, se os professores, ao lerem o produto de análise historiográfica que desenvolvi e sugeri como produto final, conseguirem em suas práticas pedagógicas sentir-se seguros para

aplicá-los e obtiverem êxito, me sentirei infinitamente feliz e honrado. Ainda mais por instrumentalizar a atividade com o fato de que o nosso território mato-grossense foi cenário de uma grande guerra.

## REFERÊNCIAS

### Documentos

#### a) Legislação

BRASIL. Decreto nº 19.402, de 14 de novembro de 1930. Cria uma Secretária de Estado com a denominação de Ministério dos Negócios da Educação e Saúde Pública. **Diário Oficial [da República Federativa do Brasil]**, Brasília, DF. 18 de nov. de 1930. Seção 1. p. 20883. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-19402-14-novembro-1930-515729-publicacaooriginal-1-pe.html> - acesso em: 16/02/2020.

BRASIL. Leis: nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961. Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. **Diário Oficial [da República Federativa do Brasil]**, Brasília, DF. vol. 7. 27 de dez. de 1961. Seção 1. p. 11429. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-4024-20-dezembro-1961-353722-normaatualizada-pl.html> - acesso em: 17/08/2020 - acesso em: 16/02/2020.

BRASIL. Portaria Ministério da Educação/Secretaria de Educação Básica, nº 62, de 1 de agosto de 2017. **Diário Oficial [da República Federativa do Brasil]**, Brasília, DF. ed. 147. 02 de ago. de 2017. p. 16 Disponível em: [https://www.in.gov.br/materia/-/asset\\_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/19212779/do1-2017-08-02-portaria-n-62-de-1-de-agosto-de-2017-19212731](https://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/19212779/do1-2017-08-02-portaria-n-62-de-1-de-agosto-de-2017-19212731) - acesso em: 17/08/2020.

#### b) Livros didáticos (PNLD 2018)

ALVES, Alexandre; OLIVEIRA, Letícia Fagundes de. **Conexões com a história**. 2º ano, 3ª ed, São Paulo: Moderna, 2016.

AZEVEDO, Gislane; SERIACOPI, Reinaldo. **História passado e presente: Do mundo moderno ao século XIX**. 2ª ano, 1ª ed, São Paulo: Ática, 2016.

BOULOS JÚNIOR, Alfredo. **História sociedade & cidadania**. 2º ano, 2ª ed, São Paulo: FTD, 2016.

BRAICK, Patrícia Ramos; MOTA, Myriam Becho. **História: das cavernas ao terceiro milênio**. 2º ano, 4ª ed, São Paulo: Moderna, 2016.

CAMPOS, Flavio de; PINTO, Júlio Pimentel; CLARO, Regina. **Oficina de história**. 2º ano, 2ª ed, São Paulo: Leya, 2016.

COTRIM, Gilberto. **História global**. 2º ano, 3ª ed, São Paulo: Saraiva, 2016.

PELLEGRINI, Marco César; DIAS, Adriana Machado; GRINBERG, Keila. **#Contato História**. 2º ano, 1ª ed, São Paulo: Quinteto Editorial, 2016.

VAINFAS, Ronaldo; FARIA, Sheila de Castro; FERREIRA, Jorge; SANTOS, Georgina dos. **História**. 2º ano, 3ª ed, São Paulo: Saraiva, 2016.

VICENTINO, Cláudio; VICENTINO, José Bruno; LAVORATO JUNIOR Saverio. **Olhares de história: Brasil e mundo**. 2º ano, 1ª ed, São Paulo: Scipione, 2016.

### **Bibliografia**

ABREU, Capistrano de. **1853-1924 Capítulos da História Colonial: 1500-1800**, Brasília, Brasília, Senado Federal, 1998.

ALMEIDA, André Ferrand de. O Mapa Geográfico de América Meridional, de Juan de la Cruz Cano y Olmedilla. **Anais do Museu Paulista**. São Paulo, v.17. n.2. p. 79-89. 2009.

AMAYO, Enrique. A Guerra do Paraguai em perspectiva histórica. **Estudos Avançados**, São Paulo, p.255-268, 1995.

ANDERSON, Benedict. R. **Comunidades imaginárias: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo**. Tradução Denise Bottman. São Paulo: Companhia das Letras. 2008.

ANDRADE, Natalia Dias; FARIA, Fabiana Silva Ribeiro. Tratamento cartográfico de mapas no processo de ensino aprendizagem nos livros didáticos. **10º ENPEG – Encontro Nacional de Prática de Ensino em Geografia**. Porto Alegre, p.1-15, 2009.

ARAÚJO, Renata. Os Mapas do Mato Grosso O Território como Projeto. **Revista Terra Brasilis**, São Paulo, v. 4, p.1-15, 2015.

ARCHELA, Rosely Sampaio Evolução histórica da cartografia no Brasil instituições, formação profissional e técnicas cartográficas. **Revista Brasileira de Cartografia**, n. 59/03, Londrina/PR, p.213-223, 2007.

ARCHELA, Rosely S.; ARCHELA, Edison. Síntese cronológica da cartografia no Brasil. **Portal da Cartografia**. Londrina, v.1, n.1, p. 93 - 110, 2008.

BARROS, José D'Assunção. História, região e espacialidade. **Revista de História Regional**, Ponta Grossa, v.10, nº.1, p. 95-129, 2005.

BERTONHA, João Fábio; MOSCATELI, Renato. Imperialismo ou *realpolitik*? Uma análise da produção histórica recente sobre a Guerra do Paraguai. **Revista Brasileira de Política Internacional**. v. 43, nº 2, Brasília, p. 205-208, 2000.

BIENES, Graciela. Los mapas antiguos como fuente de información aportes para su descripción documental. **Información, cultura y sociedad**, nº 40, p. 173-198. 2019.

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. Os confrontos de uma disciplina escolar: da história consagrada à história profana. Dossiê Ensino de História. **Revista Brasileira de História**. São Paulo: ANPUH/ Marco Zero, v 13, n 25/26, p. 193-221, 1993.

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. Livros didáticos entre textos e imagens. In.\_\_\_\_\_. **O saber histórico na sala de aula**. São Paulo: Contexto, 9º edição, 2004, p.69-90.

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. Livros e materiais didáticos de História. In: \_\_\_\_\_. **Ensino da História: Fundamentos e métodos**. São Paulo: Cortez, 2ª edição, 2008, p. 295-323.

BOURGUET, Marie-Noelle. O Explorador. In: VOVELLE, Michel (org.). **O Homem do Iluminismo**. Tradução. Lisboa: Presença, 1997. p. 201-249

BRASIL, Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular – BNCC**. Brasília, 2018, disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br>. Acesso em 10 de fevereiro de 2020.

BRAZIL, Maria do Carmo. O rio Paraguai e a Guerra: contribuição para o ensino de História. In: BORGES, Fernando Tadeu de Miranda; PERARO, Maria Adenir. (org.) **Brasil e Paraguai: Uma releitura da Guerra**. Cuiabá: EdUFMT, 2012, p.399-433.

BUENO, Beatriz Piccolotto Siqueira. Decifrando mapas: sobre o conceito de “território” e suas vinculações com a cartografia. **Anais do Museu Paulista**. São Paulo. v.12.p. 193-234, 2004.

BURKE, Peter. **A Escola dos Annales (1929-1989): a Revolução Francesa da historiografia**. Tradução Nilo Odalia. São Paulo: Fundação Editora da UNESP –, 1997.

BURKE, Peter. **A escrita da História: novas perspectivas**. São Paulo: Ed. Unesp, 1992.

CAMPOS, Cristina. **O falar Cuiabano**. Cuiabá: Carlini & Caniato Editorial, 2014.

CAMPOS, Rafael. “Ciência e controle imperial no Mato Grosso português”. Memórias - Revista digital de História y Arqueología desde el Caribe Colombiano, ano 11, nº 25, Barranquilla, p.34-71, 2015.

CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (org.). **Novos Domínios da História**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

CARVALHO, Francismar Alex Lopes de. Com despesas próprias a bem do Real Serviço: funcionários, colonos e a defesa da fronteira no extremo oeste da América portuguesa, c. 1750-1800. **Revista História**, São Paulo, v.33, n.1, p. 171-194, 2014.

CASTRILLON, Maria de Lourdes Fanaia. Guerra do Paraguai e navegação fluvial em Vila Maria do Paraguai. In: BORGES, Fernando Tadeu de Miranda; PERARO, Maria Adenir. (org.) **Brasil e Paraguai: Uma releitura da Guerra**. Cuiabá: Ed UFMT, 2012, p.163-182.

CASTRO, José Flávio Moraes. Cartografia histórica e o Geoprocessamento: O exemplo dos mapas dos padres matemáticos, de 1734, e do cálculo de rendimentos gerais do bispado de Mariana, de 1752. **Revista de Geografia – USP**, São Paulo, p.123-140, 2014.

CASTRO, Miguel João de; FRANÇA, Antônio Thomé de. Abertura de comunicação commercial entre os districtos de Cuyabá e a cidade do Para por meio da navegação dos rios Arinos e Tapajos. **Revista do IHGB**, Rio de Janeiro, Tomo XXXI, p. 107-160, 1868.

CHEVALLARD, Yves. **La Transposición Didáctica del saber sabio al saber enseñado**. Tradução Claudia Gilmar. Buenos Aires: Aique Grupo Editor S.A. 3ª edição, 2000.

CHOPPIN, Alain. O historiador e o livro escolar. **História da Educação**. Pelotas/RS: ASPHE/FaE/UFPeL, v.11, p.5-24, 2002.

CHOPPIN, Alain. História dos livros e das edições didáticas: sobre o estado da arte. **Revista Educação e Pesquisa**, São Paulo, v.30, n.3, p. 549-566, set./dez. 2004.

CHOPPIN, Alain. Políticas dos livros escolares no mundo: perspectiva comparativa e histórica. **História da Educação**. Pelotas/RS: ASPHE/FaE/UFPeL, v.12, p. 9-28, 2008.

CINTRA, Jorge Pimentel. O Mapa das Cortes: perspectivas cartográficas. **Anais do Museu Paulista**. São Paulo. N. Sér. v.17. n.2. p. 63-77, 2009.

CINTRA, Jorge Pimentel. Técnicas de Leitura de Mapas Históricos: Uma Proposta. **Revista Brasileira de Cartografia**, Rio de Janeiro, nº. 67, p. 773-786, 2015.

CORRÊA-MARTINS, Francisco José. O fim, o início e o meio: o apresamento do Marquês de Olinda e o cativo dos primeiros prisioneiros de guerra brasileiros a partir das memórias dos sobreviventes. **Revista Navigator Rio de Janeiro**, v. 16, nº. 31, p. 97-120. 2020.

COSTA, Maria de Fátima. Miguel Ciera: um demarcador de limites no interior sul-americano (1750-1760). **Anais do Museu Paulista**. São Paulo. n.2. v.17. p. 189-214, 2009.

COSTA, Maria de Fátima. De Xarayes ao Pantanal: a cartografia de um mito geográfico. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, São Paulo, n. 45. p. 21-36, 2007.

COSTA, Maria de Fátima. Índios en la Guerra de la Triple Alianza (1864-1870). In: BORGES, Fernando Tadeu de Miranda; PERARO, Maria Adenir. (org.) **Brasil e Paraguai: Uma releitura da Guerra**. Cuiabá: EdUFMT, 2012, p.63-85.

COSTA, Wilma Peres. Escavando ruínas: memórias, fronteira e escrita da História na narrativa de Alfredo Taunay. **História da Historiografia**, Ouro Preto, v 9, n 22, p.15-41, 2016.

CRAMPTON, Jeremy W; KRYGIER, John. Uma introdução à cartografia crítica. In. \_\_\_\_\_ (org.). **Cartografias sociais e território**. Rio de Janeiro: IPPUR/UFRJ. 2008, p. 85-111.

DIAS, Satyro de Oliveira. **O Duque de Caxias e a Guerra do Paraguay**: estudo critico-histórico. Salvador: Typographia do Diário, 1870.

DIAS, Thiago Alves. O espaço cartográfico enquanto escrita do poder. **Anais do I Simpósio Brasileiro de Cartografia Histórica**. Rio de Janeiro, p.1-11, 2011.

**DOCUMENTO de Referência Curricular para Mato Grosso**: Ensino Fundamental anos finais. Mato Grosso, 2018.

DOMINGUINI, Lucas. A Transposição Didática como intermediadora entre o Conhecimento Científico e o conhecimento escolar. **Revista Eletrônica de Ciências da Educação**, Campo Largo, v. 7, n. 2, p.1-16, 2008.

DUARTE, Paulo Araújo. **Fundamentos da Cartografia**. 3ª ed. Florianópolis: Editora da UFSC, 2008.

ESPÓSITO NETO, Tomaz; CAVASSIN, Gabriela Luise. A importância do Tratado de Madri na formação da Fronteira Oeste: A dinâmica social da Fronteira do Mato Grosso do Século XVIII. **Revista Conjuntura Austral**, Porto Alegre, v.8, n.44, p.4-221, 2017.

FEBVRE, Lucien. **Combates pela História**. 3ª edição. Lisboa: Editora Presença. Lda. 1989.

FERNANDES, Antônia Terra de Calazans. Ensino de História e seus conteúdos. **Estudos Avançados**, São Paulo, vol.32 nº. 93, p.151-173, 2018.

FERREIRA, Mario Clemente. O Mapa das Cortes e o Tratado de Madrid: a cartografia a serviço da diplomacia. **Revista Varia História**, Belo Horizonte, n. 37, vol. 23, p.51-69, 2007.

FITZ, Paulo Roberto. **Cartografia básica**. São Paulo: Oficina de Textos, 2008.

FRANCISCHETT, Mafalda Nesi. A Cartografia Escolar Crítica. **Encontro Nacional de Prática de Ensino em Geografia: Políticas, Linguagens e Trajetórias ENPEG**, Niterói, 2007, disponível em: <http://www.bocc.ubi.pt/pag/francischett-mafalda-cartografia-escolar-critica.pdf>. Acesso em 02/12/2020.

GARCIA, Domingos Sávio da Cunha. **Mato Grosso (1950-1889): Uma província na fronteira do império**. 2001. 133 f. Dissertação (Mestrado em Economia). Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2001.

GARCIA, Domingos Sávio da Cunha; MENDES, Luís César Castrillon. Do restrito ao irrestrito: o diário de reconhecimento do rio Paraguai por Ricardo Franco de Almeida Serra na revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB). **Revista Memoria Americana. Cuadernos de Etnohistoria**, Buenos Aires, v. 25, n. 2, p.135-147, 2017.

GIRARDI, Eduardo Paulon. A construção de uma Cartografia Geográfica Crítica. **Revista Geográfica de América Central – edição especial**, Costa Rica, 2011 p. 1-17.

GOES FILHO, Synesio Sampaio. **Navegantes, Bandeirantes, Diplomatas: um ensaio sobre a formação das fronteiras do Brasil**, – Ed. rev. e atual. – Brasília: FUNAG, 2015.

GOMES, Maria do Carmo Andrade. Velhos mapas, novas leituras: revisitando a História da Cartografia. **Revista GEOUSP - Espaço e Tempo**. São Paulo, n. 16, p. 67-79, 2004.

GONÇALVES PINTO, Genivaldo.; PADOIN, Maria Medianeira. O Processo de Construção da Guerra do Paraguai. **Revista del CESLA**, nº 8, p. 45-56, 2006.

GUAZZELLI, Cesar Augusto Barcellos. Regiões-províncias na Guerra da Tríplice Aliança. **Topoi**, v. 10, n. 19, p.70-89, 2009.

GUEDES, Max Justo. A cartografia antes da imprensa e do Brasil. In.\_\_\_\_ (org.). **A cartografia impressa do Brasil: 1506-1922: os 100 mapas mais influentes**. Rio de Janeiro: Capivara, p.13-23, 2012.

GUIMARÃES, Manoel Luís Lima Salgado. Nação e Civilização nos Trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o Projeto de uma História Nacional. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, nº 1, p. 5-27, 1988.

HARLEY, J. B. **La nueva naturaleza de los mapas. Ensayos sobre la historia de la cartografía**. Tradução. México-DF: Fundo de Cultura Económica, 2005.

HOBBSAWM, Eric. **Era dos Extremos – O breve século XX**. Ed. Companhia das Letras, São Paulo, 1995.

HOLLANDA, Sérgio Buarque de. **O Brasil monárquico, v. 5: do Império à República**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

IZECKSOHN, Vitor. A Guerra do Paraguai. In: GRINBERG, Keila. SALLES, Ricardo. (org.) **O Brasil Imperial 1831-1889**. 2 ed., Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, p. 385-424, 2011.

KANTOR, Iris. Cartografia e diplomacia: usos geopolíticos da informação toponímica (1750-1850). **Anais do Museu Paulista**. São Paulo. v.17. n.2. p. 39-61, 2009.

KANTOR, Iris. Mapas em trânsito: projeções cartográficas e processo de emancipação política do Brasil (1779-1822). **Araucária Revista Iberoamericana de Filosofia, Política y Humanidades**, ano 12, p. 110-123, 2010.

LÉTOURNEAU, Jocelyn. Como analisar e comentar um mapa antigo. In.\_\_\_\_ (org.). **Ferramentas para o pesquisador iniciantes**. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2011, p. 155-172.

LEVERGER, Augusto de. Diário de reconhecimento do rio Paraguay desde a cidade de Assumpção até o rio Paraná. **Revista do IHGB**, Rio de Janeiro, Tomo XXV, p. 178-210, 1862.

MAESTRI, Mário. A Guerra Contra o Paraguai: História e Historiografia: da instauração à restauração historiográfica [1871-2002]. **Revista Estudios Historicos– CDHRP**, Uruguai, nº 2, p.1-29, 2009.

MARTINELLI, Marcello. **Mapas da geografia e cartografia temática**. 3ª Ed. São Paulo: Contexto, 2006.

MENDES, Olga Maria Castrillon. Taunay e a Guerra da Tríplice Aliança: entre o olhar ético e estético. In: BORGES, Fernando Tadeu de Miranda; PERARO, Maria Adenir. (org.) **Brasil e Paraguai: Uma releitura da Guerra**. Cuiabá: EdUFMT, 2012, p.87-102.

MENEZES, Alfredo da Mota. **Guerra do Paraguai: como construímos o conflito**. Cuiabá: EdUFMT, 1998.

MENEZES, Paulo Márcio Leal de. A Cartografia do Império do Brasil. **Anais do IV Simpósio Luso-Brasileiro de Cartografia Histórica**. Porto, p.1-14, 2011.

MORAES, Benone da Silva Lopes. **Dilatar limites “A ideia geral” de Luís de Albuquerque (1772-1781)**. 2011. 155 f. Dissertação (Mestrado em História) - Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, 2011.

MOREIRA, Luís Felipe Viel. A Guerra do Paraguai: memórias e experiências de oficiais da marinha brasileira do império à república positivista. **Diálogos Revista Electrónica de História**, Costa Rica, n. 20, p.130-153, 2019.

MORENO, Jean Carlos. Limites, escolhas e expectativas: horizontes metodológicos para análise dos livros didáticos de História. **Antíteses**, Londrina, v. 5, n. 10, p. 717-740, 2012.

MORENO, Jean Carlos. História na Base Nacional Comum Curricular: Déjà Vu e Novos Dilemas no Século XXI. **Revista História & Ensino**, Londrina, v. 22, n. 1, p. 7-27, 2016.

MOTA, Carlos Guilherme. História de um silêncio: a guerra contra o Paraguai (1864-1870) 130 anos depois. **Revista Estudos Avançados**, São Paulo, nº24. vol. 9, p.243-254, 1995.

NADAI Elza. Escola Pública contemporânea: os currículos oficiais de História e o ensino temático. **Revista Brasileira de História**. São Paulo: ANPUH/ Marco Zero, v. 6, n 11, p. 143-162, 1986.

NETO, José Alves Calado. **Cartografia Escolar e Sequência Didática: uma proposta metodológica para os anos finais do ensino fundamental**. 2019. 147 f. Dissertação (Mestrado) – Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Caicó: UFRN, 2019.

NETO, Manoel Fernandes de Sousa. Linhas d’água na delimitação do território: O Mapa dos Limites do Império do Brasil com o Paraguay de 1872. **Terra Brasilis (Nova Série) Revista da Rede Brasileira de História da Geografia e Geografia Histórica**, v. 12, 2019.

NETO, Manoel Fernandes de Sousa. Uma Guerra também se faz com mapas. **Conexão Política**, Teresina, v. 9, nº 1, p.31-41, 2020.

NETO, Tomaz Espósito; CAVASSINI, Gabriela Luise. A Importância do Tratado de Madri na formação da fronteira oeste: A dinâmica social na fronteira do Mato Grosso do século XVIII. **Revista Conjuntura Austral**, Porto Alegre, v.8, n.44, p.4-22, 2017.

NOGUEIRA, Ricardo José Batista. Fronteira: espaço de referência identitária? **Ateliê Geográfico**, Goiânia, v. 1, n. 2, p.27-41, 2007.

OLIVEIRA, Francisco Roque de. A história da cartografia na obra do 2.º Visconde de Santarém: exposição cartobibliográfica. **Instituto de Geografía, UNAM - Investigaciones Geográficas**, boletín 63, p.150-155, 2007.

OLIVEIRA, Silmária Mouzinho de; VAS, Braz Batista. A Guerra do Paraguai por meio de diários e reminiscências. **Revista História**, Rio Grande, v. 5, n. 1, p. 305-330, 2014.

OLIVEIRA, Tiago Kramer de. “Desconstruindo mapas, revelando espacializações: reflexões sobre o uso da cartografia em estudos sobre o Brasil colonial”. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 34, n. 68, p. 151-174, 2014.

PANOFSKY, Erwin. Iconografia e iconologia uma introdução ao estudo da arte da renascença. In.\_\_\_\_\_. **Significado nas artes visuais**. Tradução: Maria Clara F Kneese e J.Guinsburg. São Paulo: Perspectiva, 2ª ed, 1986. p. 47-87

PASSOS, Leosan Sampaio. **O uso de mapas no livro didático de História**. 2018. 27 f. (Monografia de Graduação), Instituto de Geografia, História e Documentação – Departamento de História, 2018, Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, 2018.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História e História Cultural**. 3ª edição. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

PIMENTA, João Paulo Garrido. **Estado e Nação no fim dos Impérios Ibéricos no Prata (1808-1828)**. São Paulo: HUCITEC, 2006.

PINA, Carolina Teixeira. Os mapas e o ensino de História. In: **III Seminário Internacional do Tempo Presente**, UDESC, Florianópolis, p. 1-12, 2017.

PRESOTTI, Thereza Martha Borges. **Na Trilha das Águas: Índios e Natureza na conquista colonial do centro da América do Sul: Sertões e Minas do Cuiabá e Mato Grosso (Século XVIII)**. 270 f. Tese (doutorado) – Programa de Pós Graduação em História, Departamento de História, Universidade de Brasília, Brasília, 2008.

QUEIROZ, Paulo Roberto Cimó. Uma esquina nos confins do Brasil: O sul do Mato Grosso colonial e suas vias de comunicação (projetos e realidades). **Revista Fronteiras**, v. 11, n. 19, Dourados, p. 197-227, 2009.

ROCHA, Helenice Aparecida; CAIMI, Flavia Eloisa. A(s) história(s) contada(s) no livro didático hoje: entre o nacional e o mundial. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 34, nº 68, p. 125-147, 2014.

RODRIGUES, André Figueiredo. Os usos da cartografia histórica nos livros didáticos. **Revista Navigator**. v.2, n. 4, p. 1-23, 2006.

RÜSEN, Jörn. **Iber - Didáctica de las ciencias sociales, geografía e historia**. Tradução. Lourdes Bigona. Espanha: Nueva fronteras de la Historia, 1997.

SCHIMIDT, Maria Auxiliadora. CAINELLI, Marlene. **Ensinar História**. Ed. Scipione: São Paulo, 2004.

SERRA, Ricardo Franco de Almeida. Descrição Geographica da Capitania de Matto-Grosso. **Revista do IHGB**, tomo XX, p.186-432, 1857.

SILVA, Kalina Vanderlei; SILVA, Maciel Henrique. **Dicionário de conceitos históricos**. 2. Ed. 2ª reimpressão. – São Paulo: Contexto, 2009.

SILVA, Leonam Lauro Nunes da. **Relações na tríplice fronteira: a bolívia no contexto da “guerra grande” (1865-1868)**. 2009. 101 f. Dissertação (Mestrado em História) - Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, 2009.

SIMIELLI, Maria Elena Ramos. Cartografia no ensino fundamental e médio. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri (org.) **A geografia na sala de aula**. 8 ed. São Paulo: Contexto, 1999. p. 92-108.

SIQUEIRA, Elizabeth Madureira. **História de Mato Grosso: Da ancestralidade aos dias atuais**, Cuiabá: Entrelinhas, 2002.

SQUINELO, Ana Paula. Revisões historiográficas: A Guerra do Paraguai nos livros didáticos Brasileiros – PNLD 2011. **Diálogos**, v. 15, n. 1, p. 19-39. 2011.

TAUNAY, Alfredo d'Escragno. **A Retirada da Laguna**. Typographia Americana, Rio de Janeiro, 1874.

VARGAS, Héctor Mendoza; GARCIA, João Carlos. A história da cartografia nos países ibero-americanos. **Revista Terra Brasilis**, v. 7, São Paulo, p.1-16, 2007.

VERGARA, Moema de Rezende. A Comissão da Carta Geral do Império (1862-1878) e sua participação no contexto da cartografia brasileira no Império. **Anais do I Simpósio Brasileiro de Cartografia Histórica**. Rio de Janeiro, p.1-16, 2011.

VÍLCHEZ, Inmaculada López. Imagen del poder. In: TORELLÓ, Juan Carlos Oliver (org.) **Dibujo y territorio: cartografía, topografía, convenciones gráficas e imagen digital**. Madrid: editora Cátedra, 2015, p. 217-242.

WOJCIECHOWSKI, Eula. Recrutar, disciplinar e moralizar: os soldados na Província de Mato Grosso (1840-1864). In: BORGES, Fernando Tadeu de Miranda; PERARO, Maria Adenir. (org.) **Brasil e Paraguai: Uma releitura da Guerra**. Cuiabá: EdUFMT, 2012, p.289-311.

ZANOTELLI, C. Entrevista Com Yves Lacoste. **Geografares**, v. 1, n. 30, p. 5, 2020. <https://periodicos.ufes.br/geografares/article/view/31466> acesso dia 08/12/2020.